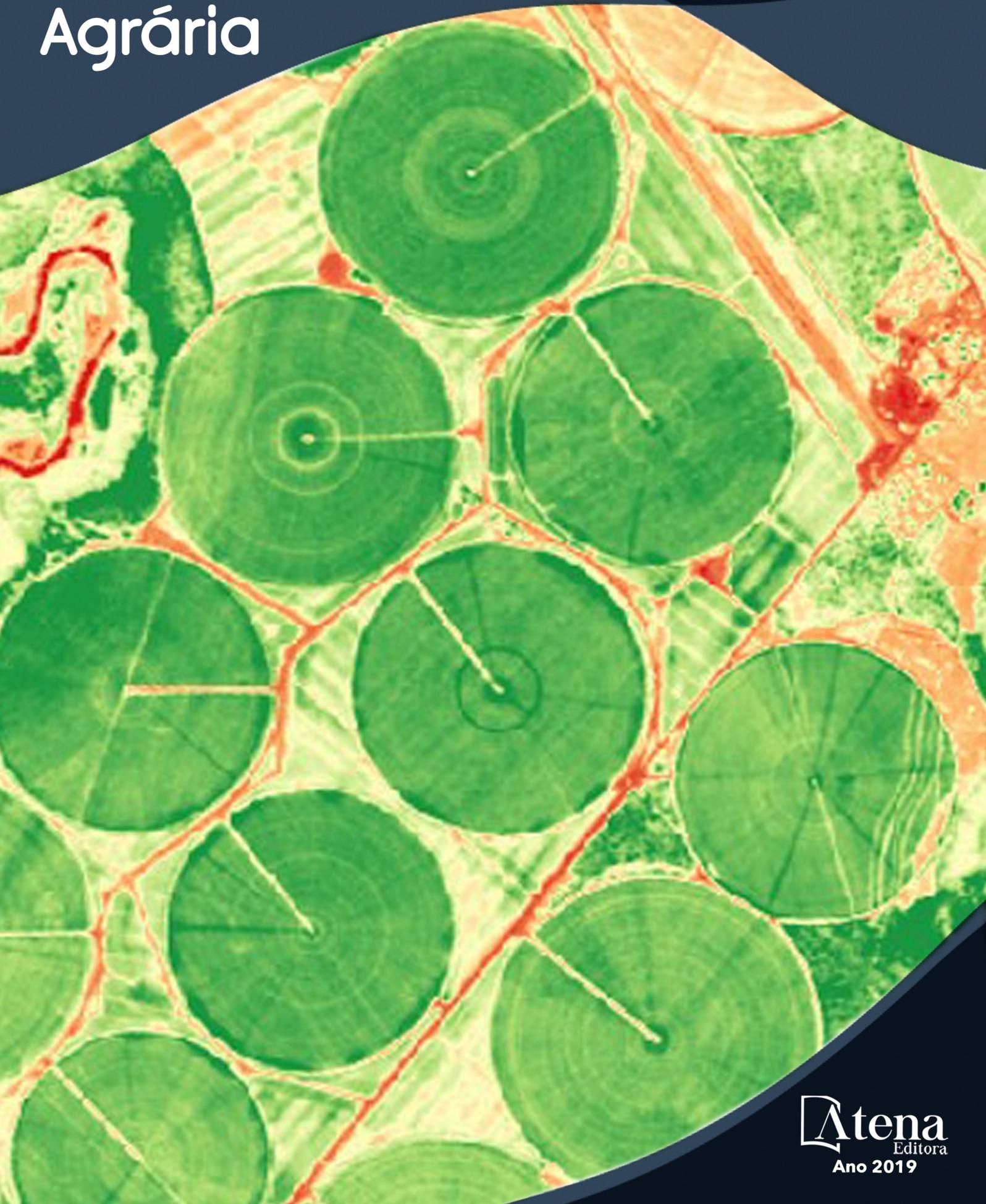


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506 1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 630.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos Raimunda Áurea Dias de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTO DA AMAZÔNIA

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual de Montes Claros - MG

RESUMO: As discussões apresentadas nesse ensaio são oriundas da pesquisa da pesquisa “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é analisar as disputas por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008). Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Conflitos, Território, Documentários, Campesinato.

INTRODUÇÃO

Legal,

A Amazônia Legal. O tal capital,
nacional, estrangeiro.

Illegal, o tal de primeiro,

o índio mateiro, matreiro,

que nunca deu bola nem bolo ao
Cabral...;

o tal de posseiro, roceiro,

que vive mal, na zona

Ama-zôn(i)a Legal, Illegal...

Amazônia Legal Illegal - Dom Pedro
Casaldáliga (1979, p.16).

O presente texto é um excerto da pesquisa de doutorado intitulada “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990” (FERREIRA, 2018), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo

objetivo central é analisar as disputa por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008).

Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas pelo campesinato desde a década de 1980. Como sustentação teórico-metodológica assume-se que o território e a formação territorial através da compreensão histórica dos processos, entendo-os, ainda, como uma síntese contraditória da luta de classes. Pois, com a mundialização do capitalismo, “[...] mundializa-se também o território que é forjado, em um movimento constante e contraditório. O território construído a partir das relações capitalistas é visivelmente e mundialmente desigual” (BOMBARDI, 2004, p. 49).

A perspectiva do território está, portanto, ligada às relações de poder que movem a sociedade capitalista. No âmbito dessa pesquisa, cabe, portanto, analisar alguns elementos da questão agrária na Amazônia brasileira a partir da década da destruição (1980 - 1990), e também, antes e depois desta década, visto a distribuição e regularização fundiária de algumas áreas para não realizar a reforma agrária (IANNI, 1979, 1979a). Permite contextualizar ainda, os atuais projetos dessa fração do território conquistada pelos camponeses-migrantes na lógica da terra de trabalho e vida.

Nesse cenário, destaca-se a colonização como contrarreforma agrária, ou seja, distribuí-se algumas terras para não distribuir todas as terras arrecadas, leia-se, terras públicas. Dessa forma, existem ainda venda terra para estrangeiros e concessão de recursos internacionais obtidos junto aos organismos financeiros internacionais (OLIVEIRA, 1991). E, mais recentemente, nota-se a regularização fundiária dos latifúndios grilados em detrimento dos assentamentos rurais (OLIVEIRA, 2010, 2010a).

Por isso, os registros cinematográficos de Adrian Cowell e as tabulações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em constante diálogo com a abordagem geográfica dos conflitos no campo, enquanto conflito de classes, permitem atualizar a constante luta pela terra no Brasil, e, sobretudo, na Amazônia, cuja intensificação ocorreu com a Ditadura Militar e segue elevada sob a égide da democracia. Por isso, o quadro metodológico está ancorado na revisão da literatura, transcrição dos documentários, análise de dados qualitativos e quantitativos oriundos da CPT e trabalhos de campo no IGPA – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, vinculado à PUC-Goiás, bem como nas áreas filmadas por Cowell no Sudeste do Para e nos acervos da CPT no Pará e Goiânia.

Assim, um dos desafios dessa pesquisa é utilizar o arcabouço teórico e metodológico para realização dos trabalhos de campo, e, sobretudo, embasá-los como objeto geográfico frente ao vasto material bibliográfico e cinematográfico disponível, os quais permitem refletir sobre a multiplicidade envolvendo a temática pesquisada,

bem com as estratégias para ir a campo, considerando os saberes epistemológicos e metodológicos da Geografia, colocando-os em constante movimento com a realidade estudada, ou seja, os conflitos oriundos da ocupação amazônica entre as décadas 1980 a 1990 e seus desdobramentos na atual configuração agrária que será sistematizada na produção cartográfica e também com uma breve análise dos processos judiciais, cujos desdobramentos perduram sob à marca da impunidade, atrelada à contrarreforma agrária.

Os resultados das análises dos documentários e mapeamentos já desenvolvidos permitem inferir que os conflitos por terra e território estão sobrepostos com outros conflitos de diferentes naturezas, os quais revelam parte das injustiças territoriais envolvendo, sobretudo, os posseiros e camponeses na fronteira amazônica. Dessa maneira, os dados preliminares envolvendo os conflitos, assassinatos e a territorialização camponesa e do agronegócio remetem à síntese contraditória e desigual de um capítulo da questão agrária amazônica, cujo mapeamento ora proposto revela a importância da reforma agrária como uma política de Estado. Tal constatação permite inferir que a década da destruição segue atualizada nessa fração do território brasileiro, e as indicações de Cowell possibilitam uma leitura geográfica condizente com a atuação da defesa da terra e território por parte dos camponeses que seguem em luta mesmo com a sangrenta repressão histórica.

ADRIAN COWELL: UMA SAGA CINEMATOGRAFICA NA AMAZÔNIA

Adrian Cowell nasceu em Tongshan - China, em 2 de fevereiro de 1934; estudou na Austrália e na Inglaterra, onde graduou-se em História pela Universidade de Cambridge, em 1955 (COWELL, 1990b). No período de 1955 a 1956, foi com a Oxford & Cambridge Expedition de Londres para Singapura fazer uma série de três programas de 26 minutos para BBC – *British Broadcasting Channel* (Corporação Britânica de Radiodifusão) – intitulada *Traveller Tales* (Contos de Viajantes). No Brasil, Cowell chegou em 1957, com cinco jovens aspirantes a cineastas que estavam, na verdade, buscando algo mais romântico do que um negócio sério. Mas, para Cowell, tornou-se algo muito maior: o trabalho e o amor de uma vida (COWELL, 1990b). Desde então, Adrian Filmou a Amazônia por mais de 50 anos.

Dentre suas análises, sistematizamos as sinopses dos documentários que integram a – Década da Destruição no Quadro 1. Trata-se de documentários que remetem aos projetos de colonização, grilagem, desmatamento, terras indígenas, quilombos, Unidades de Conservação, empresas multinacionais, reserva de riquezas naturais, etc., os quais podem ser contextualizados frente às atuais políticas públicas direcionadas para a Amazônia¹.

1. Saliencia-se que desde de 2008 o acervo de Adrian foi doado para PUC Goiás em Goiânia, e, atualmente integra o acervo do IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.

DOCUMENTÁRIO	SINOPSE
O CAMINHO DO FOGO (1984, 52 min.)	Este filme sobre os colonos que estavam se estabelecendo no território dos Uru Eu Wau Wau. Os índios foram dizimados por epidemias e 60 - 80% deles morreram até o final da década de 1980. Contudo, para os colonos, não foi muito melhor. O solo ali era tão ruim que, após seis anos, 60% da terra que eles haviam desmatado e plantado, com tanto entusiasmo, já tinha sido abandonada.
NA TRILHA DOS URU EU WAU WAU (1984/1990, 52min.)	Este filme mostra o primeiro contato com os índios Uru Eu Wau Wau, pressionados pelo desenvolvimento em Rondônia, que atraía cada vez mais lavradores do sul do país para o estado. Impulsionados a penetrarem na floresta, os colonos se aproximavam cada vez mais desta tribo. Nesta conjuntura, o rapto de uma criança branca pelos Uru Eu Wau Wau aumenta o rancor dos colonizadores contra os índios, vistos como uma barreira ao desenvolvimento. Paralelamente, a FUNAI organiza uma expedição para contatá-los, com o objetivo de protegê-los do avanço dos brancos sobre seu território.
NAS CINZAS DA FLORESTA (1984/1990, 52 min.)	A partir da construção da BR 364, e, Rondônia e da 'estrada de penetração' 462, o filme traça um panorama abrangente, apresentado por José Lutzemberger, de como a política do governo brasileiro para ocupação da Amazônia na década de 1980, levou à degradação de enormes áreas de florestas neste estado.
MONTANHAS DE OURO (1988/1990, 52 min.)	Neste documentário, Adrian Cowell analisa a dinâmica econômica, social e ambiental na província mineral mais rica do planeta - Carajás. Os conflitos e contrastes entre a atuação da empresa, dona da concessão, e a dos garimpeiros. A ascensão e queda da produtividade, no garimpo de Serra Pelada, o crescimento exponencial da produção industrial ao longo da década de 80 e o rastro de destruição deixado na floresta ao redor.
CHICO MENDES – EU QUERO VIVER (1989/1990, 40/50 min.)	O filme nos mostra a trajetória de Chico Mendes, líder seringueiro no Acre, em defesa da Amazônia. Com registros feitos entre 1985 e 1988, acompanhamos Chico Mendes na organização dos seringueiros em defesa da floresta, no nascimento da Aliança dos Povos da Floresta, e na luta pela demarcação das primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia. O filme mostra, ainda, a trama armada para seu assassinato e as repercussões no Brasil e no mundo.
TEMPESTADES NA AMAZÔNIA (1984, 26 min.)	Enfoca a tese de doutoramento do Dr. Eneás Sallati, (ex-diretor do INPA) discorrendo sobre as questões climáticas da floresta amazônica. Busca saber se a floresta é consequência do clima ou o clima é consequência da floresta. Ele explica como a floresta gera 50% de sua própria chuva. Isto significa que o desmatamento não somente reduzirá a quantidade de chuvas da Amazônia, mas também da região central do Brasil.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE I – COM O COLONO RENATO (1984, 76 mim.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do colono Renato. Mostra como este empréstimo, de meio bilhão de dólares para o Polonoroeste financiou parcialmente a destruição da floresta do oeste da Amazônia, no Estado de Rondônia e como o banco foi finalmente forçado a admitir seu erro.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE II – COM JOSÉ LUTZEMBERG (1984, 76 mim.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do ambientalista José Lutzemberger.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE III – COM CHICO MENDES(1984, 76 mim.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos de Chico Mendes.

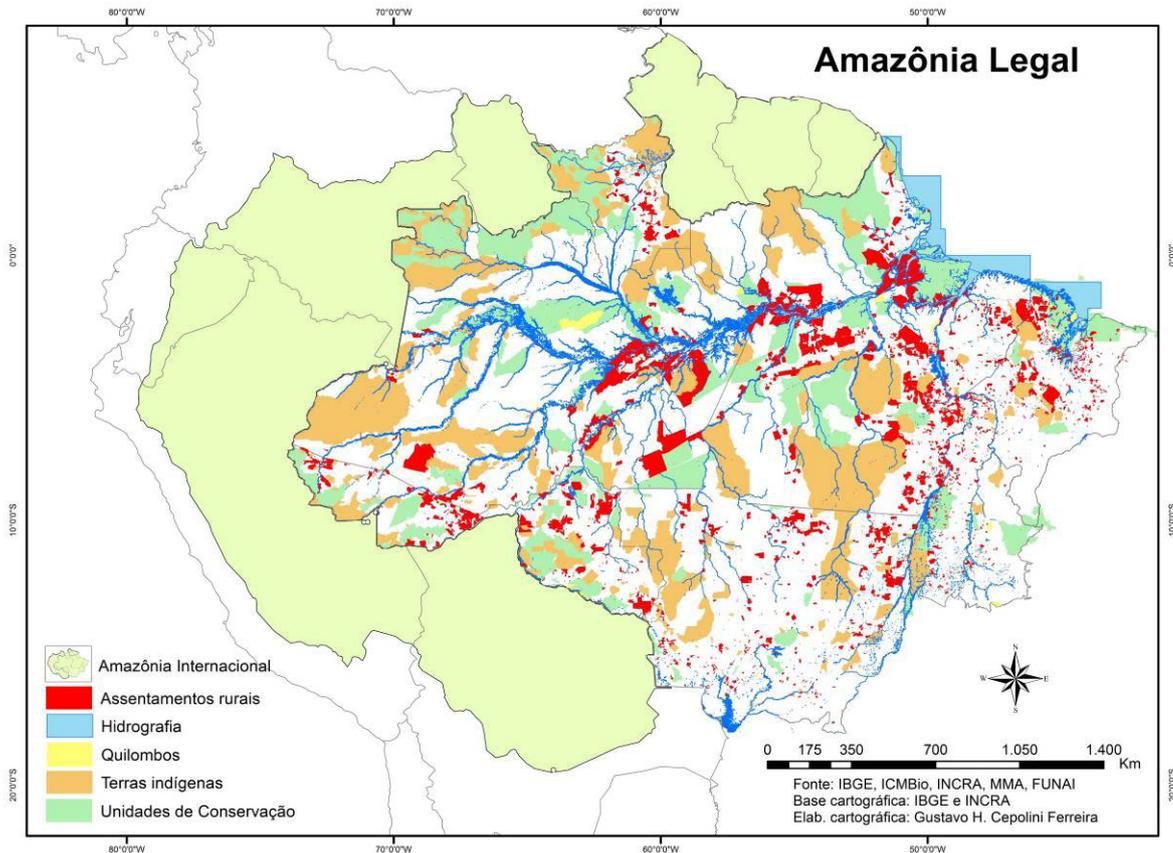
A MECÂNICA DA FLORESTA (1984, 26 min.)	O zoólogo Rob Bierregaard e a botânica Judy Rankin explicam os “mecanismos” da floresta e quantas espécies são interdependentes de outras espécies, para sua sobrevivência.
MATANDO POR TERRAS (1990, 52 min.)	Rodado na fronteira leste da Amazônia, ao longo da rodovia Belém Brasília, em 1986, período em que foram assassinadas mais de 100 pessoas. Grandes fazendeiros, prestes a perder benefícios adquiridos durante o governo militar, contratam pistoleiros para expulsar grupo de sem-terra acampado. Casas queimadas, assassinatos, famílias expulsas: fatos que levam à retaliação dos sem-terra com queimada de pastos e protestos, forçando os pistoleiros a abandonar o local e à partilha das terras por intermédio do INCRA. Contudo, a eficácia de tais medidas só dura até o assassinato de mais dois sem-terra e de uma criança de três anos. Nem mesmo a polícia ousa enfrentar os assassinos e a justiça libera os mandantes do crime por falta de evidências. Uma entrevista com o pistoleiro mais famoso da região, conhecido por ter assassinado mais de 300 pessoas, deixa evidente que a justiça não alcança pistoleiros e latifundiários.

Quadro 1: Sinopses dos documentários da Década da Destruição. Fonte: IGPA.

Por isso, a leitura ora apresentada está ancorada no argumento e no fato de que existem terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas verídicas para o desenvolvimento dos assentamentos/reforma agrária, aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, que necessitam de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização como contrarreforma agrária que recriam novas fronteiras; e acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se instituições, por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

Dessa forma, as análises se concentram na compreensão dos impactos da colonização pública e particular na Amazônia no âmbito da Ditadura Militar. Tais impactos que constam nos documentários de Adrian Cowell, os quais revelam parte dos processos de territorialização dos camponeses-migrantes (colonos) e os conflitos vivenciados na fração de território que disputam.

Assim, pode-se reafirmar que análise dos documentários de Adrian Cowell estão inseridos num momento histórico, materializado pelas contradições do avanço do capitalismo na Amazônia em total consonância com as políticas públicas. E, nesse processo, é necessário compreendermos a tríade: território, agricultura e sociedade, em que se fundamentam essas reflexões. O mapa a seguir indica algumas territorialidades sobrepostas na Amazônia, as quais foram amplamente registradas por Cowell, e revelam uma sangrenta disputa por terra e território nessa importante fração do território brasileiro.



Mapa 1: Amazônia Legal e suas territorialidades. Fonte: GHCF.

Tais sobreposições fazem com que os conflitos sigam territorializados por toda Amazônia Legal brasileira e internacional. Essa leitura Adrian Cowell revelou na sua obra cinematográfica que muito dialoga com os registros da Comissão Pastoral da Terra.

Martins (1980, p. 61), ao analisar o conflito pela terra no Brasil, indica que: “o próprio capital impôs no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio”. Dessa forma, tal contradição fez com que os conflitos, a conflitualidade e o desenvolvimento ocorressem de maneira indissociável, transformando territórios, reelaborando modelos que possibilitam a recriação do campesinato e a territorialização da agricultura capitalista.

Isso, em partes, explica a recriação do campesinato na luta pela terra, ocupando terras e resistindo ao avanço dessa agricultura capitalista mundializada que, além da concentração fundiária, carrega consigo diferentes pacotes tecnológicos e estratégias que contaminam o ambiente, os alimentos, as pessoas, desmatam e utilizam, muitas vezes, do trabalho análogo à escravidão para sustentar sua robusta modernidade.

De acordo com Fernandes (2004), a conflitualidade é oriunda de um enfrentamento de classes, as quais estão atreladas a modelos distintos de desenvolvimento, ou seja, a agricultura capitalista – agronegócio e a agricultura camponesa. Por isso, deve-se reafirmar que o conflito é uma reação ao processo de exclusão. No tocante à origem etimológica da palavra conflito, salienta-se que: “ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo

flictum denota choque, embate, oposição de forças” (idem, p. 08).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) também propõe uma breve definição de conflito, reconhecendo-o como:

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015, p. 13).

A partir dessa breve definição que, sem dúvidas, perpassa pelo conflito de classes, apresentam-se outras secundárias, as quais norteiam o Caderno de Conflitos no Campo Brasil e expõem a situação dos conflitos sociais no campo, ou seja:

- **Conflitos por Terra** são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc².
- **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indica a existência de trabalho Escravo, superexploração.
- **Conflitos pela Água** são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados³.
- Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.
- As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas⁴.

A partir desses múltiplos e perenes conflitos territorializados no Brasil, nota-se que temos um confronto entre forças opostas, cujas relações sociais são distintas e em condições políticas e, por vezes, ideológicas adversas,

2. Incorpora também os acampamentos e ocupações.

3. Podem-se mencionar, ainda, os conflitos em tempo de seca, em áreas de garimpo e sindicais. A CPT faz tais registros e os publica “apenas quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito” (CPT, 2015, p. 14).

4. São excluídos dos registros: 1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo; 2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetua-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.) mesmo que se deem em área urbana, pois aquelas defendem um modo de vida rural. 3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e 4. Casos de Trabalho Escravo em atividades urbanas - (São apenas citados na publicação como nota de rodapé) (CPT, 2015, p. 12-3).

[...] que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*⁵. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não (FERNANDES, 2004, p. 26).

Essa leitura possibilita indicar os caminhos do conflito e da conflitualidade, cujo ciclo é produzido e, sistematicamente, alimentado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, ou seja, “não há o que separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1990, p. 177).

Essa aliança terra-capital no Brasil e, sobretudo, na Amazônia, revela, dentre outras perspectivas, a ocupação e a apropriação territorial, consolidando o Estado e a formação de classes. Dessa maneira, os documentários de Adrian Cowell revelam algumas nuances e fraturas entre classes sociais tendo como cenário a Amazônia, as quais podem ser brevemente introduzidas a partir das seguintes premissas: *distribuem-se algumas terras para não distribuir as terras* (IANNI, 1979a) e *o PROTERRA, ou a reforma agrária para os latifúndios* (OLIVEIRA, 1991).

Tomando como base essas duas perspectivas elementares sobre a Amazônia, cabe salientar, conforme Oliveira (2001), que, a partir de 1972, a Amazônia concentrou o maior número de assassinatos no campo. E, mais uma vez, revelou que se trata de uma marca constante do campesinato brasileiro – resistências sangrentas para tentar controlar a luta de classes, e a tentativa de aniquilar a decisão da classe camponesa que constrói a reforma agrária.

E, nesse devir, foi identificado que, no período de 1985 a 1989 (Governo Sarney), o campo brasileiro foi o mais violento dos últimos trinta anos, concentrando 705 assassinatos (41,6%) em 3489 conflitos (11,8%) de acordo com os dados da CPT⁶. Essa informação preliminar é muito profícua, uma vez que coincide com a maioria dos documentários de Adrian Cowell. Por isso, reconhecemos que tais dados, por vezes, escondem o rosto, ocultam os olhos e não mostram a história (BALDUÍNO, 2010). Portanto, cabe escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica, e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária, que, infelizmente, não ocorreu no Brasil.

Diante disso, pode-se verificar que a série “A Década da Destruição”, de Cowell, procura registrar alguns desses conflitos, cujos assassinatos e impunidade estão escancarados no país e revelam a violência e a barbárie territorializadas no campo

5. “O termo *empate*, criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia” (FERNANDES, 2004, p. 26).

6. Foram consultados os Cadernos referentes aos anos de 1985, 1988, 1992, 2010, 2015.

brasileiro, especialmente na Amazônia.

Registra-se no período, o montante de 744 assassinatos e 1390 conflitos na Amazônia Legal revela, entre outras perspectivas, a barbárie do avanço do capital na região e as estratégias violentas e arcaicas para sua reprodução. Isso indica a permanência da luta pela terra e território, e, nesse devir, urge reconhecer que “a defesa da terra e do território é a defesa da vida. A defesa da vida não se concebe sem a defesa da terra e do território” (MONTENEGRO, 2010, p. 30).

Tal cenário está respaldado, ainda, pelo fato de que “os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX” (OLIVEIRA, 2007, p. 135). Essa lógica secular da violação de direitos será analisada a partir dos documentários de Cowell, reconhecendo o cinema como uma prática social, uma vez que:

O cinema, enquanto arte, tem a vantagem de poder usar das várias formas de linguagem pelas outras artes, conseguindo, desta maneira, se comunicar com profundidade e envolvimento. Como em qualquer arte, o cinema exprime, direta ou indiretamente, os valores do autor do roteiro, do diretor, da sociedade e do momento histórico no qual foi realizado (CAMPOS, 2006, p. 01).

Essa abordagem será realizada, sobretudo, em diálogo com a trajetória do cineasta e autor que alicerça a referida pesquisa, ora como ponto de partida, ou seja, com os temas dos documentários e livros homônimos, ora como teoria e prática ao elencar algumas políticas públicas e seus impactos e conflitos territoriais na Amazônia. Nesse sentido, as propostas de Turner (1997), ao tratar o *cinema como uma prática social*, e de Alves (2010), ao elaborar a *Tela crítica e sua metodologia*, cuja síntese resume-se em uma pedagogia audiovisual, possibilitarão a leitura, interpretação e atualização dos documentários, uma vez que são muitas tessituras a serem reveladas sob a égide de um capítulo da questão agrária amazônica que, em tese, carrega consigo inúmeras implicações, as quais podem ser compreendidas através da teoria do conflito agrário.

Tais desdobramentos são atualizados com a produção cartográfica sobre a Amazônia Legal em constante diálogo com as áreas que Cowell filmou, ou seja, trata-se de uma atualização da sua obra cinematográfica a partir de uma leitura geográfica.

Os mapas apresentados a seguir dialogam com obra de Cowell ao atualizar os dados das áreas filmadas, bem como reafirmam que os conflitos por terra e território continuam latentes em toda a Amazônia brasileira. Trata-se, portanto de conflitos sangrentos que violam direitos humanos e fomentam uma verídica guerra no campo, sob a égide da democracia.

Os mapas 2, 3 e 4 revelam um levantamento em consonância com o documentário síntese da Década da destruição, ou seja, o “Matando por terras” (1990 e 2011), cuja centralidade é no Sudeste do Pará, sobretudo, no Bico do Papagaio. Por isso, os mapas remetem aos assassinatos e ocupações em distintos períodos⁷.

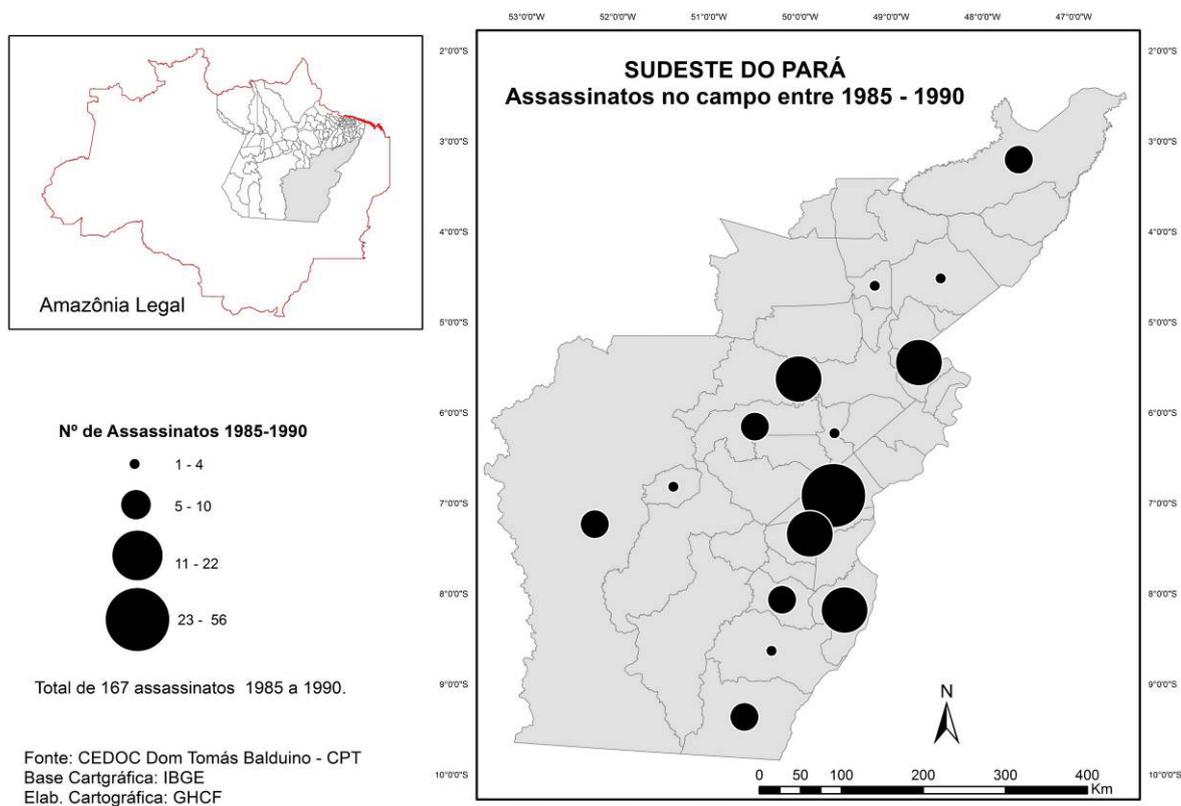
7. Salienta-se que do ponto de vista da distribuição cartográfica, as leituras acumuladas sobre a Geografia Agrária indicam a divisão dos dados a partir dos diferentes governos. Optou-se, no entanto, em manter os períodos

Na narração do filme, destacam: “De fato até o final daquele ano [1987], 154 trabalhadores e líderes rurais haviam sido assassinados em conflitos semelhantes”. Na sequência apresentam a imagem a seguir:



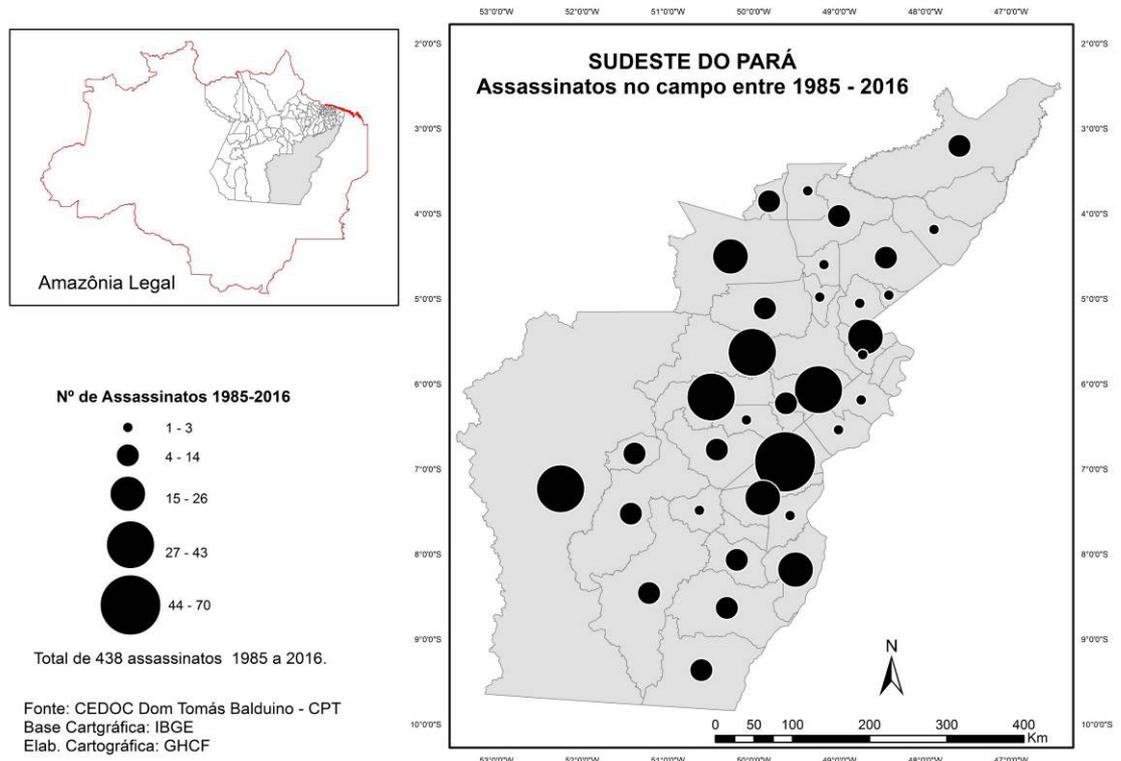
Figura 1: Assassinato no Campo em 1987. Fonte: Doc. Matando por terra (2011)

Trata-se de conflitos em todas as regiões brasileiros. Todavia, o destaque para a Amazônia Legal é nitido.

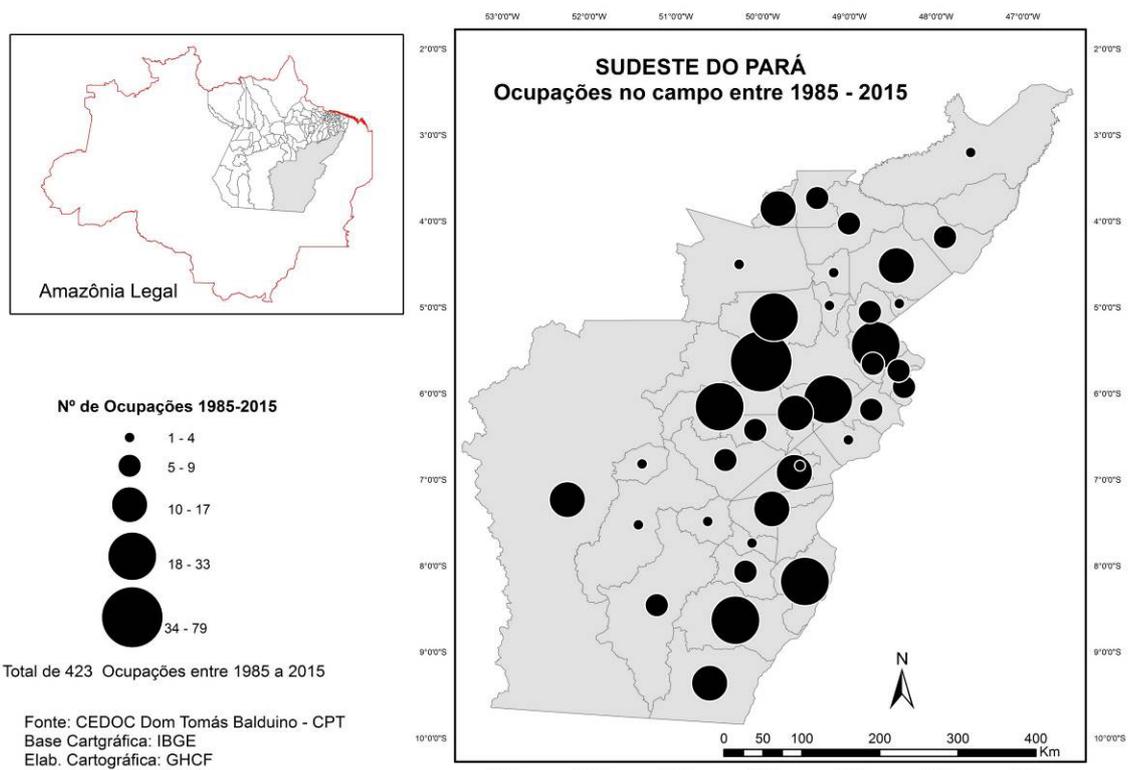


Mapa 2: Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 1990. Fonte: CEDOC-CPT.

aglutinados em função dos registros originais de Cowell, uma vez que esses não se limitaram às temporalidades mencionadas.



Mapa 3: Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.

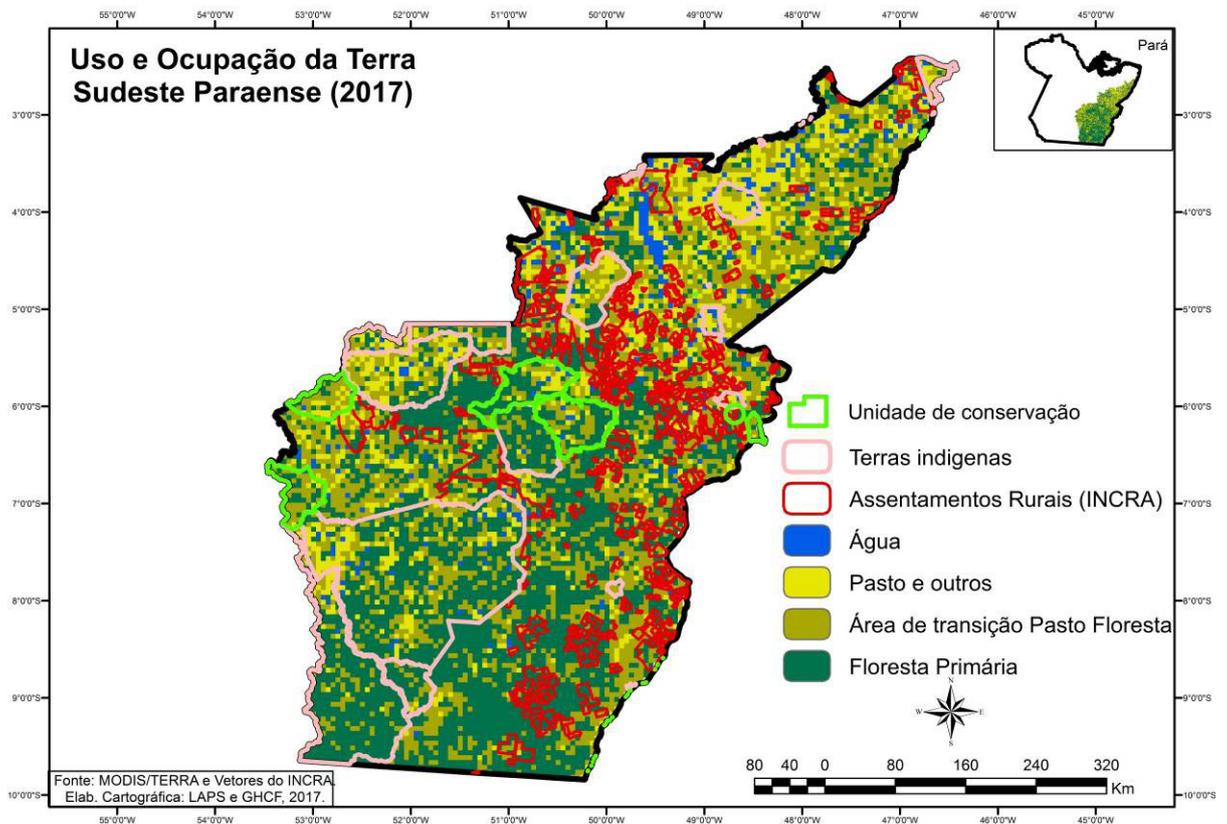


Mapa 4: Sudeste do Pará: ocupações no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.

No mapa e gráfico a seguir, essa mesma região estopim dos conflitos no campo é apresentada a partir das distintas territorialidades (assentamentos rurais, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, etc.) em consonância com hidrografia, vegetação e pastagem/agronegócio que se articulam nessa região, ora como fronteira, ora como

territorializadas nessa fração do território capitalista e “livre”; uma vez que a disputa pelas terras devolutas seguem eminentes, assim, como os conflitos.

De acordo com o Atlas de Conflitos na Amazônia, existem cerca de 977 conflitos em vigor envolvendo 93.830 famílias somente na Amazônia Legal (CPT, 2017).



Mapa 5: Uso e Ocupação da terra no Sudeste do Pará 2017. Fonte: Modis/Terra e INCRA.

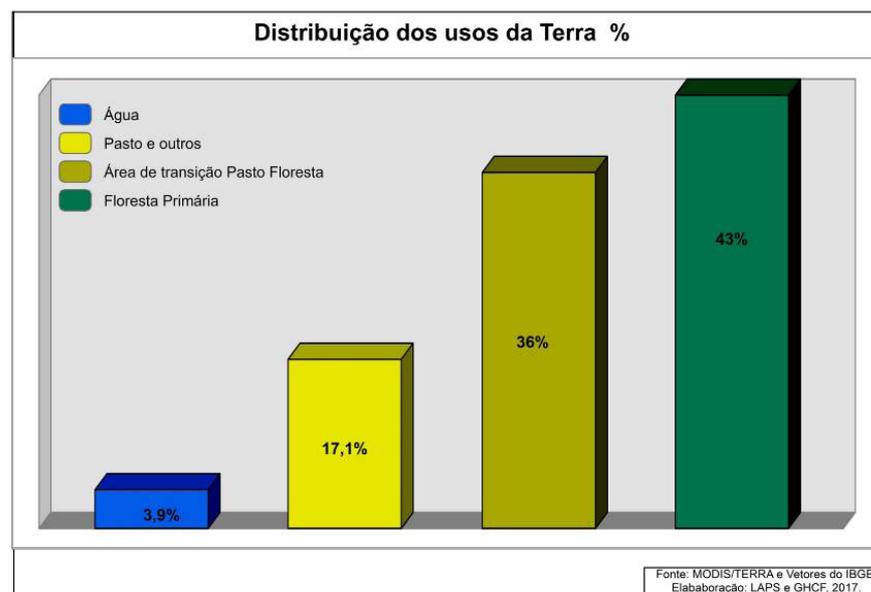
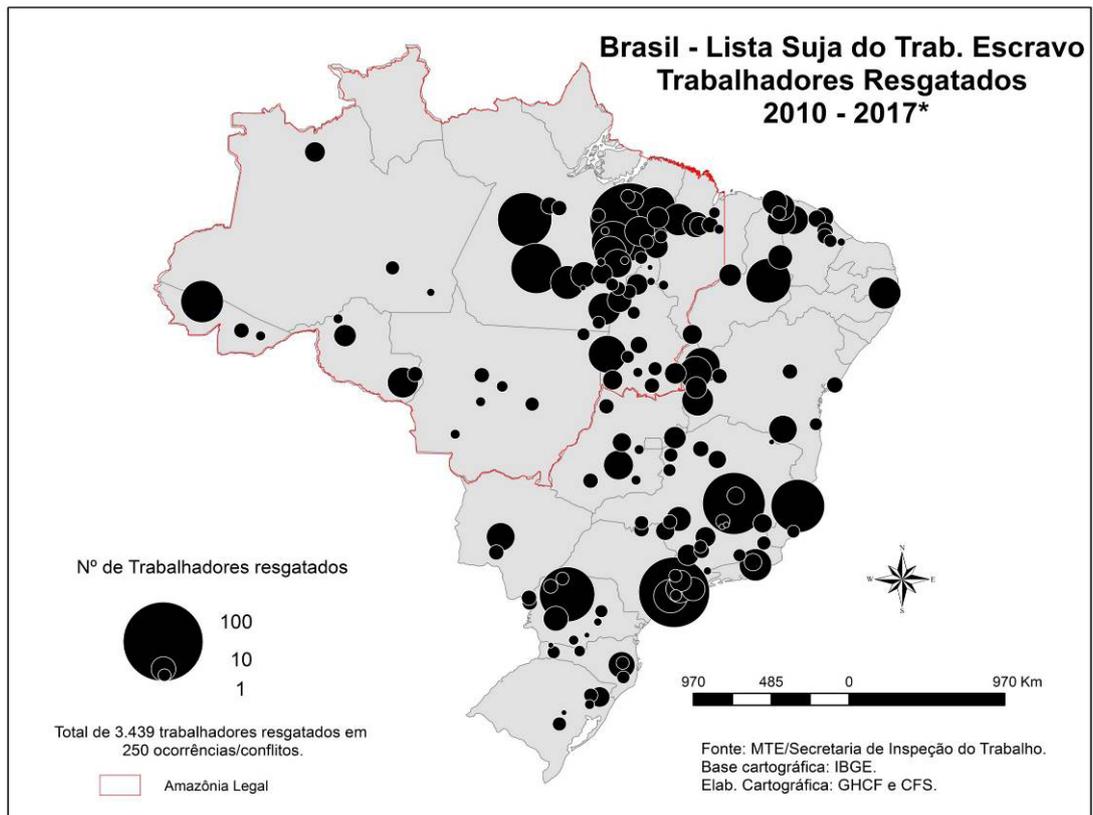


Gráfico 1: Distribuição dos usos da terra no Sudeste do Pará %. Fonte: LAPS e GHCF.

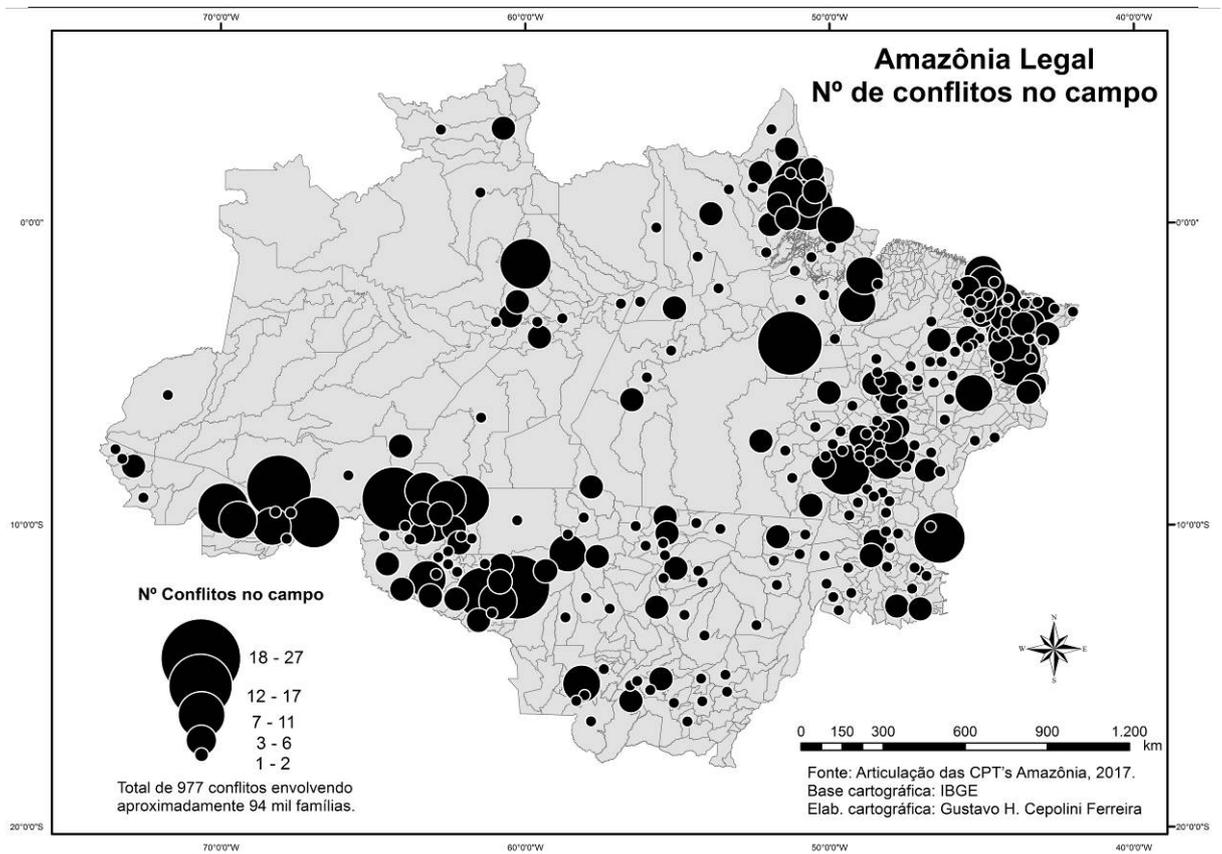
Os próximos mapas indicam justamente a questão do trabalho escravo e os diferentes conflitos em vigor na Amazônia Legal.



Mapa 6: Brasil – lista suja do trabalho escravo – trabalhadores resgatados 2000 a 2017.

Fonte: GHCF e CFS.

Esse mapa revela: 117 ocorrências e 1315 trabalhadores resgatados estão na Amazônia Legal, ou seja, o equivalente há 48% das ocorrências nacionais e 40% dos trabalhadores resgatados conformes os dados da TEM/Secretaria de Inspeção do Trabalho (2017).



Mapa 7: Amazônia Legal: nº de conflitos. Fonte: CPT, 2017, p. 25.

No documentário *Matando por terras*, na narrativa final, indicam: *“Apesar disso, milhões de brasileiros pobres e sem terras continuarão arriscando obstinadamente as suas vidas por qualquer pedaço de chão. Eles preferem morrer do que ser expulsos. Como tantos outros antes deles; cada vez mais longe, em direção às profundezas da Amazônia.”* Trata-se de uma liberdade historicamente alijada aos pequenos. Por isso, seguem em luta pela terra de trabalho e vida.



Figura 2: Família adentrando a floresta. Fonte: Doc. *Matando por terra* (2011)

A leitura dos documentários de Cowell remete à temática ambiental, bem como a questão dos conflitos e assassinatos no campo brasileiro, tecem um profícuo encontro da questão fundiária e ambiental, marcado pela aliança terra-capital e meio ambiente. Por isso, reitera-se que “não existe latifúndio, sem violência. A violência faz parte da estrutura do latifúndio [...]. A existência do latifúndio é a violência geradora de todas as ações violentas que o acompanham” (BALDUINO, 2014, p.32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos documentários de Cowell permitem conhecer e aprofundar as contradições do capitalismo, e, sobretudo, auxiliam na leitura do território a partir das contradições no âmbito da questão agrária amazônica, bem como nos seus desdobramentos nas políticas territoriais e ambientais no Brasil.

Nesse sentido, salienta-se que a base dos conflitos ora registrados estão ancorados na existência de terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país, o que em partes permite afirmar que as políticas públicas enfatizam uma contrarreforma agrária no país; aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, sobretudo, para abertura de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização e assentamentos rurais onde e como lhes convém e recriam novas fronteiras; acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Tela crítica: a metodologia**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BALDUINO, Dom Tomás. Palavras de Dom Tomás. In: CANUTO, A.; MELO e SILVA, C. P.; ALVES, F. J, F. **Dom Tomás é terra e dignidade**. São Paulo: Expressao Popular, 2014.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Cinema, Geografia e Sala de Aula. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 4(1): 1-22, Junho – 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Cantigas menores**. Goiânia: Projornal – Cooperativa dos Jornalistas de Goiás, 1979.

CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017.

COWELL, Adrian. **The decade of destruction**. Londres: Headway, 1990.

_____. **Mostra de filmes: Amazônia segundo Adrian Cowell – 50 anos de cinema**. Goiânia: IGPA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>>. Acesso em: 10 mai 2015.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **A obra cinematográfica de Adrian Cowell: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA. **Biografia de Adrian Cowell**. Disponível em: <<http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/biografia.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In.: MAGALHAES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **O Estado e a Reforma Agrária no Brasil ou... O sonho sonhado junto não virou realidade...** São Paulo: USP, 2010a. (Relatório de Pesquisa).

“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO

Luísa Duque Belfort de Oliveira

Advogada popular, especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia

Mariana Vidal Maia Monteiro

Advogada popular, especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás

RESUMO: O presente trabalho busca analisar de que forma o conflito territorial e socioambiental travado no litoral sul de Pernambuco entre o Complexo Industrial e Portuário de Suape e as comunidades camponesas locais se insere no bojo de uma teia de discursos que impõem a ideia de desenvolvimento e progresso como algo linear e inexorável, cuja referência eurocêntrica aniquila culturas, conhecimentos e modos de vida que se distanciem desse modelo homogeneizador. Busca demonstrar como as comunidades de pescadores e agricultores afetadas pelo Complexo vêm tendo seus direitos sistematicamente violados, em um contexto de inferiorização e vulnerabilização, em que seus códigos e critérios são suplantados sob o discurso do progresso e do desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Progresso, Colonialidade, Comunidades Camponesas, Encobrimento.

“PROGRESS” AND SOCIO-ENVIRONMENTAL

CONFLICT: THE CASE OF SUAPE IN THE SOUTH COAST OF PERNAMBUCO

ABSTRACT: The present work aims to analyze in what form the territorial and socio-environmental dispute, taken place in the southern coast of Pernambuco, between Suape's Industrial Port Complex and local peasant communities, places itself amidst a web of discourses that establish the idea of progress and development as something linear and inexorable, whose Eurocentric reference annihilates cultures, knowledge and lifestyles that distance themselves from this homogenizing model.

KEY-WORDS: Progress, Coloniality, Peasant Communities, Concealment

1 | INTRODUÇÃO

O período de industrialização do Brasil contou com um forte processo de desruralização da sociedade e a gradativa formação de um exército de reserva industrial. O homem e a mulher do campo seguiam invisíveis aos olhos do Estado, ou, ainda, como um estorvo para os planos estatais de modernização, cujo conceito, importado da Europa, apontava para um processo de urbanização e industrialização em grande escala. Os países europeus, segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 3) experimentavam à

época “o ápice de um progresso civilizatório que se acreditara uni-versal, assim mesmo uni-versal, ou seja, uma versão que se quer única do devir societário/civilizatório”.

Apartir da década de 1970, com a Revolução Verde chegando ao Brasil, o processo de modernização alcançou o mundo rural. Intensificaram-se as transformações estruturais operadas pelo capitalismo no campo, o que acarretou impactos decisivos sobre a forma tradicional com que famílias camponesas se relacionavam com a terra. A cada vez maior concentração fundiária para transformar os antigos territórios camponeses em espaço de reprodução do capital resultou em uma desterritorialização em massa e uma imensa gama de trabalhadores do campo desprovidos de chão, que incharam e continuam a inchar as periferias das cidades, como reserva de mão-de-obra para os detentores dos meios de produção.

Essa ideia de progresso, modernização e desenvolvimento imposta do centro à periferia mundial se tornou o horizonte norteador das políticas públicas dos países da América Latina ao longo da história. No Brasil, uma dessas políticas foi a criação da empresa pública Complexo Industrial Portuário de Suape (doravante “CIPS”, “Complexo” ou “Suape”).

Considerada a “redenção” e a locomotiva econômica do estado de Pernambuco e do País, a empresa pública foi criada no final da década de 70, mas sua implementação, enquanto um complexo industrial e portuário, só se deu a partir de meados dos anos 2000, com a modernização e ampliação do Porto de Suape. “Suape”, que significa “caminho sinuoso” em tupi, era o nome que os índios Caetés, que habitavam originariamente a área, davam à região, em alusão às características geomorfológicas e à presença de rios que se entrecortavam (SUAPE, 2017).

A instalação de Suape na paisagem paradisíaca do litoral sul do estado de Pernambuco, mais especificamente na região costeira dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, tem gerado um grande conflito socioambiental envolvendo as comunidades nativas que há gerações ocupavam a área. As drásticas transformações empreendidas na região repercutiram e continuam a repercutir gravemente sobre o meio ambiente e sobre os modos de vida tradicionais das comunidades locais.

Pretende-se, neste trabalho, analisar de que forma a criação, a implementação, a modernização e o atual apogeu de Suape, enquanto um megaempreendimento público, dialoga com os fenômenos do nacional-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo e com o conceito de “progresso”. Objetiva-se, também, a partir dessa análise e da descrição do conflito presente na região, compreender os códigos sob os quais se alicerçam o seu *modus operandi*, em particular no que se refere ao trato com o meio ambiente e com as populações locais.

No que concerne à metodologia de pesquisa utilizada para a elaboração do presente artigo, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e de documentos públicos relativos ao conflito fundiário travado entre a empresa pública e as comunidades locais afetadas. Contribuiu também para o resultado deste trabalho a experiência das autoras na assessoria jurídica popular como integrantes do Fórum Suape – Espaço

Socioambiental, entidade que atua junto às comunidades impactadas, fomentando a sua organização política a fim de fortalecê-las na luta por direitos. Estão presentes neste artigo, portanto, as impressões e informações geradas a partir dos constantes encontros com as comunidades rurais residentes no território impactado pelo CIPS. Quanto ao método empregado, utilizou-se o dedutivo, que consiste no estudo genérico sobre o assunto, com objetivo de encontrar uma resposta específica para o caso de Suape.

2 | AS BASES DA IDEOLOGIA DO “PROGRESSO”: O ENCOBRIMENTO DO OUTRO

A adesão à “corrida pelo progresso” necessitava de um componente ideológico. A fim de se consolidar como hegemonia, os países considerados desenvolvidos incutiram nos países emergentes o dualismo subdesenvolvimento/desenvolvimento e países periféricos/países centrais, como uma forma de apontar o que seriam, respectivamente, situações negativas a serem superadas e situações ideais. Ao tempo em que se criava a figura do subdesenvolvimento, relacionada à ideia de atraso e negatividade, apontava-se a receita para sair dessa situação, para “progredir”. A receita envolvia a dependência dos países considerados periféricos em relação aos países centrais. Nesse sentido, países considerados subdesenvolvidos precisariam recorrer ao capital estrangeiro para “vencer” na corrida do desenvolvimentismo.

Percebe-se, portanto, que tanto a ideia de desenvolvimento quanto a de progresso inserem-se em um plano no qual o mesmo grupo econômico cria o “problema” (no caso, o subdesenvolvimento), aponta a solução de “redenção” (superar o subdesenvolvimento, atingir o progresso) e impõe os meios para tal (produção de *commodities* / endividamento externo).

Porto-Gonçalves (2015, p. 5) aponta que, em verdade, a criação da dualidade subdesenvolvimento/desenvolvimento e países periféricos/países centrais não é algo superável, uma vez que é a base do sistema colonizador dos segundos em relação aos primeiros. Para os países centrais, reforçado pelo Banco Mundial, seria imperioso criar essa dualidade não apenas para marcar “o outro” como inferior, mas também para legitimar o oferecimento de soluções forjadas para superar essa suposta inferioridade. É nesse sentido, portanto, que se torna importante enfatizar que o prefixo “sub-” foi algo criado pelos países centrais, elegendo como referência o modelo eurocêntrico, como uma forma de inserir “os outros” em um círculo intransponível de colonização. Nesse sentido,

o subdesenvolvimento não é um estágio que se supera, mas um polo necessário do processo de desenvolvimento do sistema mundo capitalista, que se reproduz reproduzindo essa estrutura centro-periférica, o desenvolvimento-subdesenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 5).

Sobre o destacamento do “outro”, como primeiro passo para o seu encobrimento

e invisibilização, percebe-se se tratar de uma característica do pensamento moderno. Enrique Dussel, em sua obra “1492 – O encobrimento do outro”, afirma que a modernidade é um fenômeno europeu, mas em relação dialética com o não-europeu, que surge quando a Europa se afirma enquanto “centro” de uma História Mundial que ela inaugura, a partir do momento em que se defronta com o seu “outro”, controlando-o, violentando-o, encobrindo-o (DUSSEL, 1993, pp. 7-8). A modernidade nasce, portanto, sob uma noção dualista e excludente, homogeneizando e aniquilando a diversidade, sendo certo que as bases materiais que dão sustentação a esse modelo de modernidade ainda não foram superadas (MONTEIRO, 2017).

A realidade dos países considerados subdesenvolvidos é, portanto, desprezada e anulada para se amoldar às diretrizes impostas pelos países considerados desenvolvidos. Esse ideário e todos os elementos ideológicos presentes nele são, por sua vez, absorvidos pelos países considerados subdesenvolvidos e reproduzidos internamente contra seus estratos sociais minoritários.

3 | SUAPE NO CONTEXTO DE BUSCA PELO “PROGRESSO”: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO NEODESENVOLVIMENTISMO

Segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 5), a partir da década de 50, já assimilados os valores da era da industrialização e sob influência do discurso do Banco Mundial de se levar o desenvolvimento aos países periféricos, o Brasil passou a incorporar uma agenda nacional-desenvolvimentista. Nesse momento, o discurso dos países centrais em relação aos periféricos não era mais o de civilizá-los, mas o de desenvolvê-los (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 5). Esse discurso se materializava na injeção de grandes recursos no processo de modernização dos países considerados mais pobres.

Como não existia à época uma burguesia forte o suficiente para lidar com a burguesia dos países considerados centrais e para empreender o progresso internamente, quem manteve-se à frente do processo de busca pelo tão almejado desenvolvimento nos países considerados subdesenvolvidos foi o Estado. Coube a este, portanto, o papel de indutor do crescimento econômico (MOTA, 2012), visando à reprodução do capital por meio da modernização dos diversos setores, como uma forma de o mercado interno passar a ser o motor do crescimento. Esse modelo pressupunha a intervenção do Estado no planejamento, na indução e no financiamento das atividades para que o processo de industrialização e modernização se efetivasse (MOTA, 2012).

Nesse contexto foi criado, em 1952, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (antigo BNDES, o “S” de social seria adicionado em 1982), autarquia federal e, posteriormente, empresa pública, incumbida de formular e executar a política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2017). O BNDES desempenhou um papel fundamental em todos os momentos da história econômica brasileira desde

a industrialização, iniciada no governo de Getúlio Vargas. Nesse primeiro momento, observou-se uma tendência à valorização da economia nacional protagonizada pelo Estado, embora a presença de capitais norte-americanos tenha dado o pontapé no processo de crescimento industrial. O BNDES tem um papel histórico no “financiamento do desenvolvimento”(VEGA; RODRIGUEZ, 2015).

O Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) adotou uma política econômica que valorizou tanto a presença do Estado na economia (vide a criação da SUDENE) e o fortalecimento da indústria nacional como a entrada de capitais e de indústrias estrangeiras no país. Essa postura seria observada também durante o período da ditadura.

Suape vem se inserir nessa dinâmica relacionada à incessante busca pelo progresso sob as rédeas do Estado na década de 70. Criada em 1978 por meio da Lei Estadual n.º 7.763, ainda dentro do contexto nacional-desenvolvimentista, a empresa surgiu em um momento de consolidação dos países periféricos como produtores e exportadores de *commodities* por meio de uma agricultura que se modernizava e que dependia da expansão dos meios de transporte. Para tornar os preços das *commodities* competitivos no mercado internacional, foi necessário investir na diminuição dos custos de deslocamento. É dessa forma que a construção de estradas, hidrovias e portos, segundo Porto-Gonçalves (2015, p. 16), se tornou uma grande obsessão.

O apelo ao crédito externo para promoção do “progresso” interno contribuiu para o início da crise da dívida externa no Brasil e nos demais países “em desenvolvimento”. Percebe-se também um retraimento do Estado enquanto provedor dos meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores (MOTA, 2012).

Crises no capitalismo são momentos de intenso rearranjo. Nesse sentido é que a crise da dívida externa dos países “em desenvolvimento” foi fundamental para uma oportuna reestruturação do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 197), dirigida por uma ofensiva neoliberal. A era neoliberal foi marcada pela financeirização da economia, mercantilização dos bens naturais e o aumento da precarização da vida da maior parte da população. No Brasil, esse momento foi representado pelos governos de Itamar Franco (1992-1995) e, especialmente, de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela política de privatização em massa de empresas públicas, inclusive as que prestavam serviços públicos essenciais, como as empresas de telefonia. Além das privatizações, o Programa “Brasil em Ação”, também criado nesse período, prometia induzir a modernização por meio de investimentos produtivos a partir de parcerias público-privadas (ROUGEMONT; PÉREZ, 2013, p. 408). Para completar, as empresas multinacionais estabelecidas ou que tinham planos de se estabelecer no País passaram a receber financiamento do BNDES sob as mesmas condições que as empresas nacionais, o que estimulou a entrada maciça de capitais estrangeiros (VEGA; RODRIGUEZ, 2015, p. 94).

Apesar de ter sido criada no contexto do frenesi desenvolvimentista, as primeiras atividades do Porto de Suape dataram do ano de 1983 e se limitaram a operações

portuárias relacionadas com a movimentação de álcool pela Petrobrás. A crise da dívida externa, que já se desenhava à época, somada ao retraimento do Estado, aparentemente dificultou a canalização de maiores investimentos para a empresa pública nesse primeiro momento.

A política de inserção num mundo cada vez mais financeira e comercialmente conectado guiou o País a atender às diretrizes internacionais para conseguir novamente crédito externo. Internamente, o momento foi marcado pela diminuição dos investimentos públicos (MENDES, 2015). As diretrizes internacionais, ditadas pelos países considerados centrais, exigiam que países periféricos e privilegiados com a fartura de recursos naturais reocupasse o posto de produtores de *commodities*.

Percebe-se, então, uma rápida “reprimarização” da economia (VEGA; RODRIGUEZ, 2015, pp. 94/95). Essa política de produção e exportação, alicerçada nessa ideia de vantagem do Brasil, legitimou uma ofensiva extremamente agressiva sobre os bens naturais, bem como sobre os territórios de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e pequenos agricultores.

Girando em torno da política de produção de *commodities*, encontravam-se os investimentos para grandes obras de infraestrutura de deslocamento, para viabilizar o escoamento dos produtos. Nesse sentido, investiu-se fortemente em estradas, portos, ferrovias e hidrovias (MOTTA, 2000). O Porto de Suape - e somente o porto por enquanto – continuava, portanto, a ser um elemento estratégico nesse novo ordenamento da economia.

Apartir de meados dos anos 2000, percebe-se o surgimento de um outro processo, dessa vez encabeçado por governos de centro-esquerda. Os Estados Nacionais periféricos latinoamericanos voltam, portanto, a protagonizar as suas respectivas políticas econômicas internas e intensificam seu papel como articuladores do padrão de acumulação de capital no País.

Tratou-se de uma forma de aperfeiçoamento do neoliberalismo, diminuindo as tensões sociais provenientes de um modelo econômico que se voltou muito mais à gestão da reprodução do capital do que para as questões sociais (PÉREZ; GONÇALVES, 2012). Para amenizar a situação, foram implementadas uma série de políticas de auxílios sociais e de redistribuição de renda. Segundo Mota (2012), para combater a crise do neoliberalismo, esses Estados embarcam no social-liberalismo e no neodesenvolvimentismo, reposicionando a questão social como uma política de Estado.

O Estado volta, assim, a ser o indutor não só do crescimento econômico, mas da ampliação de emprego, partindo dos seguintes pressupostos: 1) o enfrentamento da crise deve se dar com o crescimento econômico mediado e conduzido pelo Estado; 2) é o crescimento econômico quem levará, inevitavelmente, ao desenvolvimento social (MOTA, 2012). A fórmula a ser seguida envolvia a apropriação da renda obtida da exploração dos recursos naturais para financiar o Estado e essas políticas sociais (MOTA, 2012). Seguindo esse raciocínio, é possível compreender os gigantescos

investimentos (via Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e BNDES) em grandes obras públicas de infraestrutura e de extração de matéria-prima, como mineração.

Essa política, contudo, se de um lado diminuiu o índice de pobreza e dinamizou as formas de enfrentamento a ela, com políticas de inclusão e de transferência de renda, por outro, manteve intactos o abismo da desigualdade social e a degradação ambiental.

Foi nesse momento, já nesse engatinhar de um novo processo de readequação do capitalismo, que o Porto de Suape começou a sofrer um gigantesco processo de ampliação e modernização, contando com a implementação de uma política de atração de indústrias para estruturar um complexo industrial no entorno do porto.

A partir de 2005, muito em função dos incentivos do PAC, criado em 2007, inúmeras indústrias passaram a se instalar na área e, hoje, o Complexo conta com mais de cem instaladas nos 13.500 hectares, incluindo estaleiros, refinaria, petroquímicas, termoeletricas e indústrias de bens de consumo. Todos os impactos negativos ao meio ambiente e à vida das comunidades nativas da região foram legitimadas pela promessa de progresso e geração de emprego e renda.

As consequências desse modelo têm se mostrado bem contraditórias: ao passo que permite ao Estado saltos econômicos na sua balança comercial, acarreta sérios problemas socioambientais, como deslocamentos forçados e a devastação do meio ambiente.

Percebe-se que Suape, apesar das crises econômicas experimentadas pelo País, manteve-se sempre como um elemento estratégico na “corrida do progresso”, seja porque “casa-se” bem com o padrão exportador de *commodities* adotado/imposto ao Brasil, seja porque se apresenta como um polo atrativo para investimentos diversos.

4 | LINHAS GERAIS SOBRE O CONFLITO

O território em questão é uma região localizada a quarenta quilômetros do Recife e abrange partes dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, no litoral sul de Pernambuco. Trata-se de uma área de três grandes estuários, caracterizando-se por, originalmente, ter sido toda coberta de mangue e entrecortada por rios que se conectavam entre si. Ao longo da costa, extensos cordões de recifes estabeleciam uma conectividade natural com os manguezais, o que fazia com que essa região fosse detentora de uma enorme biodiversidade e de uma abundante biomassa, gerando uma rica fonte de renda e de alimentação para uma vasta população local.

Nesse território, que possui 13.500 hectares, outrora funcionaram unidades de produção voltadas ao monocultivo da cana-de-açúcar, conhecidas como Engenhos. O cenário monocultural foi, no entanto, ao longo dos séculos, sendo disputado e substituído por sítios dos trabalhadores que foram se instalando na região e que

passaram a dar um novo sentido às terras, com a produção de alimentos. Nas matas, frutos de árvores nativas, como o caju, o ingá, a mangaba e o cajá, também são importantes fontes de renda e de alimentação dessa população.

Nesse sentido, a economia da região sempre foi bastante assentada na pesca artesanal e na agricultura de subsistência. Um levantamento feito no ano de 2009 apontou a existência de aproximadamente 25.000 pessoas, cerca de 6.800 famílias (SUAPE, 2016) distribuídas em 27 antigos engenhos e em ilhas estuarinas. São comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e agricultores e agricultoras de subsistência, com fortes elementos de tradicionalidade, tendo uma delas recentemente se reconhecido enquanto quilombola. Tais comunidades, há gerações, ocupam a região e se utilizam de seus bens naturais de forma sustentável.

Foi nessa vasta área, equivalente a quase dois terços do tamanho da cidade do Recife, que se instalou o Complexo Industrial Portuário Governador Erado Gueiros – Suape. A implementação e a ampliação do Complexo ensejou o despejo em massa de boa parte das populações locais e o desmantelamento de seus modos de vida.

As famílias que ainda resistem no território, por sua vez, têm denunciado constantes abusos por parte de “seguranças” da empresa, chegando a ser ameaçadas e impedidas de plantar e de fazer pequenas reformas em suas casas. Comunidades pesqueiras também relatam que têm sido impedidas de ter acesso às áreas em que tradicionalmente pescavam, inclusive aos mangues, sofrendo constantes ameaças e intimidações feitas por essa vigilância armada. Esse tem sido o método utilizado pela empresa, segundo as famílias, para coagi-las a saírem da área aceitando indenizações ínfimas.

Além de oferecer as indenizações, Suape passou a adotar uma política de reassentamento aplicada às remoções mais recentes. A principal e mais ampla política de reassentamento consiste na realocação de famílias rurais – agricultoras e pescadoras artesanais, que têm seus modos de vida específicos – em unidades habitacionais de apenas 40m², em área urbana, distante do mangue e do mar e desprovidas de áreas agricultáveis, inviabilizando por completo a continuidade dos seus modos de vida tradicionais.

É de se ressaltar que, quanto a essa questão, a empresa pública difunde um discurso segundo o qual essas famílias camponesas viveriam sob condições extremamente precárias de moradia, lançando-se então como redentora por tirá-lhes desse estágio “atrasado” e “rústico” e proporcionar-lhes condições “civilizadas” de habitação, condições essas que estariam materializadas no projeto habitacional acima mencionado.

Em documento expedido por Suape em 20 março de 2015, nos autos do Inquérito Civil Público n.º 2015/2140346, cujo objeto era apurar as denúncias de existência de uma milícia formada e financiada pela empresa pública, lê-se o seguinte:

[...] Percebe-se, desse modo, que o Complexo de SUAPE foi instalado num território que preservava muito das características rurais de um modelo com grandes

problemas de habitação. [...] Para promover as necessárias ações no setor de habitação, está em andamento o Projeto Habitacional de SUAPE, apontado no Plano Diretor e pautado no enfrentamento do déficit habitacional [...]. Trata-se de uma iniciativa arrojada, lançada após décadas de ocupação desordenada [...].

Os impactos ambientais, por sua vez, também são inúmeros e de proporções significativas. A realização de grandes obras, de forma imposta e sem efetiva participação das populações locais, gerou inúmeras situações de injustiça socioambiental. A implantação do porto e da infraestrutura para o complexo industrial em uma área de estuários de quatro grandes rios (Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe), por exemplo, acarretou a supressão de uma vasta extensão de vegetação nativa (de mangue, mata atlântica e restinga), além de obras de aterros, dragagens e represamentos. Com todas essas interferências no ecossistema local, os bens naturais disponíveis no ambiente tornaram-se cada vez mais escassos, impossibilitando a continuidade das práticas laborais tradicionalmente exercidas pelas comunidades.

As áreas de mangue, de restinga e de mata atlântica foram as mais afetadas pela construção do Complexo, somando mais de 900 hectares desmatados (TAVARES; COELHO JÚNIOR, 2013) autorizados pelo Poder Legislativo e Executivo de Pernambuco, por meio de leis estaduais.

Os impactos negativos ao ecossistema marinho e à atividade pesqueira foram reconhecidos pela Justiça Federal e confirmados recentemente pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em dezembro de 2018, no julgamento das Apelações interpostas no bojo da Ação Civil Pública nº 0005552-13.2011.4.05.8300, que condenou o Complexo de Suape à execução de uma série de medidas compensatórias e mitigadoras, dentre elas a recuperação do estoque pesqueiro.

A ausência de uma política de compensação ambiental adequada por parte da empresa pública, ademais, foi objeto da Ação Civil Pública nº 0010033-53.2010.4.05.8300, ajuizada pelo Ministério Público Federal e Estadual no ano de 2010. Somente após judicializada a questão foi que Suape passou a, efetivamente, implementar projetos de natureza compensatória.

No entanto, a política ambiental adotada pela empresa tem se mostrado como mais um fator de ameaça aos direitos das comunidades locais. Hoje, não só a instalação de indústrias vem sendo a causa de remoção de comunidades tradicionais: também o discurso da preservação ecológica, baseado em uma política ambiental excludente, vem sendo utilizado como pretexto para expulsar comunidades inteiras, que, pelo trato próprio e pela relação simbiótica que têm com o meio, é quem na verdade vêm proporcionando a preservação dos ecossistemas.

Segundo o novo plano de zoneamento da empresa, cerca de 60% da área do que hoje é Suape deve dar lugar às Zonas de Preservação Ecológica (ZPECs), de onde se buscará remover as comunidades para dar lugar aos projetos de reflorestamento, como modo de quitar o imenso passivo ambiental gerado pelas atividades no Complexo.

A escolha do local para a instalação do complexo recaiu, não por acaso, sobre

uma região tradicionalmente habitada por comunidades negras e com menor acesso à educação formal (populações politicamente minoritárias em direitos). A alocação espacial realizada pelos grandes empreendimentos poluentes não se dá de forma aleatória; ao contrário, os ônus ambientais são distribuídos de maneira desigual entre os diferentes povos em razão de processos sociais e políticos determinados, sendo majoritariamente direcionados para grupos étnicos discriminados (ALMEIDA, 2016). Evidencia-se a institucionalização de práticas discriminatórias por parte do Estado quando, por meio de decisões governamentais e estabelecimento de políticas públicas, são impostas as piores condições de vida a populações negras.

Essa discriminação institucional, contudo, é pouco aparente, porque assentada em pensamentos e discursos culturalmente enraizados e naturalizados pela nossa sociedade, dissimulando-se ainda mais em face das promessas de progresso e de desenvolvimento econômico, que supostamente proporcionariam melhorias nas condições de vida das populações locais. Numa ótica colonial amplamente difundida, essas comunidades camponesas seriam pobres e atrasadas, e por isso mesmo careceriam profundamente da modernização e do desenvolvimento que o Complexo Industrial e Portuário representava.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pequeno apanhado da história política econômica do Brasil e a exposição das linhas gerais do conflito envolvendo o que pode ser considerado uma grande obra pública retrata como a “ideologia do progresso” foi assimilada pelo País. Löwy (2002, p. 205), analisando o pensamento de Walter Benjamin, afirma que ele atacava a “ideologia do progresso” em todos os seus aspectos, desde o determinismo científico, até a crença de que o caminho do progresso seria um caminho linear e contínuo para a “vitória”.

A ideologia do progresso pauta-se, pois, na ideia de que só há um caminho para o desenvolvimento, cujo alcance estaria fundamentado no crescimento econômico e cujo direcionamento é ditado pelos países considerados desenvolvidos. Alternativas a esse modelo trazidas pelos países considerados subdesenvolvidos são sistematicamente encobertas, eliminadas.

É nesse sentido que o estado de Pernambuco, ao se utilizar da ideia de “progresso” para legitimar a apropriação do território e as profundas transformações sobre ele, está encobrindo a realidade dos povos que habitavam a região e que viviam sob modos tradicionais distintos daqueles preceituados pelo discurso do progresso, que os classifica como resquícios de um estado de pré-modernidade. Por isso mesmo, foram e continuam a ser modos de vida constantemente ocultados e combatidos por um Estado reprodutor da ótica colonial.

Os processos de resistência que se desenham no território reivindicam não um espaço nesse desenvolvimento ou uma alternativa **de** desenvolvimento, mas sim uma

alternativa **ao** desenvolvimento, que dialogue com a realidade local e com os seus anseios.

Reproduzir a ideia moderna de desenvolvimento, baseado em dualismos e no discurso deslumbrado de que se trata de um movimento que inevitavelmente levará à “redenção” e à “evolução”, é manter-se não apenas preso ao léxico colonizante, mas manter-se na condição de Sísifo, empurrando a pedra da esperança na ladeira intransponível do capitalismo, que promete conduzir ao progresso, ao desenvolvimento, à liberdade, ou como se queiram chamar as promessas inexecutáveis colocadas para os países periféricos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/qMBqx2> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

DUSSEL, Enrique. **1492 - O Encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

GUARDA, Adriana. **Crescimento e conflito no Porto de Suape** - Derrubada de casas é alvo de denúncia contra a diretoria do complexo. *Jornal do Comercio*, 05 mai. 2012. Disponível em: < <https://goo.gl/vwExbk> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LÖWY, Michael. **A filosofia da história de Walter Benjamin**. São Paulo. 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/kA5x7k> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

MENDES, Diego Costa. **Para além do desenvolvimento econômico**: o Programa de Aceleração do Crescimento e a qualidade de vida de uma comunidade autóctone de Suape (PE). Dissertação de Mestrado em Administração. Recife: UFPE, 2015.

MELO, Jamildo. **MPT desiste de organizar demissões e calotes em Suape**. Blog do Jamildo, 03 jun. 2014. Disponível em: < <https://goo.gl/2dRQnj> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

MONTEIRO, Mariana Vidal Maia. **A Escravidão Rural Contemporânea e a Reforma Agrária no Brasil**. Goiânia: UFG, 2017. [obra ainda não publicada]

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *In: Revista de Sociologia Configurações*, n. 10, 2012, p. 29-41.

MOTTA, João Ricardo Santos Torres da. **Medidas Adotadas pelo Governo FHC para o Desenvolvimento Econômico. Consultoria Legislativa**. jul/2000. Câmara dos Deputados. Brasília, 2000.

PÉREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. Desenvolvimento e conflitos territorial - primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape-PE, Brasil. *In: Revista de Geografia (UFPE)*, v. 29, n. 2, 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Suape recadastra ex-posseiros para terem acesso ao Minha Casa Minha Vida**. *Assessoria de Comunicação do Complexo Industrial Portuário de Suape*, 05 fev. 2015. Disponível em: < <https://goo.gl/sVXtVB> >. Acesso em: 22 mar. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. *In: Polis*, n. 41, 2015. Disponível em <<http://polis.revues.org/11027>>. Acesso em: 17 set. 2017.

ROUGEMONT, Laura; PERÉZ, Mercedes Solá. Tecendo Relações entre os Conflitos Socioambientais Territoriais Provocados por Megaprojetos: COMPERJ e Suape e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais. *In: Campo-Território: revista de geografia agrária*. v. 8, n. 16, 2013, p. 399-426.

SUAPE. Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Novo Plano Diretor – SUAPE 2030**. Disponível em: <<https://goo.gl/2ZXBC6>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Regulamento de exploração do Porto de Suape**. Disponível em: <<https://goo.gl/ZxuhNE>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

TAVARES, Patrícia Ferreira; COELHO JÚNIOR, Clemente. **Uma abordagem sobre a perda de áreas de manguezal pelas leis autorizativas no estado de Pernambuco**. *In: IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, Salvador, 2013.

VEGA, Gerardo Cerdas; RODRIGUEZ, Maria Helena. As Prioridades do BNDS: financiamento para o desenvolvimento? *In: CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Helena. (Org.). Política Socioambiental do BNDS: Presente e Futuro*. Brasília: INESC, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zHcb2a>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Licenciada em Geografia DGE/UFS Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: handresharochoa@yahoo.com.br

Sandra Andrea Souza Rodrigues

Licenciada em Geografia Universidade Tiradentes, Bacharel em Geografia DGE/UFS e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: sandreasilva@yahoo.com.br

José Eloízio da Costa

Licenciado em Geografia DGE/UFS, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista. Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Líder/Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural. E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral, analisar a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura

familiar, e o cooperativismo como forma de organização social e produtiva na agricultura. Diante do objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma revisão teórica bibliográfica em artigos, livros e textos complementares e um estudo de caso realizando trabalho de campo com entrevistas. Quanto aos resultados é pertinente afirmar que, a principal característica das cooperativas é oferecer aos seus participantes melhores condições econômicas e sociais. Por tanto, a atuação das cooperativas elucidada neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo assegurando o discurso da melhoria na condição de vida, para promover a permanência dos produtores nas regiões rurais por meio de políticas públicas e evitar o esvaziamento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Políticas Públicas

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of public policies for the development of family agriculture, and cooperativism as a form of social and productive organization in agriculture. In view of the proposed objective, a theoretical review of articles, books and complementary texts was used as methodological procedures and a case study was carried out in the field with interviews.

Regarding the results, it is pertinent to state that the main characteristic of cooperatives is to offer their participants better economic and social conditions. Therefore, the work of the cooperatives elucidates in this sense their due importance, with the perspective of triggering advances for the rural development supported by the government assuring the discourse of the improvement in the condition of life, o promote the permanence of producers in rural areas through public policies and avoid rural emptying.

KEY WORDS: Family Agriculture, Cooperativism, Public Policies

1 | A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO COOPERATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Na contemporaneidade, a aplicação das políticas públicas no campo tem introduzido inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva, isso gerou melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de melhoria para a população rural, onde por meio do cooperativismo tem encontrado uma base para seu desenvolvimento. Este vem, proporcionando a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico possibilitando um grande crescimento na economia gerada pela produção, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país. A cooperação agrícola é um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas como o alcance dos mercados institucionais pelos agricultores familiares.

O fomento ao cooperativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

Hoje o cooperativismo é um dos setores em que há uma grande participação no meio rural, isso ocorre pelo fato das pessoas se organizar em busca de criar novas formas de produzir e consumir, agregar valor ao produto, fortalecendo o desenvolvimento. De acordo com Ploeg (2008, p.372):

As associações e cooperativas estabelecem ligações entre a população agrícola e rural bem como formas organizacionais que estabelecem esforços em ultrapassar a crise agrícola. Assim essas práticas estabeleceram ligações e um novo padrão de instituições, as quais visam uma melhora radical nas relações entre os agricultores e o estado. De modo que ocorrem novas formas de auto regulação local e a aplicação de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável.

Grisa (2009) afirma que os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções

negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Programas de política pública de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), exige a compra direta por parte dos estados e municípios de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O surgimento do programa é da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação nas escolas públicas. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio do Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos Federal, estadual e municipal (BRASIL/FNDE, 2011).

A partir de junho de 2009, a Lei no 11.947 determinou que pelo menos 30% do valor destinado a alimentação escolar brasileira deveria ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Além de favorecer a articulação entre produção e consumo, o controle dos preços, a garantia de mercado, a criação de novos mercados e a inserção do consumo de produtos tradicionais de cada região.

O PNAE tem contribuído não apenas para superação da pobreza mas, também vem dinamizando regiões e aumentando possibilidades para um desenvolvimento rural sustentável. Pois a integração das políticas públicas de segurança alimentar com as políticas direcionadas para o mundo rural, junto ao reconhecimento e importância da agricultura familiar ressaltam o potencial das suas ações para o fortalecimento econômico e oportunidade de impulsionar as economias.

A lei deixa claro o incentivo dado à produção da agricultura familiar e a prioridades às comunidades indígenas e quilombolas. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta sua renda. Simultaneamente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

Ainda que reconhecida a importância da agricultura familiar para o abastecimento e segurança alimentar no mundo, esse segmento é frequentemente desafiado a apresentar respostas cada vez mais rápidas frente aos processos de globalização.

No Brasil, o Nordeste é a região que concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos indivíduos ocupados na agricultura brasileira (GUANZIROLI et. al., 2001). É importante ressaltar a observação muito oportuna de Wanderley (2001) ao dizer que é também no Nordeste

“onde a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (WANDERLEY, 2001, pág. 38).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que a alternativa de superar tal desafio, aparece na economia solidária, isto é, outro modo de produção, cujos princípios baseiam-se na propriedade coletiva ou associada ao capital, e o direito à liberdade individual, reunindo todos que produzem em uma única classe de trabalhadores possuidores iguais de capital, seja em cooperativas ou sociedades econômicas

A economia solidária, desse modo, representa a modificação das relações de trabalho e consumo no âmbito coletivo, proporcionando a manutenção de postos de trabalho, inibindo a falência de empresas, a exclusão de trabalhadores e as condições precárias de trabalho. Fundamenta-se na empresa comunitária, na agricultura familiar e em cooperativas, todos balizados na autogestão

O modelo agrícola industrial exigiu da agricultura familiar, a disponibilidade de capital, para que pudesse ser produtiva e se inserir dentro dos padrões do mercado agrícola capitalista. Este modelo foi sem dúvida um grande problema, ao modo que muitos dos agricultores não tiveram sucesso, provocando sua exclusão do processo e levando em grande parte ao êxodo rural. Desde os anos 90 os governos lançam algumas mudanças na coordenação das políticas de assentamento passando a privilegiar a chamada agricultura familiar como linha estratégica do desenvolvimento rural.

Com isso, a questão do desenvolvimento local começa a ganhar importância na elaboração das políticas públicas nos órgãos responsáveis pela reforma agrária. Apesar da crise agrária que pega de forma mais significativa os pequenos agricultores descapitalizados, a agricultura familiar desempenha um importante papel, à medida que colabora para a permanência no espaço rural.

De acordo com o Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento. Atualmente, o movimento cooperativista vem sendo usado como forma de introduzir inovações responsáveis pela diversificação social e produtiva gerando melhoria nas condições de vida, considerado pelo governo brasileiro, como uma forma de ampliação do modo de produção capitalista que tem encontrado uma base para seu desenvolvimento na criação dos padrões cooperativistas.

A mídia juntamente com o governo brasileiro vem promovendo a vinculação do progresso e desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista por meio do cooperativismo, que segundo dados governamentais têm possibilitado um grande crescimento na economia gerada pela produção, sobretudo, quando se analisa os dados

do progresso de cooperativas agropecuárias, sendo que as cooperativas passaram a ser consideradas como uma das saídas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O fomento ao cooperativismo e ao associativismo no meio rural procura unir os agricultores familiares em torno de objetivos comuns, gerando também economia de escala a nível local e regional permitindo condições de produção e comercialização mais adequadas e favoráveis à inserção nos mercados. Visto que, por meio do cooperativismo ou associativismo a agricultura familiar pode integrar forças para responder aos desafios impostos pela concorrência dos mercados melhorando sua inserção, principalmente nos setores que existem compras públicas de alimentos.

2 | ASSOCIATIVISMO EM JAPARATUBA-SE: A CASA DA MANGABA

Sergipe é considerado o maior produtor de mangada do Brasil, com produção girando em torno de 4,5 mil toneladas ao ano. A preservação da mangabeira nativa e o plantio comercial são as únicas maneiras de garantir a permanência em Sergipe. Porque, ao preservar a espécie nativa, garante a biodiversidade da região, agrega valor econômico ao produzir em grande escala a mangaba e mostra a viabilidade financeira. Porém, as mangabeiras vêm sendo extintas, planta endêmica da restinga, vem sofrendo com a expansão desordenada dos empreendimentos imobiliários.

Muitas mulheres dependem desse fruto para reprodução social, o extrativismo da mangaba da coleta a comercialização é realizado predominantemente pelas mulheres, esse trabalho é visto como complementar mesmo constituindo parcela importante da renda familiar, por meio da venda direta do fruto in natura, ou por meio da agregação de valor, fabricando bolos, doces, licor, cocada, biscoito entre outros. Devido a necessidade de preservação instrumentos legais em vigência, protegem a reprodução social dessas mulheres, com destaque para a Lei Estadual no 288/2010 (reconhece todas as catadoras de mangaba de Sergipe como grupo culturalmente diferenciado) e o Decreto Federal no. 4887 de 20 de novembro de 2003 (regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), não têm sido suficientes para diminuir o desmatamento das mangabeiras nativas.

Dessa forma, as mulheres rurais do povoado porteiras distante 20 km da sede do município de Japaratuba no estado de Sergipe a partir de uma reunião decidiram adotar a prática da cooperação agrícola um modelo que visa beneficiar e resolver alguns problemas, tais como: o baixo desenvolvimento e a dependência que acompanham pequenas comunidades, agregação de valor a mangaba in natura e a preservação ambiental da localidade.



Figura 1: Casa da Mangaba –Sede

Fonte: Trabalho de campo,2017.



Figura2: Registros dos cursos, feiras, eventos, exposições

Fonte: Trabalho de campo,2017.

A Associação das Catadoras de Mangaba do povoado Porteiros, em Japarutuba, surgiu com 24 mulheres as mesmas permanecem a frente do projeto, foi financiada pela PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Grande parte das vendas são destinadas ao PNAE, para as prefeituras os produtos fabricados são: bolos (mangaba, banana, cascão, milho, mel), biscoitos, geleia, balas (mangaba, banana), bombom de mangaba, trufas de mangaba, licor (genipapo e mangaba) e tartaletes. Esses são vendidos para a prefeitura Municipal de Japarutuba e também recebem encomendas de outras prefeituras. Para trabalharem as mangabeiras receberam cursos ministrados pelos instrutores do Sebrae, que ofereceram ao grupo conhecimentos e técnicas do manuseio à comercialização dos alimentos para aumentar a produção e qualidade e atendimento. Os produtos também são vendidos em eventos realizados no estado de Sergipe.



Figura 4: Produção de bolos, balas e biscoitos

Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 5: Produção de Licores

Fonte: Trabalho de campo, 2017

A renda obtida na produção têm modificado as condições de vida visto que, elas passaram a fazer melhorias em suas casas em reformas, realizando compras de eletrodomésticos, investido na compra de remédios e saúde em geral, viagens com a família e compras de produtos para a casa da mangaba.

Despulpadora



Figura 6: Maquinários da Produção

Fonte: Trabalho de campo, 2017



Figura 7: Batedeira Industrial

Fonte: Trabalho de campo, 2017

Arquivos: Handresha Rocha

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das discussões apontadas, apresenta se qualitativamente algumas informações sobre a implantação da Casa da Mangaba, a fim de elucidar a importância das cooperativas como meio de promoção para melhoria da qualidade de vida dos habitantes no meio rural.

Para tanto, se fez necessário analisar referenciais teóricos e realizar pesquisa de campo que permitiram descrever alguns aspectos pertinentes, levando-se em consideração o cotidiano dos habitantes do povoado Porteiros. Além de entrevistas

semiestruturadas, observações, depoimentos, acompanhando o dia a dia da comunidade como também dialogando e integrando no espaço social.

Diante da aplicação dos 20 questionários e das 15 entrevistas, foram analisados de acordo com amostra aleatória constatando-se a participação positiva e ativa de 85% da população no trabalho associativista, excluindo desse montante as crianças e os idosos que ajudam em algumas tarefas diárias sem expressivamente colaborarem nas colheitas ou na agroindústria. A partir dessa constatação é possível afirmar que existe um forte sentimento de pertencimento e identidade entrelaçados nas raízes culturais da localidade que busca coletivamente melhoria nas condições de vida.

O cooperativismo busca unir as mulheres em prol de objetivos comuns, gerando uma economia de alcance a nível local e regional proporcionando condições de produção e comercialização melhores e favoráveis à inserção nos mercados. Permitindo adequadas formas de integração, favorecendo o desenvolvimento no campo.

Um outro detalhe importante verificado é em relação a constituição da renda, pois a pequena agroindústria tem auxiliado no complemento da renda e não é a renda principal das mulheres, sua renda advém da produção de artesanatos, venda direta da mangaba em feiras e livres e em terceiro lugar a renda relacionada aos subprodutos da casa da mangaba. Visto que só produzem quando há pedidos, e o lucro médio mensal corresponde de R\$ 500 á R\$ 2000 reais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente afirmar que a principal característica das cooperativas e associações é oferecer aos seus cooperados melhores condições econômicas e sociais. Dessa forma, a estas atuam como um meio de promoção dos interesses de seus membros.

Percebe-se que é viável a constituição de associações e cooperativas, como forma de gestão das pessoas. É possível melhorar as condições de vida por meio do aumento da renda, quando as pessoas se organizam de forma cooperada. Os esforços em conjunto criam desafios e despertam o interesse para uma gestão participativa.

Por tanto, a aplicação das cooperativas e associações elucida neste sentido a sua devida importância, na perspectiva de acionar avanços para o desenvolvimento rural apoiado pelo governo e iniciativas privadas, assegurando o discurso de melhoria socioeconômica promovendo a permanência dos produtores nas regiões rurais para garantir sua sobrevivência no campo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO REGIONAL E SETORIAL DOS RECURSOS.** *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011

BRASIL/FNDE, 2011. <http://www.fnde.gov.br/...do.../2349-guia-pnld-2011---anos-finais-do-ensino-fundamental> acessado em junho de 2016

GRISA, Cátia. **Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. In: CONGRESSO DA SOBER, 47. Anais... Porto Alegre. 2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Aracaju.2007

MOTA, Dalva Maria da. **As Catadoras de Mangaba: problemas e reivindicações** et al. Belém PA Embrapa Amazônia Oriental,2007

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo et.al **As catadoras de mangaba em defesa dos seus modos de vida**. Aracaju:Embrapa Tabuleiros Costeiros, 20015 (ISSN 1678-1953;192)

SCHNEIDER Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre ano 6, n.11, p 88-125, jan./jun.2010

_____. **Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 114.

PLOEG, J.D.V.D **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; Tradução Rita Pereira. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.372,2008

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre:ano08, nº16, jul/dez,2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em fevereiro de 2014

TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas**; Passo Fundo; Editora da UPF, 2001, pp. 57-103.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local ((sob o ângulo do Estado)** [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a pdf/03 atr pp papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a%20pdf/03%20atr%20pp%20papel.pdf) 2002

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. 2001 Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 2

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Emerson Siqueira Cavalcante Pinto

Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III - Palmeira dos Índios. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR. E-mail: emersoncavalcante2p@gmail.com

Antonio Marcos Pontes de Moura

Mestre em Geografia, docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III - Palmeira dos Índios. Líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Estudos Agrários e Regionais - NEAR. E-mail: marcos_agraria@yahoo.com.br

RESUMO: A agricultura familiar Alagoana enfrenta dificuldade no momento de comercializar sua produção, com a finalidade de solucioná-la o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o qual foi instituído com o intuito de garantir a comercialização da produção da agricultura familiar, assim, incentivando-a e promovendo a fixação do homem no campo. Esta pesquisa tem por objetivo principal realizar um estudo da Política de Aquisição de Alimentos – PAA focalizando as mudanças nos aspectos socioeconômicos numa perspectiva de desenvolvimento territorial promovidas nos Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia Leiteira. A partir de observações e

investigações por meio de pesquisa tornou-se possível diagnosticar que o PAA, articulado com outras políticas públicas, está promovendo entre a sociedade camponesa carente a geração e distribuição de renda, e, conseqüentemente, a fixação do homem no campo.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento. Política

Território.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo principal realizar um estudo da Política de Aquisição de Alimentos – PAA focalizando as mudanças nos aspectos socioeconômicos numa perspectiva de desenvolvimento territorial promovidas nos Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia Leiteira, para tanto, serão especificados os seguintes objetivos: Identificar as modalidades da Política de Aquisição de Alimentos predominantes em ambos os territórios; Caracterizar os aspectos socioeconômicos característicos dos territórios, bem como os caracteres de suas culturas relacionadas à produtividade; Destacar quais as principais políticas públicas presentes nos respectivos territórios. Constatar como a Política de Aquisição de Alimentos - PAA atua mediante ao público alvo.

Compreende-se que durante toda sua

história o Estado de Alagoas esteve submisso a um pequeno grupo de pessoas, constituído por grandes latifundiários que têm em suas mãos as melhores e maiores quantidades de terras, esse grupo exerce um poder político-econômico-social maléfico sobre o referido Estado, algo que justifica Alagoas apresentar um dos piores índices de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil.

No Brasil há uma grande predominância do latifúndio o que acaba originando, conseqüentemente, a proliferação da desigualdade social no campo. As políticas públicas voltadas ao campo surgem como uma forma de incentivo para aquelas classes camponesas, ao passo que têm como finalidade buscar fortalecê-las socialmente e economicamente. O Estado de Alagoas não apresenta uma realidade diferente da nacional, com um grande índice de concentração fundiária açucareira o estado possui sérios problemas socioeconômicos, como é destacado a seguir:

Essa concentração fundiária estabelecida ao longo dos tempos influenciou de forma decisiva a sociedade alagoana, no aspecto de sua formação territorial, na consolidação de sua economia canavieira, nos aspectos de sua dominação social e política, passando a fazer parte do aspecto cultural, através da cultura do paternalismo, da submissão e da violência. (MOURA, 2013, p.284).

Em conseqüência desse modelo nefasto de desenvolvimento econômico e social implantado em Alagoas, que prioriza a concentração de terras em prol do agronegócio, alguns setores da sociedade são prejudicados como agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas e indígenas, os quais sofrem dentre vários problemas com a exclusão social.

Com o propósito de solucionar esses problemas beneficiando essas classes camponesas tidas como marginalizadas, o governo federal acabou criando uma política de desenvolvimento territorial no país a partir da homologação do Programa Territórios da Cidadania – PTC em 2008.

O Programa Territórios da Cidadania - PTC, lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios. (BRASIL, 2016).

A instauração do PTC propiciou a criação de 120 territórios em todo o Brasil. Em Alagoas, atualmente, há 8 territórios da cidadania: do Litoral Norte; do Médio Sertão; do Alto Sertão; da Mata Alagoana; do Baixo Francisco, das Regiões Lagunares, do Agreste e da Bacia Leiteira. A pesquisa em questão dará ênfase aos Territórios do Agreste e da Bacia Leite.

O Território da Cidadania do Agreste Alagoano é constituído por 16 municípios, são eles: Arapiraca, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana e Traipu;

contendo 6 áreas de terras indígenas, 8 comunidades quilombolas, 986 famílias assentadas e 48.183 agricultores familiares. (BRASIL, 2016).

O Território da Cidadania da Bacia Leiteira Alagoana é constituído por 11 municípios, a saber: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Palestina. Possui 357 famílias assentadas, 12 comunidades quilombolas e 8.657 agricultores familiares. (IBIDEM, 2016).

Na definição dos Territórios da Cidadania foram utilizados alguns critérios, são eles: Menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação. (IBIDEM, 2016).

Compreende-se que os critérios usados na definição dos respectivos Territórios tinham como virtude indicar aquelas áreas onde estão localizados os cidadãos que sempre foram vítimas do cruel sistema de desenvolvimento socioeconômico implantado em Alagoas e no Brasil, que privilegia uma pequena classe da sociedade, os dominantes, em detrimento da classe trabalhadora, os pobres.

Com a finalidade de gerar Desenvolvimento Territorial naquelas áreas que passam por várias dificuldades socioeconômicas, o PTC implantou várias políticas públicas por meio dos Territórios da Cidadania naquelas áreas onde há uma grande desigualdade socioeconômica.

Dentre essas políticas está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 no âmbito do Programa Fome Zero, tem como objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Entretanto, essa lei foi alterada pela Lei de nº 12.512 de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigor é o Decreto de nº 7.775, de 04 de julho de 2012. (BRASIL, 2016).

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O programa é executado por estados e municípios em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). (BRASIL, 2016).

A execução do PAA ocorre através de 6 modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio à Formação de Estoques; Incentivo a Produção e ao Consumo do Leite; Compra Institucional; e Aquisição de Sementes. (BRASIL, 2016).

Em sua essência o PAA possui grande poder correlacionado ao fortalecimento da agricultura familiar, ao garantir a compra de seu excedente, e social, ao passo que realiza a distribuição desse excedente entre aquelas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade alimentícia. Além disso, o respectivo programa apresenta a aptidão de promover o incentivo do cooperativismo e associativismo, a exemplo,

constatou-se que nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, o PAA contribui consideravelmente para o fortalecimento de cooperativas e associações, uma vez que muitos agricultores que nunca trabalharam com o PAA e não sabem como concorrer aos editais do programa buscam se filiarem a essas entidades da sociedade civil com o intuito de tornarem-se beneficiários do programa.

Os Territórios da Cidadania alagoanos do Agreste e Bacia leiteira apresentam grande potencial econômico, de forma que o território do Agreste tem uma economia baseada em uma policultura, ou seja, atividades relacionadas à fruticultura, à pecuária leiteira e de corte, à produção de mandioca e seus derivados, à produção de leguminosas e hortaliças, à produção de milho e outras infinidades de produtos todos derivados da agricultura familiar. O território da Bacia leiteira carrega em seu próprio nome seu principal produto econômico, ou seja, o leite que é à base de sustentação econômica de muitas famílias agricultoras daquela região.

Em ambos os territórios políticas públicas estão sendo implantadas, as quais têm a finalidade de fortalecer suas economias, de forma a promover o desenvolvendo socioeconômico dos atores sociais que constituem as populações territoriais de ambos os territórios. Uma vez entendendo o propósito dessas políticas é importante, por meio de pesquisar, analisar como está realmente sendo implantadas essas políticas junto aos seus atores sociais, além de averiguar quais as mudanças positivas a nível socioeconômico ocorridas junto as populações territoriais.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa foi fundamental o uso de objetos como gravador de voz, crucial para retenção de informações que deram veracidade ao conteúdo descritivo do estudo; caderneta de anotações a qual teve eficácia, uma vez que ajudou a registrar elementos que foram capitais para a formulação da pesquisa em pauta.

Foi de extrema importância para obtenção de dados de cunho quantitativos e qualitativos, acessar sites de órgãos governamentais como da Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSA) responsável por repassar recursos necessários para execução do PAA, e o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que executa modalidades do PAA como a Compra com Doação Simultânea (CDS).

Para o êxito da pesquisa a participação nas Plenárias Territoriais do colegiado do Território do Agreste e Bacia leiteira Alagoana foi essencial para captar informações relacionadas, aos problemas enfrentados nos Territórios e às conquistas de cunho social e econômico obtidas pelas populações territoriais.

Do ponto de vista bibliográfico foram realizadas leituras e fichamentos de artigos científicos, dissertações, teses, publicações de periódicos e livros os quais

contextualizavam, sobre políticas públicas, desenvolvimento territorial, Territórios da Cidadania, agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Como um aspecto fundamental para qualquer pesquisa foram aplicadas entrevistas, com representantes de associações, de cooperativas e da agricultura familiar, por meio das quais foi possível obter condições suficientes para a construção temática deste esboço.

A partir das informações coletadas por meio de pesquisa tornou-se aplausível realizar a análise da articulação do Programa de Aquisição de Alimentos nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, especificando suas benignidades na capacidade de promoção do fortalecimento socioeconômico do programa, bem como identificando seus entraves para tal promoção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente o agronegócio vem crescendo no Brasil com muita veracidade e apresenta-se com um problema para agricultura familiar ao ocupar grandes extensões de terras, além disso, são as melhores com um ótimo potencial produtivo, tudo isso faz com que este setor da economia brasileira saia na frente em questão de número de produtividade da agricultura familiar, entretanto, grande parte do excedente derivado do agronegócio é destinado à exportação, o que acaba fazendo com que a agricultura familiar exerça importante papel no abastecimento do mercado interno brasileiro com sua produção baseada numa policultura, que se sobrepõe à monocultura típica do agronegócio.

No Brasil as políticas públicas surgem como uma estratégia desenvolvida pelo governo que busca beneficiar aqueles atores sociais que são especificamente as vítimas de uma sociedade onde se estabeleceu uma divisão de classes por meio da qual a desigualdade social se apresenta como um dos principais males.

Através de observações feitas pode-se afirmar que a agricultura familiar possui enorme potencialidade quando o assunto é desenvolvimento socioeconômico da sociedade camponesa alagoana, por exemplo, em alagoas se tem o município de Arapiraca que apresenta um elevado número de agricultores familiares os quais apesar de possuírem pequenas extensões de terra promoveram e promovem grande dinamismo econômico no respectivo município, diferente da realidade diagnosticada em municípios onde a produção canavieira ocupa enormes extensões de terras de forma que esses municípios apresentam baixo dinamismo dentre suas populações locais.

Uma das peculiaridades da agricultura familiar é a capacidade de diversificação produtiva, algo que é extremamente necessário ao passo que a partir do momento em que se emprega uma economia baseada em uma policultura em determinada região a mesma irá se desenvolver com mais veracidade. Por outro lado, quando em uma

região existe há predominância de uma monocultura a respectiva está submissa a passar por problemas econômicos, uma vez sua economia entrando em estado de crise.

Mediante todos os problemas e potencialidades da agricultura familiar pode-se afirmar o quanto é importante buscar o fortalecimento desse setor da economia brasileira, muitas vezes desvalorizado e esquecido, por meio de políticas públicas capazes de beneficiar verdadeiramente esse que tanto tem a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade.

A categoria de território é utilizada na definição dos limites espaciais para implantação de determinadas políticas públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Entende-se, portanto, que determinado Território da Cidadania abrange vários municípios de forma que as políticas não beneficiem apenas respectivo município, mas todos aqueles que constituem o território.

Contemporaneamente, o conceito de território enquanto política pública se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, ao passo que busca fortalecer a economia daquelas áreas que apesar de apresentarem uma diversidade econômica acabam enfrentados vários problemas de categoria socioeconômica, ou seja, entraves para promoção de amplo desenvolvimento territorial. Correlação ao novo conceito de território empregado dentro das políticas públicas, Lopes e Costa (2009, p.12) fazem a seguinte descrição:

O novo conceito de território surge como uma estratégia de intervenção, de caráter multidimensional, valorizando diferentes aspectos das atividades desenvolvidas pelos atores sociais – agentes econômicos privados, governo, movimentos sociais e organizações não-governamentais -, fazendo-a interagir com novos processos de intervenção e participação social, para além do estritamente agrícola. Em outras palavras, o enfoque territorial passa a tomar como base critérios ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos, além da preocupação com as institucionalidades que se formam durante o desenrolar do processo de implementação das ações territoriais. (LOPES; COSTA, 2009, p.12)

Compreende-se que o conceito de território, interligado à política pública, passa a ser utilizado como uma forma de intervenção sobre os problemas de categoria social pelos quais passam as classes camponesas, a exemplo da agricultura familiar que cultiva nas menores porções de terras e tem dificuldades no que diz respeito à comercialização de sua produção.

O latifúndio açucareiro em Alagoas não promoveu o desenvolvimento socioeconômico do mesmo, ao contrário gerou uma má distribuição de terras, que, conseqüentemente, provoca a má distribuição de renda fazendo com que a cada dia problemas como a desigualdade social aumente no Estado.

As dificuldades sofridas pela população camponesa, a exemplo da má distribuição de terras, acabam fazendo com que muitos grupos que compõem a respectiva população, como assentados da Reforma Agrária, comunidades quilombolas e agricultores familiares aderem ao de êxodo rural, que provoca um inchaço populacional

nos centros urbanos acarretando em problemas como a segregação residencial e o desemprego. O investimento em políticas públicas que, assim como o PAA, têm o objetivo de promover a fixação do homem no campo e de amenizar o problema do êxodo rural.

No Nordeste brasileiro, em especial no Estado de Alagoas, há um grande índice de agricultores familiares que aderem ao fenômeno de migração ao migrarem, temporariamente ou definitivamente, para outras regiões e estados do país, deixando sua terra natal, em busca de oportunidade de emprego e de melhores condições de vida. Entre as causas da migração da população camponesa nordestina para outras regiões do país está o fenômeno da seca, a não geração de renda e a falta de assistência governamental.

No Território da Cidadania do Agreste Alagoano a partir da implantação e articulação de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Seguro Safra e o PAA houve uma diminuição no índice de migração de agricultores familiares nordestinos para outras regiões do Brasil, que constituem sua população campestre.

O PAA se constitui como política que tem uma essência pedagógica, pois essa contribui para a disseminação dos conhecimentos relacionados a estratégias de mercado entre membros da agricultura familiar, como é especificado adiante.

[...] se revelam no Programa seus fortes impactos pedagógicos, uma vez que o PAA possibilita aprendizados na relação das organizações com o mercado e, ao mesmo tempo, que essas organizações econômicas de base familiar acumulam experiência na gestão de seus processos técnicos, administrativos e financeiros. (BRASIL, p.49).

Os representantes de entidades como cooperativas e associações, ao trabalharem com o Programa de Aquisição de Alimentos, lidarão constantemente com determinadas negociações, envolvendo mercadorias produzidas pelos membros daquela entidade, com isso irão adquirir experiência técnica/administrativa suficiente para criar, por exemplo, estratégias de negócios, que darão sustentabilidade no momento de fechar alguma transação.

Uma figura expressa no Território do Agreste alagoano pode ser tomada como exemplo do papel pedagógico do PAA, presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL) que tem como uma de suas principais políticas o PAA, a senhora Maria Jose Alves, agricultora, acabou ganhando o prêmio mulher de negócio SEBRAE – 2015 algo que expressa quanto o PAA promove a experiência em gestão dos processos administrativos/financeiros entre agricultores que representam as entidades da sociedade civil.

O PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização da atuação dos agricultores familiares enquanto atores. (MÜLLER, 2007, p. 119)

O investimento em políticas públicas, como o PAA que são executadas junto aos agricultores familiares, é uma forma encontrada pelo governo federal de valorizar um setor da sociedade que, apesar de sofrer com graves problemas sociais e econômicos, cumpre um importante papel na dinâmica econômica brasileira, sendo responsável por abastecer com seus produtos grande parte do mercado consumidor nacional.

Quando se indaga a respeito do conhecimento sobre as políticas públicas se pode contextualizar a respeito da Política de Desenvolvimento Territorial expressa nos territórios da cidadania, pois a partir da referida política foram criados os colegiados territoriais que cumprem importante papel na apresentação de políticas públicas a agricultores familiares e aos seus representantes, presidentes de associações e cooperativas. Por exemplo, no Território da Bacia Leiteira alagoana a COOPAZ - Cooperativa Agropecuária dos produtores de Leite familiar da Bacia Leiteira de Alagoas teve o primeiro contato com essa política por meio das plenárias territoriais citado território.

Um dos problemas enfrentados pelo agricultor familiar diz respeito inserção de sua produção no mercado, como especifica abaixo, quando perguntado sobre as dificuldades encontradas pelo agricultor em disseminar seus produtos no mercado e sobre a sua experiência com a figura do intermediário, o agricultor familiar residente no município de Arapiraca localizado no território do Agreste, Francisco Ferreira Ferro:

Se tem dificuldade mesmo porque nem aquele selo de licitação a gente não tem. Existe só o selo da data de fabricação e validade. A gente não pode fornecer para supermercados porque não tem código de barra... Tem uns atravessadores lá, aí as meninas venderam, o cara comprou, aí elas perderam. (2016).

A partir da fala do agricultor compreende-se que o mesmo enfrenta problema tanto relacionado à falta do pagamento do produto comprado pelo intermediário, como para conseguir obter a licitação para comercializar sua mercadoria com empresas como é o caso de supermercados.

A instauração do (PAA) trouxe benefícios para o seu público alvo beneficiário nos territórios do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana, uma vez que garante a compra dos produtos derivados da agricultura familiar sem licitação eliminando assim a figura do atravessador, o qual adquire o produto da agricultura familiar por um valor estipulado abaixo do preço de mercado.

Ao ser perguntado em entrevista sobre os valores praticados pelo PAA paralelamente aos praticados pelos atravessadores, o presidente da COOPAZ – Cooperativa Agropecuária dos produtores de Leite familiar da Bacia Leiteira de Alagoas que trabalha com o PAA junto aos seus cooperados, Sebastião Ferreira Silva Filho (2016) indaga o seguinte: “Os valores praticados pelo PAA - Leite são mais elevados do que aqueles valores obtidos pelo agricultor ao vender ao atravessador.”

Foi averiguado no transcorrer da pesquisa que o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea tem a capacidade de adquirir a mercadoria do agricultor familiar em uma quantidade bem mais elevada. Por meio de entrevista o técnico

agropecuário que atua prestando assistência técnica aos agricultores do Território do Agreste, Mamede Vitório Mota (2016) indaga que: “Na questão de quantidade o PAA compra bem mais do que os atravessadores”.

Dentre as dificuldades, no que diz respeito ao PAA, enfrentadas pelos atores sociais dos territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana está àquela relacionada ao valor liberado para a execução do programa junto ao seu público alvo, isso porque, na maioria das vezes, a renda obtida através do PAA não é suficiente para suprir todas suas necessidades.

O recurso liberado através da modalidade Apoio à Formação de Estoque é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por unidade familiar/ano. (BRASIL, 2014). Esse valor liberado por meio da modalidade Apoio à Formação de Estoque, quando dividido pelo número de meses do calendário anual, o agricultor terá uma renda mensal de aproximadamente R\$ 666,66 (seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), no caso uma renda que não chega a 1 salário mínimo, e que terá de compensar os investimentos feitos para a produção da respectiva mercadoria comercializada.

Maria Jose Alves (2016), presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL), quando perguntada se há dificuldades na articulação do PAA, diz que: “Existe, a dificuldade [...] é a quantidade de [...] recurso. [...] sempre era oito mil por DAP, este ano caiu pra seis, então cada vez mais quem tá sofrendo é o agricultor, tá diminuindo a demanda dele, então a dificuldade é o Governo Federal, é aporta recursos.”

Em entrevista a senhora Maria Jose Alves, agricultora familiar e presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca (COOPERAL) que atua no Território da Cidadania do Agreste Alagoano, quando perguntada se realmente o PAA promoveu mudanças positivas na vida dos cooperados da respectiva cooperativa, relata que:

Sim, [...] eles trabalha já com sua produção toda garantida, sabendo que já tem onde ele colocar sua produção, e já encima disso ele já se planeja, como que ele vai gastar, o que vai ajudar ele e sua família, como ele pode tá se estruturando, como ele pode tá vendo pra comprar mais um trator, uma outra ferramenta que venha dar beneficiando ele na sua propriedade. [...] tem deles que já compraram carro, moto, já reformaram casa, então melhoras tem deles, que já até investiram no terreno, na própria propriedade com poços artesianos, então tudo isso já é melhoria pra eles. (2016).

A partir da afirmação da presidente da COOPERAL, Maria Jose Alves, e de observação da população beneficiária do PAA no Território do Agreste Alagoano entende-se que o PAA de fato promoveu e está promovendo mudanças na qualidade de vida de seus beneficiários.

O Território da Cidadania da Bacia Leiteira Alagoana, por estar localizado no semiárido alagoano, enfrenta grandes problemas sociais e econômicos por conta da seca, um dos setores produtivos que mais passa por dificuldades em consequência desse fenômeno é a pecuária leiteira, principal atividade econômica da região, onde em períodos de estiagem pela falta de pastagem e de água para consumo animal, o

produtor tem que comprar ração e água, por um preço bastante elevado em razão da pequena oferta e grande demanda, para manter o seu rebanho, provocando o aumento no custo de produção do leite.

Apesar de o leite ter um alto custo de produção em períodos de secas, paralelamente, o produto não apresenta um valor de mercado que supri aqueles gastos para produzi-lo. Em razão de problemas como esse, anteriormente, descrito o investimento em políticas públicas desenvolvimentistas de cunho socioeconômico, a exemplo o PAA, através de suas modalidades como o PAA-Leite a qual incentiva a produção do leite entre os pequenos agricultores garantido a compra de sua produção, traz uma perspectiva de mudança positivas para o Território da Bacia Leiteira e sua população.

O cooperativismo no território da Bacia Leiteira é bastante interessante levando em consideração o aspecto de organização social, utilizando a produção leiteira como exemplo, 1 pequeno produtor que produzir 5 litros de leite não terá oportunidade de comercializar essa produção com uma empresa, a qual dar ênfase ao médio e grande produtor, mas caso o referido produtor for cooperado de alguma cooperativa terá chance de vender sua produção mesmo sendo considerada pequena, ou seja, o cooperativismo se traduz numa forma de integração entre diferentes produtores. O PAA incentiva o cooperativismo entre pequenos produtores familiares, uma vez que compra os produtos das cooperativas.

Uma das grandes conquistas obtidas em questão de política pública no Território da Cidadania da Bacia Leiteira alagoana está relacionada à construção da fábrica escola em Belo Monte – AL via (Proinf) Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais. Essa fábrica tem como propósito promover o fortalecimento da pecuária leiteira no respectivo território por meio da compra do leite derivado da agricultura familiar por um valor similar ao da grande empresa, ao passo que a fábrica terá a finalidade de industrializar esse produto para comercializá-lo por todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação de políticas governamentais que, assim como o PAA, são instituídas com o propósito de fortalecer a agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento de uma policultura mais abrangente em todo o estado, no qual há predominância de uma monocultura expressa no latifúndio açucareiro que não fornece espaço suficiente para a diversidade produtiva caracterizada na figura do agricultor familiar, e só traz malefícios para Alagoas e a maioria de sua população em benefício de um pequeno grupo.

Constatou-se que no que está relacionado à organização social de ambos os Territórios da Cidadania estudados há uma falta de interesse por parte de algumas associações, cooperativas e membros da agricultura familiar, assentamentos da Reforma Agrária e comunidades quilombolas em participar das plenárias territoriais

dos respectivos territórios. A participação desses grupos destacados em plenárias territoriais é extremamente necessária, pois as plenárias dos colegiados territoriais têm importante papel na apresentação e disseminação de diferentes políticas públicas entre as populações territoriais camponesas.

Foi identificado, ao observar a articulação do PAA nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana e outras políticas como o (PNAE) Programa nacional de Alimentação Escolar, que o Programa Territórios da Cidadania (PTC) não cumpre de forma geral o seu papel expresso pelo o governo federal em seu plano de implantação, quando é especificado que o respectivo programa tem a função de universalizar as políticas públicas entre o seu público alvo, entretanto averiguou-se que programas como o PAA não beneficia toda a população territorial agricultora de ambos os territórios.

Por meio de uma análise minuciosa tornou-se possível diagnosticar que as políticas públicas instituídas nos Territórios da Cidadania do Agreste e Bacia Leiteira Alagoana estão contribuindo para o desenvolvimento territorial dos respectivos. Portanto, é necessário que as políticas voltadas ao campo, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, entre outros, não sejam obstruídas para que possam, assim, dar continuidade na promoção do desenvolvimento territorial de ambos os territórios e, conseqüentemente, na geração e distribuição de renda entre sua população camponesa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Jose. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto. Arapiraca – AL. 20 de Set. 2016. Gravador de Voz.

BRASIL. **Caderno de Legislação:** Programa de Aquisição Alimentos – PAA. 2014. P.41.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA – 10 anos de Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, DF, 2013. 277 p.

_____. **MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/>> Acesso em: 28 de Outubro de 2016.

_____. **PTC – Programa Territórios da Cidadania.** Disponível em: <www.territorioidacidadania.org.br/> Acesso em: 10 de Março de 2016.

FERRO, Francisco Ferreira. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto. Arapiraca – AL. 02 de Dez. 2016. Gravador de Voz.

FILHO, Sebastião Ferreira Silva. Entrevista concedida a Emerson Siqueira Cavalcante Pinto.

Arapiraca – AL. 02 de Dez. 2016. Gravador de Voz.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloísio Da. Contradições, Avanços e Desafios na Formação dos Territórios Rurais do Alto sertão sergipano e Agreste de Alagoas. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloísio Da. (Orgs). **Terra em Alagoas: temas e problemas.** São

CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG

Amanda Alves Maciel Rocha

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto
de Geociências
Belo Horizonte - Minas Gerais

RESUMO: A lógica capitalista, sempre acompanhada da ideologia moderna ocidental e da globalização neoliberal, gera consequências menos ou mais perversas aos lugares onde atravessa. Em determinadas regiões, algumas das consequências deste processo são as expropriações de pessoas, o cerceamento de modos de vida e a crescente restrição na autonomia dos sujeitos locais para a atuação e direcionamento de diretrizes em seus próprios territórios. As denominadas áreas rurais, quando vistas como interessantes ao capital, sofrem com as práticas intensivas e homogeneizantes de modernização do campo, e quando pouco interessantes, são negligenciadas e colocadas à margem dos processos econômicos e políticos. Diante das atuais atuações e articulações entre o Instituto Rondon Minas, a Fundação Caio Martins e a Prefeitura Municipal no município de Buritizeiro, este trabalho busca compreender os processos históricos e as diversas realidades presentes no município de Buritizeiro como forma de imaginar caminhos que auxiliem as diretrizes e projetos pensados para o município, principalmente em relação aos distritos e

demais aglomerados rurais.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de escala, modos de vida, território, descolonização.

DIRECTIONS FOR EMANCIPATION:

**DISTRICTS AND RURAL AGGLOMERATES
OF BURITIZEIRO - MG**

ABSTRACT: The capitalist logic, always accompanied by modern western ideology and neoliberal globalization, produces less or more perverse consequences to the places where it crosses. In some regions, some of the consequences of this process are the expropriation of people, the curtailment of lifestyles, and the growing restriction on the autonomy of local individuals to act and direct directives in their own territories. The so-called rural areas, when viewed as interesting to the capital, suffer from the intensive and homogenizing practices of modernization of the countryside, and when they are not very interesting, are neglected and placed on the fringes of economic and political processes. In view of the present actions and articulations between the Rondon Minas Institute, the Caio Martins Foundation and the City Hall in the municipality of Buritizeiro, this work seeks to understand the historical processes and the different realities present in the municipality

of Buritizeiro as a way of imagining ways that will help the guidelines and projects designed for the municipality, mainly in relation to the districts and other agglomerates rural.

KEYWORDS: scale policies, ways of life, territory, decolonization.

1 | INTRODUÇÃO

A articulação de política de escalas, entendida como a articulação de ações e agentes que operam com magnitudes e alcances distintos com o objetivo de potencializar efeitos, diminuir impactos e ampliar esferas de influência propiciando sinergias políticas, tem sido uma estratégia cada vez mais procurada por sujeitos que atuam em causas sociais (SOUZA, 2015). A recente atuação do Instituto Rondon junto a Fundação Caio Martins, com o apoio da Prefeitura Municipal de Buritizeiro e em articulação com gestores e lideranças do município de Buritizeiro, tem se mostrado uma potencial aliança em prol das causas locais. Diante disto, este trabalho busca compreender os processos históricos e as diversas realidades presentes em Buritizeiro como forma de imaginar caminhos que auxiliem as futuras diretrizes e projetos que vem sendo pensados para o município.

2 | A FORMAÇÃO DE BURITIZEIRO

O município de Buritizeiro situa-se na região norte do estado de Minas Gerais, na margem esquerda do Rio São Francisco. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Buritizeiro é o 5º maior município em extensão do Estado, com 7.218 km², onde se estima, atualmente, uma população de 28.335 habitantes (IBGE, 2016, 2017).

O histórico da formação político-administrativa de Buritizeiro, assim como das políticas de desenvolvimento implementadas, oferece indícios importantes para a compreensão das atuais dinâmicas da região. Ao se emancipar de Pirapora, Buritizeiro foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 2.764, de 30 dezembro de 1962. Nesta reconfiguração, o novo município passou a contar com a sede e dois distritos: Cachoeira do Manteiga e Paredão de Minas. Em 1995, pela Lei Municipal n.º 793, de 11 de julho de 1997, foi criado o distrito Sambaíba de Minas (BURITIZEIRO, 2009).

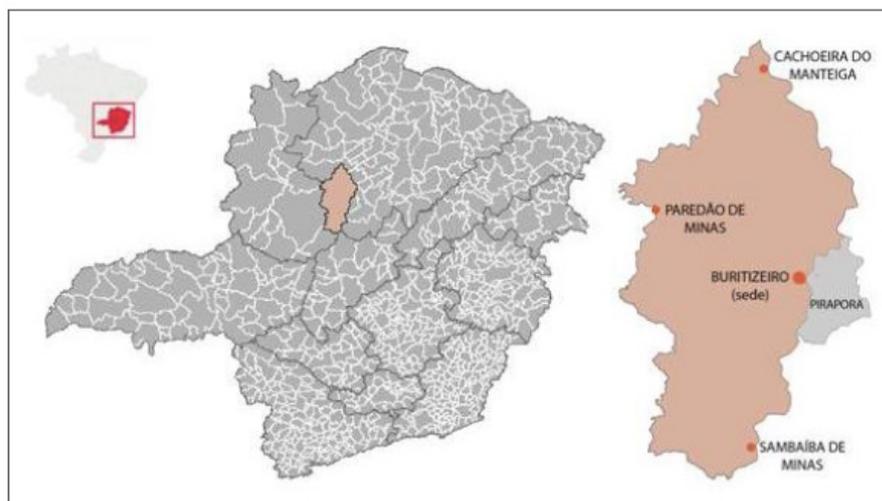


Figura 1: Município de Buritizeiro – MG.

O reordenamento territorial de 1962 agregou praticamente toda área rural, que antes pertencia à Pirapora, ao novo município de Buritizeiro, que na contramão das dinâmicas territoriais e demográficas dos municípios brasileiros, passou a contar com 63% (7.749 habitantes) de sua população total vivendo na área rural (IBGE, 2010). Até a década de 80, a população rural de Buritizeiro cresceu cerca de 10% se comparada aos dados do Censo IBGE de 1970, porém, após este período, o declínio do número de habitantes da área rural se deu a passos largos.

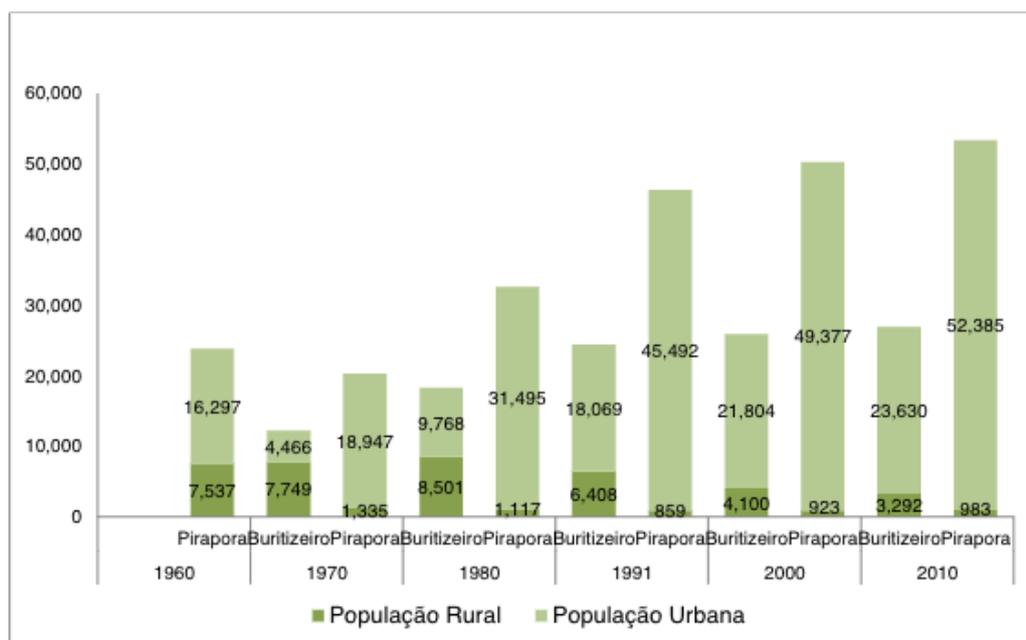


Figura 2: Relação da população urbana e rural de Buritizeiro e Pirapora (1960-2010). IBGE, 2010.

O reordenamento que promoveu Buritizeiro à categoria de município veio acompanhado da forte dicotomia “urbano x rural” que balizava – e ainda baliza – as políticas públicas e a definição das categorias territoriais oficiais. Em um momento de

intenso crescimento das populações urbanas no Brasil, quando o discurso político e econômico dominante direcionava sua atenção à urbanização e incentivava modos de produção urbano-industriais capazes de sustentar as demandas dos grandes centros urbanos, Buritizeiro surge no cenário nacional com um pequeno núcleo “urbano” – carente de infraestrutura e desinteressante aos grandes empreendedores urbanos – e uma extensa área “rural” – pouco adensada e com mais da metade da população residindo em pequenas aglomerações espalhadas por todo território. Esta configuração foi conveniente às políticas desenvolvimentistas que, à época, definiram os “celeiros” e “vazios” entendidos como fundamentais ao crescimento do país.

A partir da década de 70, os governos estadual e federal articularam políticas de desenvolvimento através da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – e do PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social –, cujas diretrizes buscavam incentivar modos de produção urbano-industriais na região norte de Minas Gerais para atender as demandas por matéria prima e energia de complexos siderúrgicos e metalúrgicos do estado. Neste processo, além das propriedades vendidas às grandes empresas, famílias rurais que ocupavam áreas devolutas foram expropriadas à medida que suas terras eram concedidas pelo Estado às empresas inseridas nas políticas de modernização do campo (LASCHEFSKI, 2011). Dentre as produções agrícolas modernas implantadas em Buritizeiro, as monoculturas de eucalipto destinadas à produção de carvão vegetal são as que mais se destacam. Segundo Relatório de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, publicado pelo IBGE (2003), em 2002 Minas Gerais produziu 1.484.921 toneladas, o que representa cerca de 74% do total nacional (2.000.266t), sendo Buritizeiro (93.996 t), Rio Pardo de Minas (85.970t), Itamarandiba (85.652t), João Pinheiro (73.725t) e Três Marias (62.806t) os principais municípios produtores.

Em 2010, o Censo IBGE estimou que apenas 12% (3.292 habitantes) da população do município de Buritizeiro residia na área rural, dados que indicam o crescimento da migração da população rural nos últimos trinta anos. As relações entre migração, as políticas de desenvolvimento, a introdução de uma lógica capitalizada dos modos de produção e o abalo das estruturas sociais, são claramente identificadas no processo histórico narrado pelo morador do distrito Paredão de Minas:

[Entrevistadora: O senhor cria animais em casa?... Planta?].

Morador: [...] Hoje as coisa aqui estão se complicando, a gente não planta mais igual plantava, mas aqui nós já vivemos do sustento daqui do Paredão [...].

[Entrevistadora: E hoje compra na cidade?].

Morador: A maioria das coisas é tudo compradas na cidade, inclusive o leite e os ovos, entendeu? Porque nunca imaginei que ia chegar a este ponto, de você trazer ovos da cidade, o leite...

[Entrevistadora: E porque o senhor acha que o pessoal foi parando de plantar, de

cultivar e começou a comprar?].

Morador: A história é bem longa, veja bem. O próprio governo, sistema político do Brasil, leva... Na época, em 1970, foi quando surgiu o reflorestamento. Quê que o governo fez? Ele aumentou a poupança de uma forma que incentivou que todo mundo que vendesse suas terras, porque ele queria que as firmas entrassem no Brasil, fazer o que fez, incentivou os fazendeiros a vender as terras e por dinheiro na poupança, que dinheiro na poupança era muito melhor que criar gado. [...] Quê que aconteceu na época? Todo mundo foi vendendo as propriedades, quem produzia pouco, e foi por dinheiro no banco, foi para as capitais, igual Belo Horizonte, e querer viver de juros de banco. [...] Com isso as firmas tomaram conta praticamente do Brasil, a maioria daqui pra Buritizeiro quase tudo é firma, em volta de Pirapora, daqui de Belo Horizonte, você vai ver, tudo é empresa grande... isso foi incentivo do governo. Então o governo fez isso porque ele precisava da verba, uma troca que ele queria fazer com os empresários, a corda só quebra do lado mais fraco, então com isso enfraqueceu a nossa região, que os pequenos fazendeiros foram tudo embora. Já teve fazendeiro aqui na nossa região de ter duas mil hectares em terra, e os filhos tão pobres. Por quê? Porque eles venderam o que eles sabiam fazer. [...]. (Morador de Paredão de Minas, entrevista. In: 2015. ROCHA, 2016, p. 380).

3 | ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E ARTICULAÇÕES DE POLÍTICAS EM BURITIZEIRO

Em prol de causas sociais e ambientais, instituições governamentais e não governamentais têm se articulado e planejado atuações no município de Buritizeiro. Em abril de 2017 foi confirmada uma parceria entre o Instituto Rondon Minas, a Fundação Caio Martins – que conta com uma de suas sedes em Buritizeiro – e a Prefeitura Municipal de Buritizeiro para uma atuação durante dois anos em tal município, sendo a primeira etapa a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo, realizado em julho de 2017. O Instituto Rondon Minas é uma organização não governamental do terceiro setor que atua desde 2005 com empreendedorismo social e voluntariado em várias temáticas. Segundo informações da própria ONG, o Instituto elabora e executa projetos de cunho social com equipes multidisciplinares e promove a extensão do conhecimento técnico e científico. Através de suas ações, busca incentivar a sociedade civil a ser corresponsável pelos problemas sociais e mobiliza atores sociais: técnicos, estudantes e comunidade em geral para maior engajamento, além de colaborar para a formação técnica e humana dos colaboradores e comunidades envolvidas. O Rondon tem como foco intervenções sociais em comunidades que apresentem demandas de trabalhos sociais, com execução de ações para o desenvolvimento local, se propondo a atender todos os públicos nas comunidades e, além disso, realizar trocas e capacitações com a sociedade civil organizada, poder público e demais parceiros. (RONDON, 2017). A Fundação Caio Martins – FUCAM, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, está reordenando-se com o objetivo de possibilitar maiores oportunidades aos alunos, suas famílias, comunidades tradicionais e populações socialmente vulneráveis do território de abrangência das suas sedes a partir de quatro eixos: assistência social, educação, trabalho e renda

e cultura. Desta forma, a FUCAM pretende ser um polo de execução intersetorial de ações compartilhadas de serviços e programas destas políticas públicas. (FUCAM, 2017).

Por serem questões emergentes e claramente identificáveis nas narrativas dos sujeitos locais, e também por isso, se apresentarem como eixos focais das políticas institucionais e governamentais da região, este estudo pretende compreender o contexto histórico de duas problemáticas: a falta de emprego e a degradação ambiental em Buritizeiro.

4 | USURPAÇÃO DE TERRAS E A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

A ocupação e privatização de terras por empresas no município de Buritizeiro se deu, principalmente, de duas formas: através do incentivo da venda de pequenas propriedades rurais, como descrito pelo morador do distrito Paredão de Minas, e através da expropriação de famílias que ocupavam terras devolutas que foram, progressivamente, concedidas pelo Estado às empresas de modernização do campo.

Um breve histórico sobre as terras devolutas é essencial para o entendimento do que hoje podemos chamar de *neocolonialismo*. A origem das terras devolutas no Brasil está no período colonial, quando a Coroa Portuguesa adotou o sistema de Capitânicas Hereditárias, segundo o regime das Sesmarias, para se apropriar do território brasileiro. Este sistema, fundado e articulado com base em favoritismos e privilégios, promovia a concessão de porções de terras brasileiras a uma elite portuguesa destinada a demarcar e cultivar as terras da colônia, cuja posse continuava nas mãos da Coroa. Em 1850, com a criação da Lei de Terras (Lei n. 601 de 1850), as terras concedidas no período colonial, assim como as ocupadas sem autorização, são regularizadas através de documentos de posse, sendo as terras devolutas aquelas não concedidas nem ocupadas até o momento, consideradas então, bens públicos.

Ao relacionar os primórdios da questão fundiária brasileira com os atuais processos de usurpação de terras, processo definido pelo morador como “uma troca que ele (governo) queria fazer com os empresários”, percebe-se que, ainda hoje, “a corda só quebra do lado mais fraco” (Morador de Paredão de Minas, entrevista. In: 2015. ROCHA, 2016, p. 380). Mesmo com o fim do período colonial, o colonialismo continua presente através da *colonialidade* (QUIJANO, 1997) que se perpetua nas mais diversas formas de dominação econômica, social, cultural e política, instituindo assim, o *neocolonialismo*.

Concomitante às novas formas de domínio da terra, a capitalização dos modos de produção e a proletarização do trabalho no campo abalam de forma irreversível as lógicas sociais locais. Com a chegada das grandes empresas nas áreas rurais, parte da população residente foi incorporada como mão de obra, deixando de ser pequenos produtores para se tornarem trabalhadores assalariados. A produção, antes baseada

na economia de troca, foi substituída pela economia de mercado. A partir disso, a dependência da população rural em relação aos postos de trabalho oferecidos pelas grandes empresas tornou-se cada vez maior. Sob domínio das empresas, as terras mais férteis foram destinadas às produções intensivas que contam com tecnologia suficiente para atender às demandas do mercado. As técnicas tradicionais de produção agrícola passam a não atender as demandas, agora definidas pelas lógicas produtivas de mercado. Desta forma, à medida que o meio ambiente se degrada e os recursos se esgotam, as empresas que chegaram aos lugares e incorporaram pequenos produtores como “mão de obra assalariada”, agora saem dos territórios e deixam para trás inúmeros desempregados.

5 | VULNERABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Ao estudar os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro, fica claro como a vulnerabilidade ambiental caminha junto à vulnerabilidade social. Um dos motivos desta convergência pode ser explicado, em parte, pela saída das grandes empresas monocultoras – que ofertam empregos e subempregos aos moradores das áreas rurais – após o esgotamento de recursos causado por desmatamentos e pelo uso intensivo do solo e dos recursos hídricos. Quando a área não oferece mais condições ambientais para atender às demandas de produção do mercado, tais empresas se retiram dos territórios sem qualquer planejamento para mitigar os impactos sociais e ambientais gerados (se é que existe algum planejamento que dê conta de mitigar tais impactos). Com a saída das empresas, os impactos ambientais – antes ofuscados pela possibilidade da segurança ofertada pelo trabalho assalariado – começam a aparecer. Neste momento, as tentativas de retomada de modos de vida tradicionais aparecem como um *tradicionalismo do desespero* diante da degradação ambiental e da corrosão das bases sociais. Percebe-se a escassez da água, a erosão do solo, o desaparecimento de espécies da fauna e da flora. As formas de produção coletivas e comunitárias em esquemas de mutirão e trocas, por exemplo, já foram atropeladas pela lógica individualista da mercantilização e do trabalho assalariado.

Assim, no lugar de um tradicionalismo tradicional adequado a uma sociedade fortemente integrada e baseada numa economia relativamente equilibrada, surge um tradicionalismo do desespero, inseparável de uma economia de sobrevivência e de uma sociedade desintegrada e apropriada por subproletários presos a um passado que sabem estar morto e enterrado. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.46).

A vulnerabilidade social, portanto, se manifesta não somente através da “falta de emprego”, mas também através de constatação, pelos próprios grupos, de que elementos constitutivos da base social e de suas identidades foram abalados de forma irreversível. Nestas condições, os sujeitos ficam no “limbo” entre não estarem preparados para enfrentar o mercado de trabalho e a vida urbana, e também não encontrarem condições de retomada de uma vida digna no campo.

Hoje cê chega lá, cê não vê um viado, uma ema, nenhum, nada, nada, nada, nada, cê entendeu? Não vê uma onça as vez andando, qualquer uma coisa assim, qualquer um animal, uma anta [aqui na região tem muita anta], cê entendeu? Um caititu, capivara, cê entendeu? Hoje em dia cê só vê é pau de eucalipto. Me dá uma tristeza rapaz, quem conhece. Cê chega lá na sede, nas fazendas do pessoal, parecia uma vila [...], tinha escola, posto de saúde, tudo. [...] E hoje cê só vê pau plantado, até no terreiro das casa eles plantam eucalipto. Dá uma tristeza. Não enche mais, secaram as lagoas... por isso que as águas tão acabando. [...] (MORADOR. Entrevista. Paredão de Minas, 2015)

6 | OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS MULTIESCALARES PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

Com todas as especificidades e diferenças de contexto, Pierre Bourdieu & Abdelmalek Sayad, ao investigarem as transformações da sociedade rural argelina entre os anos de 1955 e 1962, apontam consequências similares àquelas observadas nas localidades rurais de Buritizeiro:

Com mais incertezas do que nunca em relação ao futuro, o *fellah* assume atitudes cada vez mais inspiradas pela busca da maior segurança possível; quanto mais o presente lhe foge, mais o *fellah* se agarra a ele, sacrificando todas as atividades que tenham implicações a longo prazo em troca da satisfação direta das suas necessidades imediatas. Para os mais pobres, a providencial previdência, que a tradição exigia, acabou. Uma vez rompidos os equilíbrios tradicionais, se vê desaparecer, juntamente com o mínimo de garantias que o tornava possível, o esforço para se proteger do futuro. Sabendo que, independentemente do que faça, não será capaz de superar esse estado de coisas, o *fellah* resigna-se a viver um dia de cada vez recorrendo a empréstimos, juntando ao dinheiro que ganha na sua terra o extra recebido por alguns dias de trabalho nas terras dos colonos. Esta improvidência forçada é a expressão de uma total falta de confiança no amanhã, que condena o *fellah* à capitulação fatalista. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.45. Grifos nosso).

A inserção da lógica capitalista moderna em territórios que antes determinavam seus modos de vida sobre outros parâmetros gera o que talvez seja o maior desafio dos que se dispõem a confrontar formas de poder hegemônicas: as contradições. Os processos de trocas, negociações, assimilações e resistências que ocorrem nas fronteiras de contato da tradição e da modernidade ocidental constroem sujeitos com discursos contraditórios e ambivalentes.

Novas lógicas são assimiladas, porém, não por completo; a resistência pode se ocultar atrás de práticas que, à primeira vista, parecem corroborar com a lógica hegemônica; o que foi imposto ou negociado, nem sempre se manifesta de forma distinta e clara; os anseios por uma vida moderna, com acesso às infraestruturas urbanas e a bens de consumo capitalizados habitam o mesmo sujeito que não consegue se imaginar vivendo longe do rio que passa atrás de casa.

O sistema colonial sobrevive à medida que as contradições que deixa para trás não são efetivamente ultrapassadas, o que supõe que elas devam ser apreendidas e enfrentadas enquanto tais. Ora, a lógica da descolonização (negação que transporta consigo a marca daquilo que nega) leva a pequena-burguesia de burocratas a

negar magicamente, como fantasmas envergonhados do colonialismo defunto, as contradições do real, mais do que a esforçar-se para ultrapassá-las graças a uma ação orientada por um conhecimento apropriado do real. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.54).

Descolonizar o pensamento e apreender as contradições, ao invés de negá-las, é essencial para se pensar em práticas que de fato corroborem para a emancipação social. Segundo Cássio Hissa (2006, p.141), emancipar é um verbo que caracteriza uma “situação de liberdade e de independência”, e a emancipação um “passo no sentido da construção de liberdades, [...] um ato que envolve relações, interdependências”. Quando buscamos compreender grupos sociais e suas práticas, é inevitável pensarmos nas relações de interdependência estabelecidas entre os sujeitos, o que torna a compreensão da interdependência inerente à compreensão dos ambientes solidários, pois “não há liberdade sem um movimento na direção do outro” (HISSA, 2016, p.144). Ou seja, para se pensar em liberdade e emancipação deve-se ter em conta não só os indivíduos como também o contexto social em que vivem, de forma a compreender como se dão as interlocuções entre diferentes sujeitos com interesses e atuações variadas.

Não são poucas e incomuns as intervenções e políticas que, de forma rasa e precipitada, partem de abordagens essencialistas e idealizadoras dos camponeses. Projetos que visam, em nome de uma suposta sustentabilidade ambiental e valorização dos modos de vida tradicionais, criar estratégias de “fixação” dos moradores nas áreas rurais, por exemplo, podem corroborar com a mesma lógica colonialista, impositiva e dominadora. Acusar os moradores das áreas rurais de degradarem o meio ambiente sem antes investigar e considerar as origens e a construção das práticas, assim como defender a todo custo a ideia de “sinergia” entre o ecossistema e as formas tradicionais de produção e manejo, são formas cômodas que se negam a perceber as ambivalências dos discursos e das práticas. Incentivar a retomada de modos de vida tradicionais ignorando todo um processo de histórico marcado por contatos, negociações, assimilações e resistências frente à lógica capitalista moderna, é tratar a questão de forma fragmentada. Mesmo propostas que, a princípio, parecem contribuir para a construção de práticas contra-hegemônicas – como, por exemplo, o incentivo à formação de cooperativas e economias de troca – podem cair na armadilha do *socialismo autoritário* que se aproveita das contradições dos processos de autogestão para impor uma administração burocrática e centralizadora. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.57).

7 | CONFLITOS APÓS INSTITUCIONALIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS: ASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO

De acordo com a Lista das Associações Comunitárias da Zona Rural de Buritizeiro, disponibilizada pelo Sindicato Rural, o município conta com 6 assentamentos, 14

comunidades, 3 distritos, além de ocupações ribeirinhas, indígenas e quilombolas não regulamentadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. As realidades são diversas, assim como os conflitos. Para exemplificar tipos de abordagens rasas e fragmentadas que atravessam a origem de vários conflitos na região, traremos o caso do Assentamento São Francisco, localizado em uma região com grande concentração de veredas.

Os moradores do Assentamento São Francisco são recorrentemente acusados pela população e punidos por órgãos de fiscalização ambiental por cultivar nas áreas de veredas, o que é visto como a principal causa da degradação das mesmas. Além disto, os assentados são vistos com desconfiança por venderem seus lotes e saírem do Assentamento. Estes argumentos geralmente são utilizados para deslegitimar causas fundiárias, promover medidas intervencionistas e justificar a intensa degradação ambiental da região.

Segundo estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal de Minas Gerais (MAGNO, 2012), cuja abordagem buscou compreender e considerar o processo histórico do Assentamento São Francisco, os conflitos da região estabelecem estreita relação com as políticas desenvolvimentistas dos anos 70 que incentivaram a entrada de grandes empresas nas áreas rurais de Buritizeiro.

A área onde hoje se encontra o assentamento, desde a década de 1970, esteve sob o domínio da empresa “Lança - assessoria, planejamento e administração S/A”, que plantava eucalipto para produzir carvão na região, e cujo mercado consumidor estava na RMBH (BRASIL, 1994). Nesse contexto, a área onde hoje se localiza o PA foi inteiramente desmatada para o plantio de eucalipto, sem respeitar APP's ou os subsistemas do cerrado, comprometendo drasticamente o meio ambiente e os recursos hídricos do local. Essa atividade monocultora, apesar do baixíssimo nível de absorção de mão de obra no processo produtivo (a maior demanda é na época do corte da madeira), exigia a presença contínua de alguns trabalhadores residindo dentro dos limites da área cultivada. Esses, além de prestarem serviços para a referida empresa, realizavam pequenos cultivos para subsistência nas veredas que ainda não tinham sido ocupadas pela monocultura. Esses trabalhadores eram veredeiros, vazanteiros, sertanejos e ribeirinhos (povos do cerrado) expropriados quando da introdução das monoculturas na região e que transitavam na busca de melhores condições de vida e trabalho, isto é, procuravam um “lugar” no norte de Minas para fincar raízes. E é o conjunto desses trabalhadores que origina a maioria dos assentados no PA São Francisco. (MAGNO, 2012, p.14)

Durante a crise da silvicultura na região, em meados dos anos 80, a empresa Lança abandonou a atividade e se retirou da região, deixando para trás várias irregularidades trabalhistas. Através de acordos informais, a empresa permitiu a permanência dos antigos trabalhadores nas terras, que passaram a desenvolver pequenas produções, atividades extrativistas e concentraram suas residências próximas às áreas de veredas. Com a degradação causada pelo uso intensivo do solo durante o plantio de eucaliptos, o “barro preto” das veredas era o que permitia o cultivo e a sobrevivência.

Esse cerrado nosso quando eu cheguei pra aqui, você pode assunta por aí, esse cerrado que tem ai num tinha nada. Quando nós chegamos pra aqui, isso

aqui andava tudo vago, não tinha essas águas ai no barro (nas veredas). O que aconteceu, nós deixamos o “mato reformar”, porque deixamos? Porque isso ai que ajuda o “barro preto” ficar molhado, que ajuda as veredas é só o mato lá do cerrado. Porque tem que ter também, porque é de lá que vem alguma coisa pro povo daqui trabalhar. Nós sabemos que o cerrado que ajuda o “barro preto” ficar “moiado”. Porque que eu falo que as grandes indústrias tá acabando com esse “barro” bom de plantar, que eles eram tudo ao redor. As areias dos que usam mal o mato ao redor vêm tudo pro “barro” aqui, e eles falam que foi o trabalhador rural que acabo com ele, não é o trabalhador rural que faz isso não. Que nós trabalhamos ai em um hectare, dois hectares de terra, eu tenho aqui pelo menos dois ou três hectares de “barro preto”. Eu trabalho em um hectare, deixo ele respeita o tempo dele, aí vou pra outro. E assim vai, nunca faltou água aqui quando eu trabalhava assim. É desse jeito que a gente trabalha faz anos e nunca faltou água pra nós. Pode assunta aí. (A, assentado no PA São Francisco, pesquisa de campo, 2011. In: MAGNO, 2012, p.18).

Em 1995, após anos de confronto dos posseiros com grileiros que chegavam à região alegando propriedade sobre as terras, formando pastos nas áreas de veredas e destruindo as pequenas produções dos que lá moravam, o INCRA assinou o decreto de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária. Apesar da conquista de posse sobre o território, a institucionalização da área abalou fortemente as bases sociais da comunidade.

[...] a área de 2.081,45 hectares foi dividida em 29 lotes que possuem, em média, 54 hectares cada um, em duas extensas áreas de reserva legal e também duas de uso comunitário; e em cada lote foi erguida uma residência que, de maneira geral, se encontra no centro da área. Esse processo reestruturou toda a dinâmica social da população local, determinando, inclusive, o fim de algumas delas como a do sistema de mutirão. (MAGNO, 2012, p.19)

Com um loteamento incompatível às dinâmicas do grupo, que antes concentravam suas casas próximas umas às outras, o planejamento territorial instituído pelo INCRA acabou por afetar os *modos de vida* da comunidade.

A maioria do pessoal que tava aqui tinha pequenas áreas mais próximas da área onde hoje é a sede da associação, então todos eles faziam aquele rodízio, eles eram mais próximos, mais perto, então aceitavam esse “congressamento”. Então uns iam limpavam, preparavam o “barro”, plantava a roça de um e depois aqueles já iam pra roça do outro. Então juntava cinco ou seis pessoas e trabalhavam em grupos juntos. Hoje não, hoje tá se deslocado, um lote até o outro já é mais longe, tem gente que tá aqui no início do assentamento, e pra ir lá na sede da associação são 8km, pra ir ao final do assentamento já é mais 15km, então ficou mais complicado essa questão, separou tudo aqui e isso não se faz mais (O, assentado no PA São Francisco, pesquisa de campo, 2011. In: MAGNO, 2012, p.19).

Além dos impactos do desenho cartesiano imposto pelo loteamento, o início da atuação de órgãos de fiscalização ambiental após a regularização do assentamento gera uma série de conflitos. Com a demarcação das áreas de veredas como Áreas de Preservação Permanente, e a conseqüente intensificação da fiscalização ambiental, os moradores passaram a ser penalizados com multas altíssimas. A proibição das antigas práticas de cultivo que utilizam as áreas de “barro preto”, somada aos endividamentos por acúmulo multas ambientais, se desdobra na impossibilidade de permanência e no abandono ou venda dos lotes pelos próprios assentados. Desta forma, o que a

princípio pretendia reconhecer e assegurar direitos a um grupo marginalizado acabou se desdobrando no abalo das estruturas sociais e na migração dos assentados por impossibilidade de permanência no território.

8 | CAMINHOS DAS POLÍTICAS MULTIESCALARES PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

Em Buritizeiro, especificamente, a extensa área rural que abriga comunidades dispersas e com realidades múltiplas exige que novas formas de gestão descentralizadas sejam criadas junto aos sujeitos locais, e não para os sujeitos. Para que as escalas locais sejam de fato inseridas na articulação das *políticas multiescalares*, é preciso que os sujeitos locais – aqueles que estabelecem relações cotidianas e vivenciam os territórios – tenham meios de transitar, se posicionar e dialogar com os sujeitos externos que se propõe a atuar nas causas socioambientais da região.

As incompatibilidades entre os limites territoriais político-administrativos e as dinâmicas territoriais reais podem ser percebidas em várias situações, seja em macro escalas, quando analisamos as dinâmicas econômicas, sociais e culturais das regiões de fronteira entre países, ou em escalas menores, como os limites e categorias definidas a nível inter e intra municipal. Parece certo que a rigidez dos critérios adotados para demarcações dos territórios oficiais não consegue abarcar a fluidez das dinâmicas territoriais, o que, não raramente, aparece como entrave para a articulação de políticas e para o planejamento territorial.

A análise das especificidades e do contexto histórico das incongruências territoriais em determinadas regiões se mostra fundamental para que se consiga pensar o território para além da dicotomia “urbano x rural” e dos limites político-administrativos. Em Buritizeiro, modos de vida tradicionais e modernos se interpenetram, se influenciam e por vezes se contradizem. Moradores da cidade, que em sua maioria migraram de áreas rurais próximas, apresentam traços de modos de vida tradicionais, conservam determinadas práticas e valores. Por sua vez, os moradores das áreas rurais, principalmente após a modernização e proletarização do trabalho no campo, demandam serviços urbanos como agências bancárias, supermercados e transporte. A dicotomia “urbano x rural”, na qual ainda se baseiam muitas das políticas públicas, ofusca demandas de toda população. Além disso, as grandes distâncias que separam os distritos da sede, aliada às más condições das estradas e a ausência de transporte público regular, faz com que trocas econômicas, culturais e as relações sociais estabeleçam territorialidades que ultrapassam os limites oficiais do município. Desta forma, o fato de vários aglomerados rurais e distritos de Buritizeiro terem melhor acesso à cidades pertencentes a outros municípios torna inviável o planejamento e dimensionamento de demandas por serviços e infraestrutura considerando somente na área do próprio município. Por esta perspectiva, a chegada de instituições que

atuam em escalas de maior alcance, como a Fundação Caio Martins e o Instituto Rondon Minas, pode auxiliar no deslocamento e na articulação das variadas escalas, passando pelo local, regional e global.

Porém, diante dos perigos vindos com as atuações externas, como a articulação de instituições e gestores com escalas de atuação variadas poderá se configurar e atuar em prol de causas locais permeadas por ambivalências e contradições?

Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad apontam a ação educativa dialógica como o principal caminho para se conseguir ultrapassar as contradições, ao invés de negá-las. Além disso, os autores propõem uma crítica pertinente quanto à necessidade de revisão do pensamento e das práticas das próprias elites revolucionárias que se envolvem em causas sociais.

Só uma ação educativa, inclusiva e total, pode ultrapassar as contradições sem as negar magicamente pela conciliação fictícia dos contrários. Essa ação supõe, em primeiro lugar, uma definição clara e realista dos fins perseguidos – em suma, uma teoria sistemática da realidade econômica e social, fundamento de um programa metódico e progressivo. Mas a tarefa de cada educador particular não pode deixar-se definir pela letra de um regulamento que prevê todos os casos particulares: em uma situação revolucionária, o educador deve criar, dia-a-dia, o conteúdo e a forma da sua ação prática (quer dizer, de incitação e de organização) e a sua formação prévia deve fornecer-lhe primordialmente os meios de operar essa criação contínua. A especificidade da ação educativa, na sua forma ideal, é precisamente a de se adaptar às aptidões e expectativas daqueles que procura elevar e transformar, portanto de conhecê-los e respeitá-los; de definir, em cada caso, um sistema de exigências ajustadas a essas aptidões e expectativas, assim como à sua transformação sob a influência da ação educativa [...]. Se as elites revolucionárias quiserem cumprir essa tarefa é, seguramente, delas próprias que deverão exigir tais virtudes excepcionais que, hoje, elas esperam dos camponeses e, muito freqüentemente, apenas deles. (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p.59).

Sandra Regina Almeida (2010, p.16), autora do prefácio da obra *Pode o Subalterno Falar?* – de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), relembra a crítica da autora quanto ao intelectual que julga poder falar e construir um discurso de resistência pelo outro. A articulação de políticas envolvendo sujeitos com alcances, discursos e escalas de atuação variadas rumo à construção de práticas emancipatórias exige, portanto, que se descolonize o pensamento. Questionar o lugar de fala e os processos de construções dos próprios discursos seja, talvez, a primeira tarefa dos ativistas e intelectuais dispostos a enfrentar a heteronomia na busca por mais autonomias. Para que a articulação entre instituições e gestores se direcione aos fins emancipatórios, será necessário, como sugere Spivak, que se trabalhe contra a subalternidade “criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido”. (ALMEIDA, 2010 in SPIVAK, 2010, p.17).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmalek. **A dominação colonial e o Sabir cultural**. Curitiba: Revista de Sociologia Política, nº 26, p. 41- 60, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR-06. **Vistoria do imóvel rural denominado Fazenda São Francisco no município de Buritizeiro-MG**. Belo Horizonte, MG, 1994.

BURITIZEIRO, Prefeitura Municipal, 2009. In: IBGE. **Cidades: Buritizeiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/historico>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

CARVALHO, P.G.S. **As veredas e sua importância no domínio dos cerrados**. Informe Agropecuário, vol.15, n.168, p.54-56, 1991.

CERQUEIRA, Luciano. **Guia do Diagnóstico Participativo**. Flacso Brasil, 2015.

FUCAM. **Fundação Caio Martins**, 2017. Disponível em: <http://www.fucam.mg.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2017.

HISSA, Cássio E. Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comunicação Social. **Relatório de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. IBGE, 2003. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acesso em: 25 de setembro 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área da Unidade Territorial. IBGE, 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiras em 01.07.2017**. IBGE, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico: População urbana e rural nos Censos Demográficos (1960-2010)**, segundo municípios. IBGE, 2010.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MAGNO, Lucas; SOUSA, Júnia Marise Matos de; TORRES, Alex Fabiani de Brito. **Conflito ambiental no assentamento São Francisco, em Buritizeiro-MG: o desencontro entre o direito a terra e a conservação da natureza**. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, vol. 9, nº 9, 1997.

ROCHA, Amanda. A. Maciel. **Paredão de Minas: análise do espaço-tempo e do desenvolvimento como liberdade**. In: V Simpósio do Instituto de Ciências Sociais - PUC/MG, 2016, Belo Horizonte. Meio Ambiente e Direito à Vida: Premências, sentido e Práticas. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica - MG, 2016.

RONDON. **Instituto Rondon Minas**, 2017. Disponível em: <https://rondonminas.wordpress.com>. Acesso em 12 de maio de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Reinaldo Pacheco dos Santos
Raimunda Áurea Dias de Sousa

RESUMO: As questões sobre reforma agrária e fundiária tem vindo à tona de forma mais explícita, nos últimos anos, em função do trabalho dos movimentos sociais e da maior prioridade que o governo vem conferindo ao tema. No caso do Brasil, tal questão tem refletido na alta concentração e na dificuldade de acesso à terra por grande parte das famílias de agricultores com pouca terra ou sem nenhuma terra. Contudo, a reforma agrária é relevante não apenas do ponto de vista social, para propiciar acesso à terra e melhorias de condições de vida dos trabalhadores rurais e de pequenos agricultores. Neste sentido, este trabalho objetivou conhecer a dinâmica estrutural de um assentamento no interior de Santa Maria da Boa Vista/PE, bem como, discutir sobre questões fundiárias no país, as limitações e os movimentos sociais que lutam afim de legalizar seus territórios, na busca pela sobrevivência. A metodologia utilizada baseou-se em revisões de literaturas em livros clássicos da geografia como: Umbelino (2007), Prado Jr. (2000), Accioly Borges (1984), em artigos científicos que abordam a temática em tese, além de visita em campo para compreensão na prática daquilo que é muito teorizado no debate. Sendo assim, foi possível compreender que os

problemas enfrentados hoje pelos movimentos sociais em busca de terra, ela é uma luta justa embora tenha provocado muitos conflitos no campo, causando assim, um total descontrole do governo sobre a questão fundiária, desde o início da colonização até o período atual.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios; Luta camponesa; MST; Resiliência.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é um tanto contemporânea se comparada a origem do latifúndio e do enfrentamento pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou estímulo e avançou com a implementação das organizações políticas camponesas, a partir da década de 1950. Sem embargo, a luta pela terra é uma prática que se vincula às políticas de disputas contra o latifúndio (FERNANDES, 2006).

A desapropriação é um dos mecanismos mais utilizados quando se trata da questão fundiária no Brasil, no entanto, apesar de este mecanismo ter funcionado bem, não deve ser visto como único. Sua frequência, entretanto, deve pautar-se numa ampla reavaliação que possibilite o aprimoramento de várias distorções, que incluem os elevados custos de expropriação e o estabelecimento final do valor por meio de deliberações judiciais. Conforme

visto na afirmação anterior, “as sentenças judiciais podem aumentar em média até 50% os custos da desapropriação, quando não os elevam além desse percentual” (VEIGA, 2000, p. 38).

O Estatuto da Terra criado em 1964, define um conjunto de formas para a disponibilização de terras, a saber (Art.17, p. 03): *(a) desapropriação por interesse social; (b) doação; (c) compra e venda; (d) arrecadação de bens vagos; (e) reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros; (f) herança ou legado.*

No entanto, todas as lutas em defesa da reforma agrária até o presente, têm utilizado em demasia o primeiro instrumento, ou seja, a expropriação por relevância social. Porém, não deixa de ser um instrumento hostil que, tem sido utilizado pelos movimentos sociais como sendo mais conveniente, pelo fato de que irroga de certa forma o latifundiário.

Entretanto, o resultado na prática tem sido o inverso, pois, ao invés de punir os latifundiários tem trazido benefícios. Um indicador significativo tem sido a disposição dos proprietários de terra ter suas terras desapropriadas, chegando alguns proprietários a disponibilizar suas terras ao Incra, visando obviamente, a indenização.

Com base nestes pressupostos iniciais, este trabalho vem discutir sobre a questão fundiária no Brasil, a partir do que foi visualizado na pesquisa em campo e do que foi estudado na disciplina de Geografia Agrária no Curso Superior em Geografia da Universidade de Pernambuco, bem como, acerca dos movimentos sociais que lutam incansavelmente para legalizar seus territórios, na busca ela sobrevivência digna e igualitária. Para fundamentar esse trabalho se utilizou revisões teóricas a partir de leituras em clássicos da geografia, em artigos científicos, que tratam da temática abordada, bem como, utilizou-se dos conhecimentos adquiridos na visita de campo, para compreender na prática o que é muito teorizado no debate sobre o assunto.

Mediante a realização da pesquisa pôde-se chegar à conclusão de que, é indispensável compreender que os problemas fundiários enfrentados hoje no Brasil pelos movimentos sociais em busca de terra, são resquícios de um passado ineficaz, onde as terras eram doadas desde o processo de colonização a partir das Sesmarias, das Capitâneas Hereditárias, entre outros aspectos, onde a falta de planejamento e de equidade resultou na distribuição desigual de terras para quem nela precisa trabalhar.

Por isso, ficou mais que evidenciado o valor e a importância da resistência por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a este sistema injusto e desigual. Contudo somente com a luta em defesa da equidade na repartição das terras é possível invalidar tantos conflitos e tantas barbáries no campo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na concepção de Marconi e Lakatos (2010) um artigo científico é um gênero de

estudo íntegro que disserta em essência de uma questão científica. Caracteriza-se por apresentar uma dimensão reduzida, contudo bem formulada e contundente na fundamentação teórico-metodológica.

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois envolve a observação intensiva e detalhada do que acontece no ambiente, fazendo interpretação e análise de informações utilizando descrições e narrativas. Dentre as referências utilizou-se livros clássicos da geografia e também de artigos.

Ela pode ser também considerada uma pesquisa bibliográfica, pois procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, e “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55). Nesse caso buscou-se traçar a leitura de documentos sobre a legislação (Estatuto das Terras, Lei das Terras, entre outros) que abordam sobre a temática em tese.

Ademais, configura-se como pesquisa de campo, já que esta observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, “caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 75). Nesse sentido, a pesquisa ocorreu numa comunidade com assentamentos rurais do interior Petrolina/PE, onde foi possível observar, ouvir, visualizar e analisar discursos e a história oral da comunidade, a partir da luta e dos movimentos pacíficos pela terra.

Nesse sentido, a comunidade Boqueirão, assentamento Vitória (figura 1) localizada em Santa Maria da Boa Vista (PE), município este que tem grande número de assentamentos, e em sua maioria todos estão localizados às margens do rio São Francisco.

O público alvo da pesquisa foram os pequenos produtores rurais assentados nessa área pelo Incra, para que os alunos do curso superior em Geografia pudessem compreender na prática o que foi estudado/pesquisado na teoria, visando a contextualização da realidade.

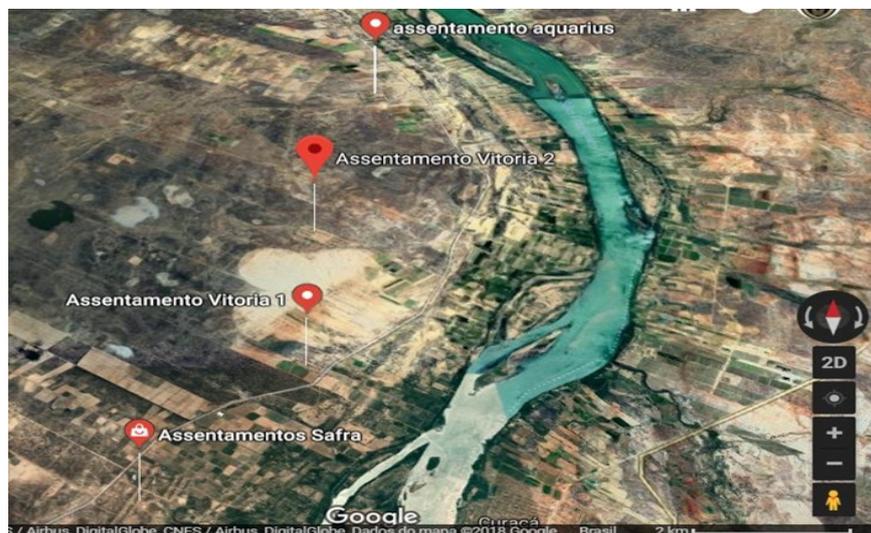


Figura 1 – Imagem Land Sat da Comunidade Boqueirão

Fonte: Google Mapes (2018)

Toda a área foi inicialmente desapropriada e posteriormente reapropriada com os pequenos camponeses. A área pertencia a grandes latifundiários que certamente deixaram-nas improdutivas por razões alheias a compreensão e que jamais imaginarem que poderiam perder seus grandes territórios para o MST.

O fundamental era que os governos desde o período militar e imperial, dessem mais atenção ao instrumento de arrecadação de terras públicas ilegalmente apropriadas por agentes privados, o que poderia ser facilitado pela existência de um cadastro confiável. Também poderia ser intensificado o confisco de terras utilizadas para usos ilegais, como a produção de drogas ou a escravização de trabalhadores (VEIGA, 2000). Além disso, as terras recebidas pelos bancos em garantia de financiamentos também deveriam ser transferidas para o programa de reforma agrária, o que poderia ser facilitado através do crédito fundiário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reforma agrária tradicionalmente apresenta-se no capitalismo como uma imprescindibilidade conjuntural de o capital resolver a questão social decorrente da centralização das terras. Contudo, “os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações” (UMBELINO, 2007, 69).

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (UMBELINO, 2007, p. 67).

Desse modo, nas sociedades capitalistas a reforma agrária tem sido feita com o objetivo de alterar a propriedade privada da terra centrada nas mãos dos latifundiários,

dividindo-a e a distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores. Só que nem sempre isso ocorre pacificamente.

O Brasil hoje possui inúmeras estimativas de crimes contra integrantes das comunidades tradicionais, como, extrativistas, indígenas, quilombolas, assentados, posseiros, e esse quadro tem atraído mortes e muita tristeza para as famílias das vítimas.

Existem estimativas recentes que mostram como tem se acirrado a barbárie no país voltada para questões de terra e território. Umbelino (2007) afirma que em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil, mas as elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento (figura 2). Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil (UMBELINO, 2007, p. 153).



Figura 2 – Estimativas da violência no campo

Fonte: CDDTB (2014)/CMPT (2018)

Se observarmos os dados da figura 2A, percebe-se que a taxa média anual é de cerca de 60 (sessenta) pessoas assassinadas em conflitos por terra, onde destes apenas 10% (dez por cento) dos casos são julgados, estando o estado do Pará liderando esta ruína. Já a figura 2B nos apresenta as estimativas de conflitos no país desde 1985 até 2016, apontando o quantitativo geral de pessoas mortas em conflitos por terras e trabalhistas, chegando ao Brasil a atingir em 40 (quarenta) anos a um número de 22.274 conflitos, resultando em incontáveis assassinatos.

É a partir de dados tão lastimáveis, que é possível compreender as todas as dificuldades que são enfrentadas nos assentamentos rurais. No caso específico do assentamento visitado no interior de Pernambuco, foi possível através da observação,

da visualização das situações existentes, e essencialmente a partir dos discursos e história oral (figura 3) da comunidade, ir desmistificando todos os estereótipos e demonstrando compreensão do significado de suas lutas e das lutas dos movimentos sociais.



Figura 3 – Conhecendo a luta pela terra a partir da história oral

Fonte: Autores (2018)

Para Accioly Borges (1984, p. 25), “a reforma agrária é necessária por ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas”. Amplo para tentar atingir as metas em um prazo de no máximo dez anos, em uma região ou todo o país; geral para extinguir a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso à terra e a água, tendo por base a produção camponesa; massivo para favorecer a totalidade dos camponeses sem terra, dos que dispõem de pouca terra e dos demais trabalhadores que tencionarem ter acesso à terra.

Além dessas atitudes, o mesmo autor coloca que a reforma agrária deve ser:

parte de um programa de desenvolvimento agrário e de um plano geral de desenvolvimento econômico e social; deve ser planejada, coordenada e executada em todos os seus aspectos e dotada recursos financeiros e humanos suficientes, com uma estratégia de execução participativa e descentralizada; deve mobilizar todas as forças políticas existentes – movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, instituições, entidades e organizações populares - que representam a massa dos camponeses e demais trabalhadores interessados, para participarem direta e intensamente da elaboração, implantação e gestão dos seus planos, programas e projetos; deve ser executada em cada área prioritária (território reformado) tendo como princípio fundamental os fatores sociais, políticos, econômicos, técnicos e institucionais específicos; deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra e nas quais existam condições favoráveis de exploração; deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada exclusivamente, na pequena propriedade familiar camponesa integrada e em unidades de produção de camponeses baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União (ACCIOLY BORGES, 1984, p. 26).

Porém, segundo Umbelino (2007) quando não há reforma agrária ocorrem as revoluções, onde as primeiras revoluções agrárias ocorreram na transição do feudalismo para o capitalismo. A Revolução Francesa, certamente, constituiu-se em uma grande transformação social na qual o campesinato desempenhou um importante papel. “As revoluções agrárias aparecem, pois, na História, em geral, relacionadas à reforma agrária” (UMBELINO, 2007, p. 71).

Infelizmente o MST ainda é um movimento visto com estereótipos, onde por questões culturais ou por ignorância, as pessoas atribuem ao grupo a ideia de vandalismo, de invasores, entre outros. Entretanto, Umbelino (2007, p. 72) compreende o MST como sendo “o movimento sócio territorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país”, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra.

Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno, pois, “trata-se, pois, de uma luta de expropriados (figura 4), que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente” (UMBELINO, 2007, p. 139).



Figura 4 – Residências dos assentados

Fonte: Autor (2018)

Corroborando com Umbelino (2007), Prado Júnior (2000), afirma que uma repartição melhor da propriedade agrária, e o mais fácil acesso a ela para os trabalhadores rurais constitui, portanto, a meta principal de uma política orientada para a transformação das relações de trabalho, e melhoria das condições de vida do trabalhador (PRADO JÚNIOR, 2000. p. 69). A imagem a seguir evidencia a melhor qualidade de vida dos assentados a partir da prática da agricultura familiar (figura 5).



Figura 5 – Agricultura familiar

Fonte: Autor (2018)

Entretanto, é importante destacar que a produção interna desses grupos só é possível porque dispõem de terra, de um rio permanente, e tecnologias de convivência com o Semiárido (figura 6).



Figura 6 – Rio São Francisco e Tecnologia de Convivência (Cisternas)

Fonte: Autor (2018)

Neste cenário, entendemos que o funcionamento da sociedade capitalista vai além dos mecanismos de produção e troca, ela precisa da reprodução da sua ideologia que se dá pelos indivíduos nela existentes, cujas finalidades “não negam as potencialidades do sistema de produção dominante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 263).

Sendo assim, é sabido de todos que o Plano Inicial de Distribuição de Terras no Brasil ocorreu por meio do PIN (Programa de Integração Nacional), do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) e, formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar (UMBELINO, 2007, p. 125). Porém, sabe-se também

que nenhum destes instrumentos de equidade na distribuição das terras funcionou desde o início com a eficácia esperada, e por conta de a maioria das terras brasileiras estarem concentradas nas mãos de cerca de 1% (um por cento) dos latifundiários é que temos tantos problemas no campo.

Apesar de ter evoluído bastante nos últimos anos a percepção social sobre as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, o atraso histórico e, as elites brasileiras começaram a identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-lo como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural (VEIGA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por décadas no Brasil houve por parte da elite fundiária a combatividade expressiva ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Sobretudo a simpatia que conquistou nas camadas médias urbanas torna quase certo que o atual compasso de assentamento de famílias rurais sem-terra será mantido, mesmo que o governo não estabeleça metas numéricas.

Mas o verdadeiro impacto desse processo só pode ser estimado pela comparação dos dados de assentamento com os dados disponíveis sobre a estrutura agrária. “Antes de tudo, pela comparação do número de famílias que têm conseguido terra com o número das que têm sido expulsas da atividade agrícola” (LEITE, 2000, p. 30). É imprescindível que o governo brasileiro faça essa reflexão e compreenda que a luta do MST é uma luta justa, digna e pacífica.

Sendo assim, a partir do trabalho foi possível compreender que os trabalhadores hoje assentados sofreram muito e lutaram muito para conseguir um lugar ao solo, porém, hoje vivem e sustentam suas famílias de maneira honesta e equilibrada, mesmo compreendendo que ainda há muito a ser conquistado, tanto de direitos a terra quanto de respeito ao movimento.

Portanto, é oportuno que todos possam conhecer a realidade dos expropriados e hoje reassentados no interior de Santa Maria da Boa Vista, para que possam ouvi-los e compreender que no Brasil não faltam terras, faltam políticas públicas eficientes e respeito ao direito de quem luta para ter terra e nela trabalhar.

Como afirma Leite (2000, p. 32), “a política fundiária não pode se resumir ao programa de assentamentos”. Mesmo que fosse possível dobrar ou triplicar o desempenho recente desse programa, seus efeitos sobre o perfil da distribuição da propriedade da terra seriam bem inferiores às expectativas. Além disso, não se pode ignorar que vão ser necessários muitos anos para que os próprios assentamentos possam revelar seu potencial dinamizador do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY BORGES, P. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro, CODECRI/IBASE, 1984.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382p.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agraria no Brasil: político, econômico e social. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma política agrária. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382 p.

CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Francisco José Lima dos Santos Galvão

Engenheiro Agrônomo – UFBA

Especialista em Economia do Trabalho e
Sindicalismo - UNICAMP

Vitória da Conquista – BA

STATE LANDS IN SMALL AND MEDIUM
GROUND AROUND OF URBAN CENTERS:
EXPERIENCE OF THE CITY OF VITÓRIA DA
CONQUISTA - BA

RESUMO: O presente artigo faz um estudo dos processos de ocupações de terras públicas e de empresas Estatais no entorno da cidade de Vitória da Conquista na Bahia, identificando essas áreas e pesquisando como elas se transformaram em assentamentos regularizados e ou reconhecidos pelo INCRA ou em assentamentos informais ainda em processo de regularização. Identifica os processos de regularização dos referidos assentamentos, os impasses e possibilidades de destinação e regularização dessas áreas e a partir da análise desses exemplos concretos traz o debate dessas possibilidades para o aproveitamento de áreas públicas e de estatais para o assentamento de famílias no entorno dos centros urbanos visando à constituição de cinturões verdes.

PALAVRAS-CHAVE: Terras públicas, função social da propriedade e reforma agrária.

ABSTRACT: This article studies the processes of occupation of public lands and State enterprises in the vicinity of the city of Vitória da Conquista in Bahia, identifying these ground and investigating how they have become settlements regularized and recognized by INCRA or in informal settlements in the process of regularization. It identifies the processes of regularization of these settlements, the impasses and possibilities of destination and regularization of these ground and from the analysis of these concrete examples brings the debate of these possibilities for the use of public and state areas for the settlement of families around the centers with the aim of creating green belts.

KEYWORDS: Public lands, social function of property and land reform.

ROUTES FOR LAND REGULARIZATION
OF SETTLEMENTS IN PUBLIC AND

INTRODUÇÃO

Existem no entorno da maioria dos centros urbanos do Brasil, vastas áreas sem nenhuma utilização, sendo que a grande parte delas são áreas públicas ou de empresas estatais.

No período dos governos militares, foram desapropriados a força, milhares de camponeses para instalação de distritos industriais, instalações petrolíferas ou a simples instalação de órgãos governamentais e empresas estatais. Porém o governo desapropriava áreas muito maiores que as necessárias para tais empreendimentos, no intuito de criar um isolamento das estruturas a serem instaladas nessas áreas, em nome da “doutrina de segurança nacional”.

A partir da década de 1990, iniciou-se na América Latina um ciclo de governos neoliberais, sob a defesa do estado mínimo, sucatearam o patrimônio público e diversos órgãos públicos foram extintos. No Brasil, isso ocorreu principalmente no governo de Fernando Collor de Melo e nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, onde diversos órgãos públicos, autarquias, empresas de capital misto, empresas estatais foram sucateados ou extintos, ficando extensas áreas abandonadas ou griladas e transformadas em latifúndios, condomínios fechados ou diversos outros empreendimentos privados.

Para além dessas situações, há várias outras que precisam ser estudadas, como os estoques de terras das prefeituras municipais, dos governos federal e estadual e de diversas estatais. Áreas que foram adquiridas para projetos que nunca saíram do papel e que provavelmente nunca sairão.

Além dessas terras documentadamente de estatais, existem muitas outras que precisam ser identificadas, que não possuem documentação, sendo, portanto terras devolutas e que podem ser arrecadadas pelo Estado para o assentamento de famílias ou projetos de habitação popular.

TERRAS PÚBLICAS, TERRAS DE EMPRESAS ESTATAIS E TERRAS DEVOLUTAS:

É importante fazer a diferenciação entre terras públicas e terras devolutas. As terras devolutas, ainda no período imperial, a Lei 601/1850, conhecida como Lei de Terras, vem dispor sobre as terras devolutas do império:

“... As que não se acham aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se achem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em compromisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura...”

De acordo com o Código civil Brasileiro de 2002, em seu Artigo 99, as Terras públicas, são bens públicos, os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem, são bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias. Portanto, terras públicas são bens públicos pertencentes diretamente ao patrimônio federal, dos estados ou dos municípios ou a

empresas estatais e autarquias.

Na prática há um total descontrole no uso das terras públicas, sendo que grande parte delas estão em completo abandono, não estão sendo utilizadas para os fins que foram destinadas ou, mesmo sendo públicas, estão sendo utilizadas de forma privada, favorecendo indivíduos ou empresas ligadas a grupos políticos entranhados na estrutura administrativa do Estado.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A função social da propriedade é definida no Estatuto da Terra em seu Artigo 2º da seguinte forma:

“A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente: favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; Assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre as que a possuem e a cultivam.” (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Na Constituição Federal de 1988, o conceito de função social da propriedade evoluiu, estando descrito no Artigo 186 da seguinte forma:

“A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo os critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I- aproveitamento racional e adequado; II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.”

De acordo com o conceito de função social da propriedade, as áreas rurais que não são destinadas a produção agropecuária ou apresentam baixa produtividade, podem ser consideradas áreas que não cumprem a função social, infelizmente cumprindo a função da especulação imobiliária para valorização do patrimonial do proprietário.

MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS

A modalidade de assentamento mais conhecida e mais realizada é a de PA - Projeto de Assentamento, onde o INCRA desapropria uma área privada que não está cumprindo a sua função social e a transforma em assentamento, porém existem diversas outras modalidades de assentamentos previstas em lei, mas que são muito pouco utilizadas e que podem viabilizar a criação e reconhecimento de assentamentos em situações onde a modalidade de P.A. não é viável. De acordo com o INCRA, as modalidades de projetos de assentamento podem ser:

Modalidade	Sigla	Características
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União: Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (concessão de uso/título de propriedade) de responsabilidade da União
Projeto de Assentamento Agroestrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União: Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; • Titulação (concessão de uso) de responsabilidade da União; • Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; • Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso; O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo (revogado pela Portaria INCRA nº 414 de 11/07/2017).	PCA	Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; Diferencia-se pela proximidade aos centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.

Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável	PDAS	<p>Modalidade descentralizada de assentamento destinada ao desenvolvimento da agricultura familiar pelos trabalhadores rurais sem-terra no entorno dos centros urbanos, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas, de caráter inclusivo e ecologicamente sustentáveis;</p> <p>As áreas serão adquiridas pelo INCRA por meio de compra e venda ou ainda doadas ou cedidas pelos governos estaduais e municipais;</p> <p>Os lotes distribuídos não podem ter área superior a dois módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento em cada município;</p> <p>O desenvolvimento das atividades agrícolas deve garantir a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos;</p> <p>O INCRA e o órgão estadual ou municipal de política agrária, ou equivalente, deverão firmar Acordo de Cooperação Técnica visando garantir as condições mínimas necessárias para que as famílias assentadas tenham acesso às políticas públicas para o desenvolvimento do futuro projeto de assentamento.</p>
---	------	--

Tabela 1 - Modalidades de projetos criados pelo INCRA:

Fonte: INCRA <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>

Existem também as possibilidades do Estado ou do Município criar assentamentos e os mesmos serem reconhecidos pelo INCRA:

Modalidade	Sigla	Características
Projeto de Assentamento Estadual	PE	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p>
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio;</p> <p>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;</p> <p>O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</p> <p>Titulação de responsabilidade dos municípios.</p>

Tabela 2 - Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA:

Fonte: INCRA <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo2>

Existe um desconhecimento por parte da maioria das superintendências do INCRA e órgãos estaduais e municipais, somado ao despreparo técnico e jurídico de

grande parte dos funcionários que se limitam a criarem assentamentos na modalidade P.A. e descartando as áreas em que seria possível a criação de assentamentos por outras modalidades legalmente instituídas.

A tabela a seguir faz uma síntese das modalidades de assentamento e suas respectivas legislações que as regulamentam, o domínio do conteúdo dessa legislação permitirá a destinação de várias áreas que não cumprem função social para se transformarem em assentamentos:

Modalidades de Assentamento	Legislação
Projeto de Assentamento – PA	Instrução Normativa INCRA nº15, de 30 de março de 2004; Norma de Execução INCRA n.o 69, de 12 de março de 2008; Norma de Execução INCRA n.o 87, de 26 de novembro de 2009.
Projeto de Assentamento Estadual – PE	Norma de Execução INCRA nº69, de 12 de março de 2008; Norma de Execução INCRA nº87, de 26 de novembro de 2009.
Projeto de Assentamento Municipal – PAM	Norma de Execução INCRA nº69, de 12 de março de 2008; Norma de Execução INCRA nº87, de 26 de novembro de 2009.
Projeto de Assentamento Casulo - PCA (Revogada)	Portaria INCRA n.o 321, de 11 de setembro de 1997; Norma de Execução INCRA nº 69, de 12 de março de 2008; Norma de Execução INCRA nº87, de 26 de novembro de 2009. Portaria INCRA nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017. (revoga a modalidade de assentamento PCA).
Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS	Portaria Interministerial MMA/MDA n.o 01, de 24 de setembro de 1999; Portaria INCRA n.o 477, de 04 de novembro de 1999; Portaria INCRA/P n.o 1.032, de 25 de outubro de 2000; Norma de Execução INCRA n.o 69, de 12 de março de 2008; Norma de Execução INCRA n.o 87, de 26 de novembro de 2009.
Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável – PDAS	Portaria INCRA nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017.

Tabela 3 - Base legal para criação de Assentamentos:

Fonte: INCRA (síntese do autor)

Quando uma determinada área não apresenta características e requisitos para se transformar em um P.A. projeto de Assentamento é possível que se enquadre nas normativas de outras modalidades de assentamento ou possa ser decretada como PE - Projeto de Assentamento Estadual pelo Estado ou decretada como PAM - Projeto de Assentamento Municipal pelo Município e posteriormente ser reconhecido pelo INCRA como Assentamento de Reforma Agrária.

MODALIDADES DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS EM VITÓRIA DA

CONQUISTA

Projeto de Assentamento Federal - PA

Assentamento União

Com a extinção do IBC - Instituto Brasileiro do Café pelo governo Fernando Collor de Melo, uma estação experimental de 150,3657 ha, localizada às margens da BA-415 à 8 Km da cidade de Vitória da Conquista, ficou abandonada e em 1990 várias famílias da região se organizaram sem o apoio de nenhum de movimento popular organizado, ocuparam o imóvel, o que gerou conflito e também trouxe o apoio da Comissão Rural Diocesana da Igreja Católica, que ajudou na organização do assentamento informal, onde as famílias passaram a morar e cultivar a terra para subsistência.

Posteriormente, o MST se organizou na região e passou a atuar neste assentamento, que após vários anos de luta, conseguiu-se que a área fosse doada ao INCRA , que em 18/06/2001 publicou o decreto de criação do P.A. União / IBC (Cod. P.A. BA0230000), hoje com 25 famílias assentadas em lotes de 3 há, que com a regularização as famílias tiveram acesso ao crédito agrícola, que financiou a recuperação do café já existente e a implantação da cultura do urucum, que juntamente com o café é cultivado intercalado com o milho, feijão e mandioca que as famílias já cultivavam como forma subsistência.

Projetos de Assentamento Estadual - PE

Assentamento Etelvino Campos

Na década de 1970, governo do Estado da Bahia desapropriou uma extensa área de terras na região da Lagoa das Flores, às margens da BR-116, a 5km ao norte da sede do município de Vitória da Conquista para constituição do Distrito Industrial dos Imborés. Porém passado-se mais de vinte anos, menos de um terço dessa área foi efetivamente utilizada.

Essa área começou a ser grilada por fazendeiros de gado da região que utilizavam como pastagem para seus rebanhos.

No dia 29 de abril de 1990, numa sexta feira da paixão, dezenas de famílias se organizaram espontaneamente e ocuparam parte da área da SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, que estava sem nenhuma utilização.

Houve conflito com grileiros, mas as famílias resistiram e se mantiveram na área, dividiram a área ocupada de 388 ha em 72 lotes familiares e 2 áreas comunitárias, utilizando-se de uma corda, com áreas entre 2 e 5 ha e passaram a cultivar para subsistência.

Em 1994, com a organização do MST na região, a ocupação passou a ter um acompanhamento e conseguiu-se que o Governo do Estado decretasse a área como

assentamento estadual de reforma agrária, adotando o nome de Assentamento Etelvino Campos e posteriormente o INCRA reconheceu como assentamento de reforma agrária.

No assentamento há uma diversidade de cultivos, como: laranja, manga, abacate, acerola, feijão, mandioca, milho onde os assentados ao produzir algum excedente, vendem e compram produtos para subsistência. Há também a produção de hortaliças por parte de várias famílias.

Assentamento Zumbi dos Palmares

Cerca de 150 famílias organizadas pelo MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados (atual Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos), ocuparam na madrugada de 8 de agosto de 2003, parte da área remanescente da URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia S.A., que estava abandonada e conseguiu-se em uma área de 48,1488 ha, constituir um assentamento estadual, PE. Zumbi dos Palmares, beneficiando 19 famílias com lotes de 2,0 ha e áreas coletivas e de reserva legal. O INCRA reconheceu o Assentamento através da portaria nº73 de 22/12/2009, passando a condição de P.A. Zumbi dos Palmares (Cod. P.A. BA 0906000) e registrado pelo IBGE com o código 293307.

Ainda há questionamentos jurídicos quanto a regularização desse assentamento e até o momento as famílias não tiveram acesso aos créditos de implantação, moradia e nem acesso ao PRONAF. Mesmo sem contar com o acesso a recursos governamentais as famílias vem produzindo alimentos para subsistência e venda dos excedentes nas feiras livres da cidade, produzindo mandioca, feijão guandu, feijão catador e hortaliças

Projeto de Assentamento Casulo - PCA

Projeto Casulo da Fazenda Bela Vista da Serra

A partir de uma área da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista que era a antiga Fazenda Bela Vista da Serra, mas que ficou por vários anos abandonada, em 1996 houve a demanda por terra de vários camponeses sem terra que viviam nas periferias da cidade e com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, a Prefeitura entrou em parceria com o INCRA e criou em 1997 o Projeto de Assentamento Casulo Bela Vista da Serra, que foi regulamentado pelo INCRA através da Portaria 100 de 15/12/1998, passando a estar registrado com o Sipra BA0500000.

As famílias foram selecionadas pela prefeitura e pelo INCRA, com o apoio da UESB e criaram em 1999 a Associação dos Trabalhadores Rurais dos Assentados no Projeto Casulo da Fazenda Bom Jesus da Serra, passando a ter acesso ao PRONAF, cultivando principalmente abacaxi e mandioca, além de diversos outros cultivos de subsistência.

Essa modalidade de assentamento, extinta com a portaria INCRA 414 /2017, permitia viabilizar áreas pertencentes aos municípios, que tem que se dispor a entrar em parceria formalizada através de um Acordo de cooperação técnica com o INCRA como instrumento de integração de políticas públicas para criação de um Projeto de Assentamento Casulo.

Portanto, áreas que jamais se viabilizariam pela normativa de desapropriação e constituição de um P.A. típico do INCRA, poderiam ser viabilizadas enquanto PCA, mesmo em médias propriedades.

Assentamento Carlos Marighella

Segunda ocupação do MTD em Vitória da Conquista, onde em 2004 foi ocupada uma área da prefeitura, próximo ao lixão, em um espaço onde seria construído o aterro sanitário. Depois de muita luta para resolver a situação das famílias, a prefeitura, através da Lei nº 1354/2006, fez uma permuta de 5 lotes urbanos com 77 ha da Fazenda Boa Vista, no sentido de viabilizar uma área para criação do Assentamento Carlos Marighella.

Posteriormente, 19 famílias foram realocadas e assentadas, dando origem ao Assentamento Municipal Carlos Marighella, que recentemente foi reconhecido pelo INCRA como Assentamento de Reforma Agrária. As famílias praticam agricultura de subsistência e vendem os excedentes nas feiras livres, pois ainda não tiveram acesso a nenhum financiamento.

Projeto de Assentamento Municipal - PAM

Pré-assentamento Dandara

Ocupação organizada pelo MTD em 2011 numa área devoluta, após sofrer despejo arbitrário, as famílias ocupam uma área da prefeitura nas proximidades do anel viário, após muita luta e negociação, a prefeitura sede uma outra área para o assentamento de 19 famílias. Atualmente as famílias estão nessa nova área cedida pela prefeitura, que parcelou lotes de 2,5 ha, área de reserva e área coletiva e encontra-se em processo de regularização por parte da prefeitura, para posteriormente ser reconhecida pelo INCRA como área de assentamento. Porém ha um impasse criado com o proprietário vizinho, que alega que parte da área onde encontram-se as famílias pertence a ele. Esse impasse tem atrasado o processo de regularização do assentamento.

Regularização por titulação

Dentre as possibilidades de regularização das famílias essa é a pior alternativa, porque mesmo garantindo a territorialização camponesa, não deixa possibilidade de reconhecimento como assentamento por parte do INCRA, o que deixa as famílias sem

ter acesso aos créditos que as famílias assentadas tem direito e que são importantes para consolidação das mesmas.

Existem duas possibilidades de titulação: A titulação coletiva, onde o título de propriedade a ser emitido pelo Estado é feito em nome da associação e a titulação individual, onde há o desmembramento da propriedade de modo a ser concedido a cada família um título de propriedade referente ao seu lote. Essa modalidade de titulação deixa as famílias vulneráveis à pressão da especulação imobiliária e do agronegócio no sentido de adquirir a área através da compra ou do uso de diversas formas de pressão, ameaça e violência para apropriação dessas terras.

Assentamento informal Joana Darc

Ocupação organizada pelo MTD em 2010 em 40 ha remanescente da área da extinta URBIS, às margens da BA-415, a 5Km da sede do município de Vitória da Conquista. As 18 famílias organizaram o assentamento informal com 18 lotes com 2ha cada um onde as famílias moram, cultivam a terra e criam pequenos animais em sistema de agricultura de subsistência, já que por ainda não estarem regularizados, não tem como terem acesso a qualquer projeto ou crédito que possa estruturar e viabilizar a produção.

Mesmo assim as famílias conseguiram um projeto de cisternas de captação de água de chuva através da ASA – Articulação do Semiárido e tem construído suas casas com recursos próprios. Há produção de feijão guandu, feijão catador, mandioca, hortaliças que são vendidos nas feiras livres de Vitória da Conquista.

Devido a área ser de apenas 40ha e não possuir 20% de reserva legal, o processo de regularização está sendo conduzido pelo Governo do Estado, através da CDA - Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário, no sentido da titulação dos lotes em nome das famílias e da área coletiva em nome da associação.

Com a consolidação da titulação da terra, a área não terá como ser reconhecida oficialmente como assentamento de reforma agrária pelo INCRA, mas as famílias serão regularizadas como agricultores familiares e terão acesso ao PRONAF e outros programas aos quais os agricultores familiares tem acesso.

UM NOVO CONCEITO DE ASSENTAMENTO: O ASSENTAMENTO RURURBANO

Em relação a áreas no entorno de centros urbanos, Martinez, (1991, p. 61) afirma que:

“A pequena propriedade, o minifúndio, pode desempenhar um papel muito importante em determinado número de casos. Ao redor das cidades médias e grandes, o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros pode representar uma fonte de renda mais do que suficiente para cada família proprietária de um lote de dois a cinco hectares. Além disso, um cinturão de terras cultiváveis e inalienáveis, serviria para conter o crescimento das cidades.”

Com o intuito de dar função social as áreas públicas no entorno dos centros urbanos, surge o assentamento rururbano, que é um tipo de assentamento, diferente das ocupações de sem-teto ou assentamentos urbanos onde cada família tem apenas um pequeno lote que mal dá para fazer a casa e não consegue resolver o problema da fome e do desemprego. É diferente dos assentamentos rurais de reforma agrária, que consegue resolver os problemas de moradia, alimentação, trabalho e renda das famílias, mas que fica na zona rural, longe da cidade e a maioria das famílias da periferia já se urbanizaram e não querem estar longe das cidades, onde possuem vínculos de estudo, trabalho, assalariamento, vínculos culturais, etc.

O assentamento rururbano é um novo tipo de assentamento que, por estar perto da cidade, permite que as pessoas continuem mantendo os vínculos com o mundo urbano, tem lotes bem menores que os assentamentos de reforma agrária, mas o suficiente para se produzir hortas, pequenos cultivos e a criação de pequenos animais e também tem área comunitária com espaço para desenvolver outras atividades não agrícolas. Além de escola, parque, creche, campo de futebol, posto de saúde, centro comunitário, praça, ou qualquer outro benefício que a comunidade possa conseguir na luta. Desta forma, torna-se uma alternativa para famílias da periferia que não querem ir para o campo.

O resultado do estudo dessas experiências de assentamentos em Vitória da Conquista é a demonstração de que é possível a criação de assentamentos em áreas pequenas e médias, no entorno de grandes e médios centros urbanos, que por sua localização ao mercado consumidor, permitem viabilizar as famílias mesmo em lotes menores do que em assentamentos convencionais do tipo P.A.

Martinez, (1991, p. 61) afirma que:

“A pequena propriedade, o minifúndio, pode desempenhar um papel muito importante em determinado número de casos. Ao redor das cidades médias e grandes, o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros pode representar uma fonte de renda mais do que suficiente para cada família proprietária de um lote de dois a cinco hectares. Além disso, um cinturão de terras cultiváveis e inalienáveis, serviria para conter o crescimento das cidades.”

Portanto, a transformação de propriedades que não cumprem função social no entorno de centros urbanos em assentamentos rururbanos, viabiliza moradia e trabalho para as famílias assentadas e favorece a formação de um cinturão verde de produção de hortifrutigranjeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesar de haverem vários estudos sobre as terras devolutas no Brasil, grande parte dessas áreas encontram-se griladas, transformando-se em grandes fazendas, condomínios ou empresas privadas. Porém, existem milhares de áreas públicas que, apesar de serem terras públicas, não são devolutas, possuem documentação e são

propriedades escrituradas que pertencem ao patrimônio da União, aos estados, aos municípios e a empresas estatais.

Milhares dessas áreas passam despercebidas da sociedade e até mesmo dos governos, que com as constantes mudanças de gestões dos órgãos governamentais, muitas vezes os atuais gestores nem tem conhecimento da existência dessas áreas. Muitas dessas áreas acabam sendo utilizadas de forma indevida por empresários ou ficam abandonadas se tornando local de despejo de entulho, lixo e se tornando foco de doenças.

Essas áreas passaram a ser públicas por diversas formas, desde a desapropriação, compra, expropriação, doação, incorporação de *res nullis* (imóveis cujos proprietários faleceram e não deixaram herdeiros), sendo incorporados ao patrimônio público), são também arrecadadas dos seus proprietários por débitos junto ao INSS, à Receita federal, débitos estaduais, falta de pagamento de IPTU ao município e com isso passam a serem incorporadas ao patrimônio público.

Há milhares de casos no Brasil inteiro em que áreas que pertenciam a empresas estatais foram extintas e seu patrimônio incorporado à União. Este é o caso das áreas não operacionais (desativadas) da RFFSA - Rede ferroviária Federal SA, do IBC - Instituto Brasileiro do Café, assim também como diversas empresas estatais que pertenciam aos estados e municípios que foram extintas e possuíam diversas áreas que até hoje encontram-se sem cumprir função social.

O INCRA, apesar de ter diversas portarias que permitem a criação ou o reconhecimento de diversas modalidades de assentamentos, como o PDS - Projeto de desenvolvimento Sustentável, PAM - Projeto de assentamento Municipal, PE - Projeto de Assentamento Estadual e mais recentemente o PDAS - Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável, raramente os faz, seja por desconhecimento de seus técnicos, seja por não serem demandados pelos movimentos sociais para essas possibilidades que poucos também tem conhecimento.

Aportaria 414 do INCRA, de 11 de julho de 2017, revoga a modalidade de PCA, mas ao estabelecer a modalidade Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável - PDAS, reconhece a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social próximo às periferias dos centros urbanos por meio da agricultura familiar, a necessidade de aproveitamento de mão de obra disponível nas periferias dos centros urbanos e a possibilidade de garantir a geração de emprego e renda a esses trabalhadores e suas famílias, pode ser explorada no sentido de regularizar assentamentos informais já existentes como também a criação de novos assentamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil, 2002**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <www.senado.gov>

br/legislacao/const/con1988/...04.02.../CON1988.pdf>

BRASIL. **Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964: Estatuto da terra.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>

BRASIL. **Lei 601 de 18 de setembro de 1850: Lei de terras de 1850.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/0601-1850.htm>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Vitória da Conquista.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=293330>>

INCRA. **Instrução Normativa nº15, de 30 de março de 2004;**

INCRA. **Norma de Execução nº 87, de 26 de novembro de 2009.**

INCRA. **Norma de Execução nº 69, de 12 de março de 2008;**

INCRA. **Painel de Assentamentos SR05 – Bahia.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br>>

INCRA. **Portaria nº 321, de 11 de setembro de 1997;**

INCRA. **Portaria nº 414, de 11 de julho de 2017;**

INCRA. **Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999;**

INCRA, **Portaria nº 740, de 06 de dezembro de 2012;**

INCRA. **Portaria nº 1.032, de 25 de outubro de 2000;**

MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: Questão de terra ou de gente?** São Paulo. E. Moderna, 1991.

MMA/MDA. **Portaria Interministerial nº 01, de 24 de setembro de 1999;**

PAULINO, Eliane, T.; ALMEIDA, Rosimeire A. **Terra e Território: A questão Camponesa no Capitalismo.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010. p. 55

STROZAKE, J. **Função social da propriedade.** In: Dicionário da educação do campo. CALDART, Roseli et al (Org.) Rio de Janeiro, São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 366-371.

COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO

Rafael Pereira Santos

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e
Mucuri. Diamantina. Minas Gerais

Roberta Alves Silva

Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e
Mucuri. Diamantina. Minas Gerais

RESUMO: Este artigo analisa as dinâmicas territoriais evidenciando a amalgama entre território, territorialidade e múltiplas identidades vivenciadas nos processos de expropriação e reapropriação do território da comunidade quilombola e pesqueira de Croatá, situada às margens do rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Optou-se pela pesquisa multissituada que se efetiva na itinerância, com observações dentro e fora da comunidade. Os resultados indicam que a territorialidade se efetiva a partir de signos identitários imersos na sociodinâmica das águas na pesca do rio, nas vazantes, bem como nas terras do alto. A territorialidade dos pescadores (as) tem reconfigurado a noção do tradicional aglutinado em intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros, enquanto uma proposta instituinte dos pescadores frente as forças instituídas do estado e do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal; Movimento Social; Conflito territorial.

LIKE THE WATERS OF THE RIVER, LIFE IS
MOVEMENT: FISHING AND CONFLICTS BY
LAND AND WATER IN THE SÃO FRANCISCO
RIVER

ABSTRACT: This article analyzes the territorial dynamics evidencing the amalgamation between territory, territoriality and multiple identities experienced in the processes of expropriation and reapropriation of the territory of the quilombola and fishing community of Croatá, located on the banks of the São Francisco river, in the North of Minas Gerais. We opted for the multisite research that is effective in roaming, with observations inside and outside the community. The results indicate that the territoriality is effective from the identity signs immersed in the sociodynamics of the waters in the fishing of the river, in the ebbing, as well as in the lands from above. The territoriality of the fishermen has reconfigured the notion of the traditional agglutinated in intense processes of resistance when seeking the physical reapropriation of the fishing territories, as an instituting proposal of the fishermen against the established forces of the state and capital.

KEYWORDS: Artisanal Fishing; Social movement; Territorial conflict

Em algumas comunidades pesqueiras, ao

longo do Velho Chico, em Minas Gerais, povoa no imaginário de muitos pescadores (as) o mito de surgimento do rio São Francisco na Serra da Canastra, onde se encontra a nascente. Para estes, o choro de saudades da guardiã interina da tribo, índia Irati, por seu esposo que foi a guerra, deu origem às águas do rio; o canal do rio, por sua vez, se deve às pegadas na terra dos diversos índios (as) que desceram de várias aldeias até o mar para lutar em favor de suas tribos. Longe de fazer uma interpretação hermenêutica do mito, ou traçar horizontes/limites que apontam para falseabilidade ou veracidade, é possível, a nosso modo de pensar, dois entendimentos éticos a respeito do mito: o primeiro entendimento nos indica que as águas do rio surgem de um sentimento profundo; o outro entendimento, nos indica que o caminho das águas do “Velho Chico” foi construído pelos pés de quem foi a luta.

O “Velho Chico, ao longo do sertão Norte Mineiro, no contexto de Minas Gerais, ainda é um celeiro de organizações sociais que estão em defesa de territórios de terra e de água enquanto indígenas, quilombolas, pescadores, vazanteiro ou na luta pela terra como camponeses que se organizam em seus respectivos movimentos sociais.

Silva (1988) afirma que a história dos pescadores (as) sempre foi silenciada no Brasil, além de observar a reprodução social da inexistência dessa categoria profissional e tradicional. Tal autor desenvolveu o primeiro trabalho de que se têm notícias sobre os movimentos na pesca. Seu recorte de abordagem foi o Norte e Nordeste do Brasil na temporalidade Colônia e Império. Das análises de Silva (1988) destacam-se as efetivas, por vezes, quase exclusiva participação dos pescadores nas seguintes lutas: guerra contra os holandeses, Independência da Bahia, Cabanagem no Pará, fim do tráfico interprovincial no Ceará e a revolta contra o pagamento do foro, em Olinda-PE.

Ao bordar uma temporalidade distinta 1920-2009 Callou (2014) desvela a falácia da existência de uma suposta paz pesqueira nacional ao verificar a reprodução social da inexistência na literatura e invisibilidade relegada costumeiramente às classes oprimidas no que tange a movimento social na pesca.

Convém salientar a pouca expressividade da produção de literatura sobre movimentos sociais na América Latina até a década de 1970 como um todo, o que é ainda mais escassa e “marginal” em se tratando de estudos sobre movimento de pescadores. Os movimentos sociais na América Latina segundo Gonh (2018) emergem e se tornam incidentes numa conjuntura política e social específica da década de 1970 de luta contra o autoritarismo militar, a dependência financeira, o neoliberalismo e a miséria recorrente. Observa-se, a partir de 1970, que os movimentos sociais vão se diferenciando da vertente convencional de viés político e partidário de esquerda. Ao nosso ver, tais movimentos emergem da multidimensionalidade da modernidade fluida e contra as contradições da modernidade.

Em se tratando de movimentos sociais latinos, Zibechi (2017) com vasto campo de pesquisas na área tem suscitado novas questões. Sua reflexão indica que o conhecimento sobre os movimentos sociais clássicos é pouco apropriado para se pensar os novos movimentos sociais, posta a diversidade de sujeitos que se organizam

em outras lógicas, e, aqui, ele insere grupos quilombolas, indígenas e feministas que emergem com outras racionalidades e na interface dos movimentos sociais

Resulta importante destacar el nacimiento de nuevos movimientos, en casi todos los países, que encarnan las opresiones más acuciantes, derivadas del crecimiento exponencial del extractivismo depredador, de los feminicidios y de la violencia estructural contra los pobres. Nuevos sujetos colectivos ocuparon el centro del escenario social y político que durante largo tiempo había sido casi monopolizado por los trabajadores organizados en sindicatos, desde el siglo XIX (ZIBECHI, 2017, p. 2).

Estes novos movimentos latinos, segundo Zibechi (2017), têm algumas características comuns: a cosmologia distinta da visão ocidental, caso dos indígenas; o cheguevarismo militante e a Teologia da Libertação. Tais tendências são observadas na resistência destes grupos frente às crises e reformulação do capital neoliberal, seja nas fazendas, seja nas fábricas.

Estas crises têm possibilitado a territorialização dos novos movimentos sociais que buscam recuperar suas terras, sua autonomia em relação aos partidos políticos, sua identidade, a formação de seus intelectuais, além da preocupação com a organização do trabalho e relação com natureza, posto que os meios de produção e a propriedade são partes significativos e devem ser enfrentados no campo e na cidade. Daí emergem outras grafias e práticas de relações sociais em busca de um novo mundo novo possível nas brechas do capitalismo, na últimas duas décadas.

Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales. La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente (ZIBECHI, 2017, p. 48).

Em relação aos novos movimentos sociais Gonh (2004) chama a atenção para pensar o desafio de superar as fronteiras das demandas dos fenômenos locais que tendem a não absolver as demandas gerais. Nesta perspectiva, no bojo dos novos movimentos sociais, há segmentos que possuem especificidades históricas e tendências comuns, a exemplo daqueles que têm problemas sociais originários do capitalismo e que pautam a busca pelo acesso e uso equilibrado/irrestrito dos elementos da natureza – numa perspectiva do ecologismo social, a exemplo dos pescadores artesanais.

Alentejano (2018) pondera que os novos movimentos sociais devem ensejar expressões mais gerais de classe que se posicionem nas ações sociais e no conflito agregando-se nas questões do mundo do trabalho e do capital. Assim, os novos movimentos sociais e territoriais do campo brasileiro, se constroem na busca de forjar os territórios próprios, e, no curso deste caminho buscar forjar a identidade de classe.

Cabe salientar que a realidade social da luta dos pescadores-quilombolas do

Norte de Minas nos aponta para uma questão contrastiva em relação aos objetivos e finalidades do escopo das concepções e projetos stricto sensu da esquerda tradicional. É preciso reconhecer, estes sujeitos não vendem a sua força de trabalho diretamente para um patrão, a exemplo dos operários urbanos e assalariados do campo, assim como se entendem enquanto classe trabalhadora da pesca. É preciso ponderar também que o capitalismo engendra outras formas de relação de produção para além da tipicamente capitalista, a exemplo, do assalariamento que não tem uma única fonte histórica.

No âmbito dos movimentos sociais na pesca, Callou (2014) e Silva (1988) os consideram como espaços coletivos, contestatórios e de resistência contra as estruturas de opressão que tem solidificado uma identidade nacional de trabalhadores da pesca.

Os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos políticos sociais construídos como expressão coletiva de lutas, resistência e poder dos pescadores e pescadoras, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus bens materiais simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios. (CALLOU, 2014, p. 119).

É preciso considerar, segundo Diegues (2004), que no interior das organizações de pescadores, em âmbito internacional, há uma dupla tendência: uma patronal-proletária influenciada pelo Chile e a segunda pela não proletarização, puxada pela Índia e Brasil. Para Diegues (2004), o Movimento dos Pescadores (as) do Brasil (MPP) e a Pastoral dos Pescadores (CPP) são contra a proletarização do pescador. O CPP se nutre do horizonte da Teologia da Libertação – TL. O método da TL centra-se no ver-julgar-agir na realidade. Segundo Silva (1988) a ação do CPP tem como missão denunciar todas as formas de repressão e colaborar para que os pescadores protagonizem as mudanças das estruturas que geram a opressão. Outrossim, o pescador Constituinte salienta:

Nas Colônias não dava, ela não era entidade de classe, os interventores eram o pessoal da marinha de guerra. Na época quem ajudava nós a articular no plano nacional eram os partidos de esquerda e a Igreja Católica. Eles ajudavam a fortalecer as redes com outros estados e outros trabalhadores com as formações lá em Olinda, na sede Nacional do CPP. Ali nós já discutíamos a questão da reforma agrária para que o pequeno pudesse ter um pedaço de terra para produzir, seja os trabalhadores com registro e sem registro. Daí também nós organizamos no combate contra o Regime Militar nas reuniões nos sindicatos e nas associações. (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Se por um lado, o CPP fortalecia os pescadores (as) artesanais em redes nacionais, por outro lado, a intensificação da organização dos pescadores, aos poucos, desvelava claramente os conflitos silenciados entre Marinha e pescadores (as). Um dos pontos cruciais das divergências eram demandas por territórios de pesca, que não eram temas de discussão nas colônias e que se sobrepunham às áreas de interesse da Marinha.

Nas Colônias de pescadores do rio São Francisco não se fazia discussão territorial em razão de que elas estavam nas mãos dos interventores da Marinha dos portos. Na beira do Velho Chico não podia fazer casas de alvenaria, mesmo que os pescadores estivessem ali por gerações (Josemar Alves Durães, 59 anos).

É notório ressaltar que o apoio do CPP aos pescadores é de um “mediador sociopolítico importante nas lutas ambientais, direitos trabalhistas, previdenciários e direitos territoriais” (Diegues, 1995, p. 22). Convém elucidar que as Colônias eram tuteladas pela Marinha desde 1920, o que mudou somente nos resultados finais da Constituição do Brasil de 1988, que lhe confere o direito de ser entidade de classe.

Eram duas vagas para ser delegado constituinte para o estado do Espírito Santo. O curioso foi que Minas não teve vaga de pescadores delegados constituintes, sabe? O primeiro mais votado no estado foi um ex-combatente da Marinha e eu fui o segundo. Nós íamos para Brasília e Recife nas reuniões da pastoral com o apoio das redes. Na época a pauta principal era colocar aspectos do trabalho da pesca dentro da discussão da constituinte. A Colônia não era entidade de classe e vivia na tutela da Marinha, do Ministério da Agricultura e da Superintendência da Pesca. A pauta dos territórios não entrava, porque tudo era a revelia da Marinha. Com a constituição de 1988 tivemos uma base jurídica tanto para livrar da tutela da Marinha e para o setor da pesca. A discussão foi ampla, mas não deu para fomentar tudo, mas algumas coisas entraram na Constituição (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Paralelo a constituinte, emerge o contexto onde se multiplicam vários movimentos sociais, dentre eles, o movimento dos pescadores que buscou fomentar a construção de uma articulação nacional de pescadores para propagar, defender e ampliar os direitos, a ser materializado, preliminarmente, no Movimento Nacional de Pescadores (Monape) como dinamizador das pautas. Como se pode observar, a literatura sobre movimentos sociais na pesca em Minas Gerais é demasiadamente escassa e incipiente. Por tal razão, busca-se evidenciar dentro da organização cotidiana da comunidade e nos embates externos à comunidade o fio condutor e metodológico da pesquisa.

APORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA MULTISSITUADA

Nesta pesquisa, optou-se pela pesquisa de campo multissituada conforme propõe Marcus (1991), ao partir da premissa de que as pesquisas podem ser melhor desenvolvidas quando se utiliza no desenvolvimento do método possibilidades que busquem interpretar outros espaços que não sejam somente a comunidade. Deste modo, a percepção de Marcus (1991) aponta que a etnografia contemporânea se vê obrigada a abandonar uma perspectiva de análise que parte unicamente da experiência explicada em um nível local e/ou procurar o atendimento de um ponto de vista global, posto que “ambos” são de algum modo dimensões que emergem de um e outro lugar que se pretende abordar. Para este, os fundamentos do local e do global podem ser melhor compreendidos se pensados como dimensões que estão em rede. Esse deslocamento, para além do binarismo, coloca em questão a necessidade de trazer para a “reflexão antropológica o modo como as vidas coletivas e individuais

são negociadas nos lugares onde o pesquisador faz suas pesquisas de campo” (MARCUS, 1991 p. 197). Portanto, essa pesquisa foi desenvolvida em uma trilha e em dois espaços: na comunidade e nos espaços de reivindicação de direitos do Estado ligados aos direitos humanos e de regularização territorial.

O MOVIMENTO DOS PESCADORES POR TERRA E ÁGUA EM CAMPANHA PELOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS: “CERCA NAS ÁGUAS E NA TERRA DERRUBAR”!

A expropriação da terra e água das comunidades tradicionais do Norte de Minas, posteriormente tornados ativos do Estado, foram, em boa medida, transfigurados em mercadoria na corrida de fazendeiros e empresários aos incentivos fiscais do Estado que se sobrepuseram a um modo de vida tradicional. É no bojo do processo da experiência expropriatória e de retomada do território tradicional de direito, que Croatá se insere no MPP. O MPP é um destes movimentos insurgentes que se pauta contra a acumulação do capital por expropriação, contra o desenvolvimentismo, e, não necessariamente, uma perspectiva de engajamento político com aspiração de tomar o Estado.

O MPP assumiu o que a Marinha nunca ia fazer e o que o Monape e as Colônias, de modo geral, não quis enfrentar, porque o MPP observou que os pescadores estão perdendo as áreas de trabalho e morada para imobiliária, petroleiros e fazendeiros. Ele perde a noção de origem e trabalho. Na Constituinte, veio a necessidade de formar um corpo organizativo que deu origem ao antigo Monape para dar conta de fazer nas bases aquilo que não conseguimos que entrasse na pauta. (...) O problema foi que o Monape partiu para entrar no poder das Colônias e deixou de ser combativo, caiu na lógica do poder e na burocracia das Colônias, mudou o perfil da visão. É aí que o MPP surge e permanece até hoje defendendo os direitos do setor da pesca e os territórios ameaçados pela economia desenvolvimentista que impacta no território das nossas comunidades tradicionais. (Benedito Porto, 66 anos).

É no contexto fisiologismo do Monape que emerge o MPP (cujo marco temporal é 2009, na Conferência Paralela, em Brasília). Daí que o Monape se restringe atualmente a um escritório no Maranhão. O diferencial do MPP para o Monape, no nosso entendimento, está na busca de se fortalecer nas bases e influenciar as demandas nacionais enfrentando a expropriação territorial, a superação do desenvolvimentismo e a proteção dos ecossistemas enquanto um projeto coletivo de pescadores (as) artesanais articulados na luta por territórios pesqueiros e na afirmação de uma identidade coletiva de pescadores, contexto em que se insere a comunidade de Croatá.

O MPP, ao pautar a defesa dos territórios em processo ou expropriados, se insere no contexto de conflitos por água e terra que, de maneira geral, foram tratados de modos diferenciados no Brasil, enquanto o primeiro foi silenciado, o segundo conflito sempre foi fenômeno explicitado e tema de interesse dos estudiosos. Os conflitos silenciados pela Marinha e Colônias eram vivenciados no cotidiano das comunidades pesqueiras há décadas e por isso, essas populações desejam terras e águas livres,

conforme salienta seu Euclides: “Quem vive em água é peixe, pescador e pescadora vive na terra e trabalha na água”, portanto, ambas são unidades indivisíveis. A água se encontra em simbiose à terra, seja ela subterrânea, superficial ou pluviométrica. No modo de produção capitalista água e terra são tidas como meio para garantir a vitalidade do modo de produção capitalista.

Portanto, a água e a terra, numa escala maior, se encontram na interface do mesmo polo, em se tratando dos pescadores e (as) artesanais do Brasil. A água tem sido apropriação pelo capital para o desenvolvimento do agrohidronegócio. O agrohidronegócio representa os novos senhores de sesmaria das terras e das águas. A noção de território enquanto lugar de vida para os pescadores-quilombolas-vazanteiros do São Francisco coligem um processo de síntese histórica de origem de trabalho-vivência-moradia, questão que não é unânime e convergente para todos os pesquisadores de movimentos sociais na pesca, especialmente, de região marítima, como é o caso de alguns pescadores (as) do Recife-Olinda, centro das discussões de Callou.

No caso do setor pesqueiro, embora a terra seja importante, como estrutura produtiva, pois nela os pescadores constroem seus abrigos para seus apetrechos e embarcações de pesca (as caiçaras), não é um meio de produção. O que é óbvio, pois não é objetivamente na terra que a atividade pesqueira se concretiza. Isso quer dizer que a sujeição ao capital do pescador não se dá da mesma forma do campesinato, nem um movimento de pescadores não teria a reforma agrária como pauta apesar da especulação imobiliária nas praias (CALLOU, 2014, p.41).

Ao entender desta pesquisa, a dificuldade de compreensão do importante autor supracitado se encontra em sua noção de território pesqueiro, como mero meio de produção acrescido de um breve esquecimento do contexto histórico de expropriação das áreas agricultáveis e de moradia dos pescadores (as) no país. Cabe registrar que, Pernambuco-PE, estado em que o pesquisador acima desenvolve suas pesquisas, não somente aderiu à Campanha pelos Territórios Pesqueiros do MPP, mas aprovou a primeira Lei de Política de Pesca Artesanal do Brasil, bem como, já regulamentou a Lei via decreto associando a identidade do pescador (a) à terra e a água no decreto em seu artigo 2º, inciso V.

Territórios tradicionais pesqueiros: as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (LEI, Nº 15.590 de 2015).

No caso das terras crescentes do São Francisco no Norte de Minas, e se levarmos em conta as lideranças do MPP e CPP em âmbito nacional e regional, entende-se que os territórios pesqueiros se compõem de água-terra (lugar para pescar, morar, viver e celebrar a vida) junto aos mares, rios, açudes e barragens são condições primárias para o etnoenvolvimento das comunidades pesqueiras, sendo assim, a regularização

dos territórios de água e terra urgentes e necessários, ao contrário do que postula Callou (2014). O óbvio é a necessidade de regularização territorial e o silenciamento acrescido das violação de direitos dos pescadores. Deste modo, a privatização dos espaços da água e terra coloca em risco o espaço de trabalho, de morar e reproduzir a existência dos quilombolas-pescadores.

Nós pescava e tinha os barracos no alto, aí o fazendeiro não deixou nós pescar lá. O fazendeiro falou que nós tínhamos que pescar dentro d'água. Uns fizeram a cama dentro d'água, porque tinha barco que entrava água. Quem tinha barco que não entrava água fincava uma vara na água e amarrava o barco **porque no seco ele não** deixou. Foi uns 20 anos que nós ficamos assim na beira do território de Croatá. Seu Marculino fincou 4 forquilhas e atravessou duas varas e colocou uns sacos de linhagem, sabe? E lá ele fez a cama, porque o Iran Moura, não deixava não. (Euclides Batista de Souza, 64 anos)

Segundo o CPP (2016) o conflito de Croatá está no bojo dos 29 casos emblemáticos da bacia do Velho Chico atualmente, sendo os principais causadores de tais conflitos os grandes empreendimentos e barragens “responsáveis por 75% dos casos de apropriação indevida das terras públicas e expulsão de 50 mil famílias de seus territórios” (CPP 2016 p. 85-86).

A identidade social da comunidade de Croatá enquanto pescador-vazanteiro-quilombola do São Francisco, como expôs uma pescadora-quilombola de Croatá na Comissão Federal do Direitos Humanos reitera a simbiose terra-água-povo: “Nós somos uma comunidade tradicional, vivemos da terra e da água e não temos outro lugar para trabalhar.” A terra e água são expressões de trabalho, identidade e lugar dos pescadores-vazanteiros-quilombolas de Croatá.

Deste modo, os crescentes e históricos índices de conflitos entre pescadores-vazanteiros-quilombolas e fazendeiros-empresários nos município que margeiam o rio São Francisco, fez emergir duas ações do Estado, a primeira se materializa no Projeto Dinâmicas do São Francisco e segundo numa proposta de Projeto de Lei de regularização dos territórios das Comunidades Tradicionais pesqueiras.

O projeto Dinâmicas do São Francisco e o Projeto de Lei para pescadores

O projeto Dinâmicas do São Francisco iniciou em 2016 a partir da parceria entre o MPF, Procuradoria da 6ª Câmara de Povos Tradicionais e Superintendência do Patrimônio da União (SPU-MG). A demanda proposta por tais órgãos partiu do princípio de que os territórios se encontravam em parte, outras vezes na sua totalidade em área de domínio da União, isto é, terras do Estado, que podem ser cedidas aos pescadores-quilombolas por meio de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS).

O reconhecimento territorial é inerente e constitui verdadeiro pressuposto no processo de conquista dos direitos, não apenas territoriais, dos povos e comunidades tradicionais. No caso das comunidades vazanteira, quilombolas, pesqueiras e indígenas, que habitam as margens de um rio federal, como o Velho Chico, estamos falando de áreas de indiscutível domínio da União. Por isso, a

parceria com a SPU é fundamental ao empoderamento dessas comunidades, com o devido reconhecimento dos territórios onde habitam e exercem, de modo sustentável, suas atividades (Edmundo Dias Neto Junior – Procurador da República de MG, 2018).

Entretanto, na medida em que a SPU de Minas e Brasília são pressionadas por pescadores-quilombolas, os representantes dos fazendeiros, por meio de seus respectivos deputados e prefeitos têm pressionado e paralisado as demarcações conforme noticiou o jornal Gazeta do Norte (2018). Os procuradores, por sua vez, constataam a inoperância da SPU:

A demarcação das áreas da União tem prazo até 2020. É preciso que demarque as áreas da SPU, patrimônio da União, às margens do rio São Francisco em relação as comunidades que cumpriram as exigências burocráticas. Hoje o ambiente no Norte de Minas é de intranquilidade social. Fui até a comunidade de Croatá e vi como a área está bem preparada, com o uso tradicional e não predatório dos recursos naturais. Isso já habilita a titularidade, a ter um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). (Eliana Toreli, procuradora da 6ª Câmara em Brasília).

O pescador Benedito observa a força do capital sobre o Estado:

Os pescadores buscam a cultura do bem viver e tem os interesses econômicos e financeiros que vão defender o acúmulo de riqueza. São duas fontes que não andam juntas – por isso que tem conflito entre as comunidades tradicionais e o capital. A SPU está nas mãos de políticos que são financiados pelo capital. O superintendente da SPU de Minas não tem interesse de regularizar território. (Benedito Matias Porto, 66 anos).

Embates na SPU evoluem para uma correlação de força desproporcional. Em meio ao conflito, etapas burocráticas, procrastinação nas decisões de âmbito político e técnico pautadas pela influência do capital em tal órgãos. A construção da identidade dos pescadores do rio São Francisco se configura no conflito e na afirmação coletiva de significados comuns e pertença a este lugar. A apropriação social coletiva, a territorialidade, tem sido efetivada na busca da autonomia e na resistência enquanto quilombolas e pescadores.

O projeto democrático é o esforço, ainda não realizado, encarnado nas instituições, por pouco que se possa fazer da autonomia individual e social. Em outras palavras, o projeto anda junto com a emergência e a afirmação da capacidade da sociedade de colocar em questão suas instituições e mudá-la. (CASTORIADIS, 1989, p. 82).

Se por um lado Castoriadis afirma a existência de uma racionalidade da sociedade instituída com tendência determinista e baseada na heteronomia, por outro lado, aponta outra saída em busca da transformação da sociedade instituinte em vista da autonomia, uma vez que os movimentos sociais podem subverter a ordem societal e modificá-la, posto que o homem é ser construtor de sua história. A busca por efetivar o imaginário instituinte de terras e águas livres se mostra como uma desordem para a ordem societal instituída.

A questão não é substituir a sociedade, mas adequá-la para que esta comporte os anseios de território dos sujeitos que a constitui. Assim, a partir de um caminho legal, buscam traçar ações contra a lógica estatal que impôs a Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que inseriu a região no agrohidronegócio e desenvolvimentismo que atraiu as empresas ávidas pelos incentivos fiscais fáceis, que posteriormente geraram violência, miséria e expropriação nas terras e águas dos pescadores. Na perspectiva de Castells (1999), as identidades são forjadas nos diversos contextos, podendo ser distinguidas da seguinte maneira:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes. A identidade de resistência criada por atores em posição desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica de dominação e a Identidade de projeto quando os atores sociais utilizando de qualquer tipo material cultural busca a transformação de toda estrutura social. (CASTELS, 1999 p. 24).

Segundo Santos e Silva (2018) a identidade de resistência é construída em trânsito para a identidade de projeto e se fortalece na medida em que questiona a acumulação de capital por expropriação para o agrohidronegócio. A identidade destes sujeitos coletivos são legitimadas como modalidades existentes de re-existência na dinamização de uma racionalidade alternativa societal.

É uma luta por direitos e um projeto político dos sujeitos tradicionais, conforme aponta a pescadora Maria das Dores: “É preciso fazer uma grande aliança das comunidades do São Francisco para lutar e garantir direitos. A campanha pelos territórios pesqueiro é uma escola para se aprender” (Maria das Dores Pereira, 50 anos). Assim, o MPP emerge como rede de comunidades educativas, onde estes sujeitos coletivo constroem seus modos de aprender a defender o território. O termo luta evidencia a vivência cotidiana dos pobres em busca da dignidade e cumprimento de sua responsabilidade em relação à família. O estar na luta é relacional a pertencer e envolver-se nas demandas da comunidade em “uma política de identidade e não uma identidade política” (GONH. 2018, p. 9) que se sustenta na campanha pelos territórios e se materializam em ações coletivas de resistência concretizada em Croatá na desobstrução das cercas, antes dominadas por fazendeiros, que impediam o acesso aos direitos básicos e a vivencia da relativa autonomia.

A Campanha pelo Território Pesqueiro, em síntese, propõe a coleta de 1% das assinaturas do eleitorado brasileiro para propor um projeto de iniciativa popular junto ao Congresso e Senado. Sua inspiração advém do decreto quilombola 4887/2003, isto é, perpassando pela autoidentificação e etapas de regularização territorial.

Em meio aos conflitos, os pescadores (as) de Minas têm defendido um Projeto de Lei estadual - PL 4.866/2017 - que está em tramitação na (ALMG). Este projeto de Lei é resultante da provocação do MPP ao governo do Estado, tendo em vista o alto índice de conflito entre pescadores-vazanteiros no Norte de Minas com empresários-fazendeiros.

O processo de diálogo com pautas das populações tradicionais é oportuno com o Estado, entretanto, são correlações de forças desproporcionais, o que por hora lhes exigem parcerias. Foi possível constatar na primeira análise do projeto, pontos críticos desfavoráveis aos pescadores (as) artesanais. Por trás do nivelamento está o intuito

do estado mineiro de tornar os pescadores (as) proletários de turistas. O zoneamento da pesca em Minas Gerais objetiva atender os empresários de clubes náuticos e a pesca amadora, respectivamente, no rio Grande e no rio Paranaíba, conforme aponta o artigo 21º do PL. Quanto ao zoneamento, caso a lei seja aprovada, os pescadores pretendem acionar o direito à consulta prévia aos povos tradicionais, a exemplo, do Decreto nº 5.051, centrado na Convenção 169. Apesar destas dificuldades, ainda assim, as comunidades do São Francisco têm expectativas no PL, posto que ele vislumbra criar os territórios de pesca.

Artigo 5º - Territórios tradicionais pesqueiros correspondem as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico. (PL 4.866/2017, ALMG, 2018 p. 2).

A proposição de um PL e a articulação de uma política de regularização de áreas da União em Minas para as comunidades quilombolas e não quilombolas é resultante da defesa cotidiana dentro e fora da comunidade, sendo, portanto, expressões da territorialidade do MPP no Norte de Minas. Sua territorialidade se dá na construção do contra-espço que os insere no trânsito da identidade de resistência para a identidade de projeto em vista de garantir o seu lugar de morar-viver-trabalhar. No ritmo das águas, e, “acompanhando o rio na pesca e na vazante, nos lugares de terra e de água, tais sujeitos têm traçado seus limites ecológicos e territoriais, conforme elenca a Carta Política do Congresso dos Pescadores do Rio São Francisco em Petrolina-PE: “o território pesqueiro acompanha o ritmo incessante das águas cujos limites são invisíveis” e por isso é preciso “tirar as barragens para devolver a vida e o espírito do rio”. A descrição do território do ser-pensar-fazer e do morar-viver-trabalhar do pescador-quilombola do São Francisco vai sendo instituído na resistência no ritmo das águas e em movimento para defende-lo em seu sentido físico e simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica territorial experienciada pela Comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá foi o núcleo investigativo desta pesquisa. Estes sujeitos coletivos de direitos organizados sob a noção de povos e comunidades tradicionais têm empreendido ações de territorialização que tem possibilitado a emersão do tradicional reformulado. A reformulação está no fato de que estes não se coadunam com a concepção externa que lhes atribuíram uma condição de sujeitos de um passado a ser superado ou partícipes da marcha inexorável que os subsumiriam. Ao contrário, os tradicionais têm emergido para além de meros receptáculos ou depositários de uma cultura imersa em um invólucro perspectivista dinamizado pelo transitório e

amorfo. Os tradicionais, no entendimento desta pesquisa, têm emergido nas fissuras das contradições da modernidade, por vezes, problematizando as questões fundantes que dinamizam a reprodução social da acumulação do capital por expropriação, e, dentre outras razões, não se desvinculam da identificação de sua existência de classe social que se dá em um horizonte organizativo diferenciado da esquerda tradicional e ocidentalizante.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, Glauco. J. RUA, João. RIEBIRO. Miguel. A. (orgs.). Abordagem teórico-metodológica em geografia agrária. Rio de Janeiro. Eder, 2007.
- CALLOU, Ângelo B. F; LIMA, Maria J. A. Movimentos Sociais de pescadores em Pernambuco 1920-1983. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 15 – 114.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 1999. P. 1 -70.
- CASTORIADIS, Cornélius. As significações Imaginárias. Paris, 1986. p. 63-89
- GAZETA NORTE MINEIRA. Disponível em: <https://gazetanortemineira.com.br/noticias/regional/amams-pede-spu-discussao-sobre-a-demarcacao-de-terras-no-vale-do-sao-francisco>> Acesso em 26 de maio de 2018.
- GONH. Maria G. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo - Unicamp. 2018 p. 1-19.
- MARCUS, George E. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial Rev1.1ta de Antropologia. São Paulo, USP, nº. 34 , 1991, p. 197-221.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169. Genebra, 1989.
- PROJETO DE LEI* Nº 4.866/2017. Política Estadual de Proteção a Fauna Aquática e de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, Belo Horizonte, 2017.
- SANTOS, Rafael P; SILVA, Roberta A. Des-envolvimento estatal e populações tradicionais do Rio São Francisco no Norte de Minas. Brazilian Applied Science Review. Curitiba, v.3, n. 2, p. 1083-1107, mar./abr. 2019.
- SILVA, Luís G. Os pescadores na História do Brasil. V. 1. Colônia e Império. Recife, Vozes, 1988.
- ZIBECHI, Raul. Movimientos sociales en América Latina: El “mundo otro” en movimiento. Desdeabajo, Bogotá, 2017.

A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Monica Martins Barbosa

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: O presente trabalho apresenta aspectos das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, após a implantação do Arco Metropolitano. Levanta o atual panorama da agricultura num processo de desruralização e sua resistência na dinâmica de re-ruralização com a manutenção ou introdução de novas estratégias. O estudo apresenta um debate teórico-metodológico acerca do desenvolvimento territorial do Município, da instauração do processo de metropolização e da reestruturação do território rural com a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. O desenvolvimento deste trabalho conta com a importante fala dos principais atores desse processo, os pequenos agricultores, que ratificam como essas dinâmicas vem delineando esse território, suas forças articuladoras e como vem se desmodelando o desenvolvimento rural do Município.

PALAVRAS-CHAVE: Metropolização, Desruralização, Arco Metropolitano.

THE RESTRUCTURING OF THE AGRARIAN TERRITORY OF NOVA IGUAÇU AFTER THE

IMPLANTATION OF THE METROPOLITAN ARCH.

ABSTRACT: This paper presents aspects of rural areas of the city of Nova Iguaçu in Rio de Janeiro, after the deployment of metropolitan arch. Raises the current context of agriculture in a process desruralization and its resistance in the dynamics of re-ruralization with the maintenance or introduction of new strategies. The study presents a debate theoretical and methodological about the territorial development of the municipality, the establishment of the process of metropolization and restructuring of rural areas with the deployment of metropolitan arch of Rio de Janeiro. The development of this work relies on the important speech of the main actors this process, small farmers, quiche ratify how these dynamic comes outlining this territory, their articulating forces and how has been un-modeling rural development of the municipality.

KEYWORDS: Metropolization, Desruralization, Metrpolitan Arch

1 | INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento do território brasileiro reafirma as elites econômicas que buscam se modernizar de forma conservadora e deixam as demais faces

da população brasileira isoladas. No espaço rural não há diferença dessa aplicação. A indissociabilidade Estado/interesses hegemônicos é característica preponderante no desenvolvimento territorial, seja ele urbano ou rural. Nesse sentido, o estudo da agricultura em espaços que pressupõe expansão urbana recobra a dicotomia do uso e exploração da terra. O conflito de interesses marca o processo de desenvolvimento socioespacial demonstrando a resistência da agricultura frente à dinâmica de desruralização do território, e sua forma de buscar manutenção e/ou novas estratégias com a finalidade de re-ruralização. A partir dessa dualidade desruralização x re-ruralização, a opção por investigar o processo de reestruturação do território agrário se justifica.

O trabalho tem como análise o atual processo de reestruturação territorial das zonas rurais de Nova Iguaçu, a partir da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, tomando como objeto de investigação o processo de desruralização do espaço agrário e a resistência dos atores envolvidos em toda essa dinâmica.

Originalmente a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial voltado ao viés agrário, serviu de passagem e escoamento de produção açucareira e mineral através do seu principal rio, o Rio Iguaçu. Em um segundo momento, Nova Iguaçu, surge como um importante produtor e exportador de cítricos. Ao longo das décadas, o Município se alinha horizontalmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se tornando uma extensão desse território. Mesmo com o histórico processo de urbanização e de metropolização de Nova Iguaçu, podemos dizer que a agricultura é parte fundamental da dinâmica socioespacial. Além do viés econômico, algumas áreas estabelecidas como Zonas Rurais pela Prefeitura local são consideradas zonas de amortecimento, já que se encontram no enclave próximo a APA do Tinguá, funcionando como um cinturão para atenuar impactos ambientais e crescimento urbano sobre tal reserva. Sendo assim, cabe dizer que tais zonas cumprem um duplo papel: o de fomentar sustentavelmente a economia rural local e proteger a reserva ambiental.

Para análise dessa reestruturação temos numa primeira etapa da metodologia constituída principalmente de um levantamento de referenciais teóricos sobre a Baixada Fluminense, seus dados históricos e principalmente os que tratam do seu espaço agrário. Desta maneira, pôde ser definida a área de estudo da pesquisa, priorizando suas zonas rurais reconhecidas pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Foram utilizados dados levantados junto a entidades como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Prefeitura Local. Outros importantes dados foram levantados a partir da fala dos principais atores envolvidos no processo, os agricultores familiares e os Planos Diretores do Município e do Arco, além de pesquisas de campo. Com isso se pôde verificar que o processo de implantação da grande infraestrutura faz parte de um processo hegemônico recorrente neste território com suas associações diretas: a especulação imobiliária, expropriação

e exploração onde são desprezados e negligenciados interesses de pequenos grupos em prol do grande capital.

2 | USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DE NOVA IGUAÇU E SUA DICOTOMIA

Desde o início da história do desenvolvimento territorial brasileiro, somente uma parcela da população é vislumbrada pelo Estado. Esse desdobramento econômico sociocultural é notório até a contemporaneidade e essa dicotomia é afirmada em um projeto que tende a desconsiderar o grave quadro de desigualdade social do país. O desenvolvimento do território é um processo multifacetado, que integra diversas transformações de nível estrutural e diversas interações sociais que visam à ampliação de possibilidades para a sociedade, sendo substancial que essa dinâmica se encaixe em diversas áreas (produtiva, tecnológica, social e etc.) e em varias escalas (global, nacional, regional e territorial).

De acordo com Lencione (2008, pág. 45), no sudeste, as metrópoles se expandiram e fizeram com que grande parte da população, aquela que não foi favorecida pelo capital hegemônico, lutasse para assegurar suas necessidades habitacionais. Para tal, o crescimento de loteamentos clandestinos e favelas deram ênfase ao mercado de terras, seja de maneira formal ou informal. Ainda de acordo com a autora, na década de 1980, “o poder de grandes grupos econômicos ao submeterem, como nunca antes, o poder do Estado-Nação, emerge com força hegemônica na estruturação do território.” e como sintetiza bem, é a “reestruturação de algumas e a marginalização de outras” (2008, pág. 46).

Atualmente vivemos um contexto de metropolização nas grandes cidades e suas extensões, que reproduzem o mesmo processo, em uma espécie de continuidade. Esse processo para Lencione é a territorialização do capital, marcando um momento posterior ao processo de urbanização e produzindo um novo tipo de metrópole. Nesse contexto, a Baixada se formou sobre os alicerces de interesses hegemônicos sofrendo diversas transformações econômicas e sociais ao longo de sua historia, vinculada ao papel que exercia em cada contexto e momento histórico. A ocupação desse território esta intimamente ligada à constituição da Cidade do Rio de Janeiro, que favoreceu a ocupação do território ao entorno da Baía de Guanabara.

O processo de constituição da Baixada como região periférica, vem desde um espaço predominantemente agrário voltado à exportação, passando por uma dinâmica de industrialização com apoio Estatal que traz como frutos a valorização de terras e especulação imobiliária e conseqüentemente a metropolização. A região mesmo tendo sido marcada pela subordinação à elites econômicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), precisa ser compreendida não somente pelas grandes desigualdades socioeconômicas e espaciais, mas também como um desdobramento da Metrópole do Rio de Janeiro: uma Região Periférica de grande suporte, sem a qual

a RMRJ não teria tamanha importância. Com toda essa continuidade, a ocupação e o uso do território se fez de maneira assimétrica, sobrepujando interesses hegemônicos e se expandindo junto às desigualdades sociais, fazendo com que a dicotomia da ocupação do território se intensifique cada vez mais.

Nas décadas iniciais do século XX, Nova Iguaçu foi um produtor de cana-de-açúcar, café e por volta da década de 1920 um importante produtor de cítricos. Já na década de 1930, foi um grande produtor e exportador de laranja, correspondendo a 22% de área destinada para sua produção. Nesse período a agricultura baseada na laranja faz com que Nova Iguaçu não atendesse a urbanização. A necessidade de trabalhadores e conseqüentemente a abertura de postos de trabalho trouxeram o crescimento populacional, que veio aliado à falta de investimentos em serviços básicos como saneamento, moradia, saúde, educação, entre outros e se apresentando assim de maneira desordenada. O período da laranja fez com que o governo investisse na abertura e melhoria de estradas para escoamento da produção, bem como para acesso dos moradores. A partir de 1940, o ciclo da laranja entra em declínio e a crise da citricultura afeta a economia de Nova Iguaçu desde agricultores, comerciantes, até a indústria de beneficiamento. Assim há nos anos que sucedem a década de 1950, uma Nova Iguaçu que passa a se concentrar na sua posição estratégica frente à Região Metropolitana e no processo de industrialização, que tem um beneficiamento pela facilidade do escoamento pelas rodovias que cortam o município (com destaque para rodovia Presidente Dutra BR-116, com a sua construção em 1951). Iniciou-se um desenvolvimento industrial, um esboço de obras de saneamento e conseqüentemente a valorização de terras e a especulação imobiliária surgem com força na Baixada e no município. Ainda na década de 1950 serviu como destino de imigrantes, que em busca de trabalho não tinham como arcar com as despesas de viver na cidade e foram obrigados a optar favelas ou loteamentos sem infraestrutura na distante Baixada. Esse processo de urbanização que se deu no espaço rural tornou o mesmo valoroso, ratificando a especulação imobiliária fluminense, que teve aí sua fonte principal. Com a expansão tomando proporções maiores, o fenômeno da periferização se acentuou, onde por volta da década de 1970, metrópoles como o Rio de Janeiro passam a ser vistas por um processo dualista. De um lado tem o centro e de outro estão as periferias, onde se destacam a segregação socioespacial, precarização dos serviços e desigual assistência do Estado.

A tabela abaixo mostra a evolução da população residente em Nova Iguaçu e outros municípios do Baixada Fluminense, comparando com o Estado do Rio de Janeiro e a RMRJ de 1970 a 2010, de acordo com a Fundação CEPERJ.

Regiões de Governo e municípios	População residente				
	1970	1980	1991	2000	2010
Estado	8.994.802	11.291.520	12.807.706	14.391.282	15.989.929

Região Metropolitana	6.879.183	8.758.420	9.796.649	10.869.255	11.835.708
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.700	5.480.768	5.857.904	6.320.446
Duque de Caxias	431.397	575.814	667.821	775.456	855.048
Nova Iguaçu	361.339	536.550	630.384	754.519	796.257

População residente, segundo as Regiões de Governo e municípios. Estado do Rio de Janeiro - 1970-2010

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Nova Iguaçu figura entre os quatro maiores municípios do Rio de Janeiro, tem em sua área um dos maiores polos industriais no setor de cosméticos do país e deixa de ser um simples município-dormitório. Além do desenvolvimento econômico na área urbana, Nova Iguaçu dispõe de áreas de proteção ambiental (APA do Mendanha, Reserva Biológica do Tinguá, APA do Jaceruba, Rio D'ouro e Geneciano) sendo reconhecidas nos Plano Diretor e de Desenvolvimento Sustentável. A Câmara Municipal recria a área rural (extinta em 1991) e faz com que essas áreas formem um cinturão ao redor das áreas de proteção ambiental e formem uma zona de amortecimento para o crescimento urbano.

No início do século XXI, o Rio de Janeiro passa por uma dinâmica intensa de fluxo de capitais que leva a um grande processo de investimento em infraestrutura através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com o destaque desse beneficiamento, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), que para seu intrínseco funcionamento exigiu a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), uma via rápida que levasse o escoamento da produção petroquímica ao Porto de Itaguaí, passando por vários municípios (Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí) e favorecendo os municípios vizinhos a esses. A infraestrutura além de ligar o COMPERJ ao porto favoreceria os segmentos econômicos do Estado do Rio de Janeiro reduzindo gastos com transporte, redução do tempo médio de viagem e integração com as principais vias da Região Metropolitana. Nesse sentido, o AMRJ vem com o objetivo de eliminar o problema do fluxo logístico dos transportes e aumentar a dinâmica das atividades econômicas do Estado.

Essas reestruturações promoveram mudanças nas bases econômicas e se tornaram uma arena com atuação de forças de vários interesses e escalas. Nesse sentido, o capital se apropriou do território e o reestruturou a fim de obter novas territorialidades e novas dinâmicas de incremento de fluxo. Não se pode negar, que a priori os impactos seriam positivos para o Estado e principalmente para os municípios abarcados no projeto e os que indiretamente se beneficiariam, porém conforme Santos diz:

A sociedade se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geométricas, e isto ela o faz em benefícios de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço mercadoria vai aos consumidores

como uma função de seu poder de compra. (Santos, 2012, pág. 262).

Atrelado a um conjunto de políticas públicas como sugere o Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura logística do Arco favoreceria não somente indústrias, mas também um setor econômico que tem tido “pouca expressão” no Município de Nova Iguaçu, mas que no passado se destacou e elevou o Município ao status de “Eldorado” do Rio de Janeiro, o setor agrário.

3 | A ESTRUTURA AGRÁRIA DE NOVA IGUAÇU ANTES DO ARCO METROPOLITANO

A estrutura agrária brasileira deve ser compreendida baseada nos processos de desenvolvimento capitalista, onde acarretou na expulsão indireta da população rural com menor poder aquisitivo para regiões metropolitanas, gerando um intenso fluxo migratório. Não muito diferente da configuração dos campos brasileiros, a Baixada Fluminense tem seu ordenamento territorial marcado por semelhantes processos e por algumas características peculiares. Para Alentejano (2005, páginas 51-52) o espaço fluminense foi organizado sob dois aspectos: o capital industrial e o imobiliário, onde o capital industrial é quem inicia o processo de metropolização e o capital imobiliário, o responsável pela especulação imobiliária e principalmente o responsável pelo êxodo da população do campo. Ainda para o autor, dois processos são peculiares na Baixada, a desruralização e a metropolização, ambos interconectados sendo os responsáveis pelo seu ordenamento territorial. Seu evidenciamento se dá, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, onde seu ponto de partida foi dado com o declínio da oligarquia cafeeira e ascensão da elite industrial.

A especulação imobiliária na Baixada Fluminense tem sua gênese nessa franja de tecido urbano, passando a servir aos interesses do capital especulativo e de acordo com Alentejano, (2005, pag. 56) “vale dizer que esse processo representa uma revalorização da Baixada, uma vez que esta área fora um importante núcleo de produção agrícola, principalmente de cana e laranja.”. Entre as décadas de 1960 e 1980 o capital agrário da baixada entra em decadência e com o apoio do Estado, os interesses hegemônicos do capital imobiliário são preponderantes marcando o processo de desruralização fluminense. Concomitante a isso, a metropolização se intensificou marcada na especulação imobiliária via loteamentos populares. O movimento desses processos não termina por aí. Em Nova Iguaçu, a metropolização iniciada no final do século XX, acentuada no século seguinte (XXI) e conseqüentemente com a verticalização do Município, acabou por não fugir a regra. Contudo, mesmo sendo marcante a desruralização, o processo de resistência por parte dos atores principais (agricultores familiares), faz com que uma inscípiente dinâmica de re-ruralização seja percebida em Nova Iguaçu e territórios vizinhos.

Uma tendência a revalorização do espaço rural surge no desenvolvimento de formas de produção alternativas e neste sentido se destacam a agricultura orgânica,

agroecologia, agricultura urbana e periurbana. Torna-se então um modelo opositor ao hegemônico homogenizador, predominante no espaço brasileiro. Esse modelo, conforme Rua explica (2006, pág. 83), tende a crescer valorizando o agricultor familiar e concede abertura a segmentos alternativos, se abrindo a novos nichos de mercado. A revitalização da agricultura com novas tendências ditada pela dinâmica capitalista, traz para Baixada Fluminense novas possibilidades, novos arranjos, além de fortalecimento na renda do agricultor familiar.

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento do turismo rural (ecológico e cultural). (Moreira, 2003, página 132 apud Ruas, 2006, pag. 87).

Em Nova Iguaçu podemos verificar ambos os modelos apresentados pelos autores Alentejano e Rua. Segundo a EMATER, as práticas de agricultura urbana e periurbana registradas no município de Nova Iguaçu, se desenvolvem em espaços, a fim de diminuir gastos com alimentação e complementação de renda. Um exemplo claro desse modelo, se localiza na faixa de dutos da Petrobras - Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos (PAF-Dutos) e na Feira da Roça Centro de Nova Iguaçu.

O PAF-Dutos foi um projeto de plantio em áreas de dutos da Petrobras na zona periurbana de Nova Iguaçu, anteriormente a implantação do Arco Metropolitano. Em 2003, se teve início no Brasil o projeto do Governo Federal Fome Zero e algumas empresas se remodelam e absorveram questões de responsabilidade social. Essas ações criaram de 2005 a 2008 o PAF-Dutos, onde o foco eram populações em situação de risco, moradoras de locais periféricos, onde passavam os dutos da Transpetro. Sob outra vertente, o projeto teve o intuito de ocupar áreas consideradas problema, uma estratégia de controle do território, diminuindo a ocupação irregular e para que os equipamentos da Petrobras fossem preservados. Indiretamente o projeto contribuiu para melhoria da qualidade de vida desses moradores. As famílias envolvidas recebiam uma bolsa de R\$100,00 mensais mais cesta básica e ainda ficavam com a renda obtida da venda dos produtos produzidos e comercializados. Com o fim do projeto uma grande quantidade de membros desistiu da continuidade das hortas, porém não foi seu fim. Com a necessidade, se configurou a cooperativa UNIVERDE, que conseguiu a concessão do espaço e passou a organizar os trabalhadores dando incentivo para a produção. Atualmente conta com um grupo de agricultores, em sua maioria mulheres que se dedicam essencialmente a manutenção da prática agrícola e a venda produtos in natura e processados nas Feiras da Roça. Essas feiras se localizam em vários municípios cortados pelo Arco Metropolitano e seus vizinhos e surgem como forma de resistência à dinâmica capitalista imposta pela construção

da infraestrutura visando fortalecer a cadeia produtiva e comercialização de produtos orgânicos. Além dessas ações descritas anteriormente, Nova Iguaçu conta com outras práticas agrícolas exercidas em áreas urbanas e periurbanas que além de dinamizar o ciclo econômico local, preserva e mantém vivos hábitos culturais que são parte da história de vida da sua população. Uma iniciativa para afirmação da agricultura familiar formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a Escolinha de Agroecologia, que vem capacitar e qualificar o agricultor familiar.

Além das zonas urbanas onde são desenvolvidas práticas de agricultura, Nova Iguaçu possui grandes zonas rurais e, de acordo com a EMATER, esses locais se concentram em torno das áreas de proteção ambiental, evitando que o processo de urbanização ascenda aos limites das áreas de preservação.

4 | REESTRUTURAÇÃO RURAL DE NOVA IGUAÇU PÓS AMRJE INCONGRUÊNCIAS DO PLANO DIRETOR

Ao parecer do Plano Diretor do Arco Metropolitano (PDAM), a infraestrutura surge para desenvolver de forma integrada todo o Estado do Rio de Janeiro. Integrar a zona rural de Nova Iguaçu significaria desenvolver o setor, incrementar a agricultura familiar e fazer com que a mesma suprisse uma grande parte da demanda por alimentos do Município, da rede escolar e possíveis expansões, fortalecendo a segurança alimentar da região. Ao contrário, com a implementação do AMRJ, a zona rural de Nova Iguaçu sofreu retaliação e ao invés da crescente no processo de re-ruralização, vem padecendo com grandes problemas trazidos e não levantados como possíveis impactos socioeconômicos no seu Plano Diretor.

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro teve sua ideia original no governo militar como um plano de desenvolvimento rodoviário estadual, porém neste período não ocorrendo maiores desdobramentos o projeto foi engavetado. O AMRJ é implantado no Rio de Janeiro no período de auge, onde o estado está recebendo uma sucessão de investimentos e estão em processo diversos empreendimentos, que de acordo com o PDAM superam a ordem de R\$59 bilhões. Neste contexto, o Arco permitiria a atração de novos investimentos para áreas ao seu redor, reduziria o fluxo de cargas nas grandes rodovias do estado e principalmente aproximaria o complexo portuário de Itaguaí ao COMPERJ em Itaboraí, além de favorecer outros estados ao redor do Rio de Janeiro, transformando este num mega polo logístico.

O PDAM previu um aumento de fluxos migratórios para áreas beneficiadas, atraídos pelos empregos gerados na obra de infraestrutura. Na redação, o plano é disposto como uma ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para as regiões que são englobadas direta e indiretamente pelo Arco, juntamente com projetos que complementam e integram favorecendo o desenvolvimento socioeconômico regional. “O Plano Diretor permitirá ao Governo do Rio de Janeiro a

efetiva coordenação do desenvolvimento sustentável de toda a área de influência do Arco Metropolitano.” (PDAM, pág. 2).

Conforme o mapa abaixo, o eixo rodoviário corta municípios e influencia diretamente outros.



Traçado do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e suas áreas de influência direta e indireta.

Fonte: PDAM

O Plano trata o município de Nova Iguaçu como um dos mais importantes centros de comércio e serviços, juntamente com o município de Duque de Caxias. No que concerne às áreas rurais, o PDAM trata com extrema superficialidade e as aponta como espaços de culturas sazonais de baixa importância para o município. As zonas rurais importantes para o município de Nova Iguaçu como Adrianópolis, Tinguá, Rio D’ouro, Marapicu, são abordadas pelo plano como localidades isoladas a serem impactadas pelo AMRJ através da reestruturação territorial com formação de novos bairros, alterando a dinâmica socioeconômica e resultando na necessidade de uma reorganização espacial e de sua população. A falta de propostas no PDAM para a área rural é notória.

Em decorrência do esgotamento e conseqüentemente valorização das terras ocupáveis na periferia direta da Cidade do Rio de Janeiro e dos municípios mais próximos da Baixada Fluminense, a periferia de municípios como Nova Iguaçu, Japeri, Duque de Caxias e Itaguaí, em zonas consideradas localmente como “rural”, é palco de um processo de ocupação intenso e contínuo, representado por novos bairros residenciais e zonas industriais; essa dinâmica tem alterado o mercado imobiliário local, com novos loteamentos, novas áreas de construção demandadas por infraestrutura etc. (PDAM, pág. 14).

5 | AGRICULTURA FAMILIAR: FAVORECIDOS OU DESFAVORECIDOS COM O AMRJ

Nova Iguaçu conta assentamentos e pequenas propriedades familiares. Em dados levantados junto a EMATER-RIO podemos verificar nas tabelas a fatia relativa a produção do município e comparando os anos de 2009 e 2015 (antes e depois da implantação do AMRJ). Comparando ao ano de 2009 não há significativas alterações,

mas se levarmos em conta o número de produtores é o segundo maior dos municípios cortados pelo Arco e não podem ser negligenciados.

MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (kg)
DUQUE DE CAXIAS	928,2	13.823.200,00
NOVA IGUAÇU	664,2	8.433.051,00

Resumo por municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2009 Rio de Janeiro

FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, Rio de Janeiro, 2009, EMATER.

MUNICÍPIOS	Nº PRODUTORES	PRODUÇÃO (t)	ÁREA (ha)	PREÇO (R\$)	PRODUTIVIDADE (t/ha)	FATURAMENTO (R\$)
Duque de Caxias	412	18.213,31	1.081,61	1,66	16,84	30.285.758,80
Nova Iguaçu	1.007	6.027,00	685,2	1,31	8,8	7.904.920,00

Resumo por municípios do sistema ASPA/AGROGEO – ano 2015 Rio de Janeiro

FONTE: Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola-ASP, RJ, 2015, EMATER.

Ao abordar os feirantes e conseqüentemente agricultores familiares na Feira da Roça, de forma geral, atribuíram ao Arco Metropolitano um beneficiamento à dinâmica no transporte, pois alguns atores residem em municípios próximos, porém seus sítios (produção) ficam localizados em Nova Iguaçu ou vice e versa. Nesse sentido utilizam o Arco para se deslocar e chegar de um ponto a outro com mais rapidez. Em todas as conversas e entrevistas com os agricultores/comerciantes da Feira da Roça (16 barracas presentes), houve relatos do aumento substancial da violência, assaltos e invasões a propriedades, que anteriormente a implantação do Arco mal eram diagnosticadas.

Em diálogo com a EMATER e AS-PTA, eventos jamais mencionados em reportagens ou até mesmo no PDAM, como o traçado do AMRJ cortando assentamentos rurais, desmembrando parte dos sítios e em um caso mais complexo um assentamento na área do Município de Seropédica que já sofria com a fragmentação, se findou após a implantação do Arco. Pequenos agricultores indenizados saíram do município de Nova Iguaçu, uns em direção a outras áreas rurais mais interiores e outros se encaminhando para comunidades carentes do município ou de municípios vizinhos. O processo intenso de favelização que algumas áreas sofreram foram acentuados com projetos de “combate ao crime” na RMRJ e novamente acentuaram as transformações ocorridas e contribuíram para o aumento da violência em áreas antes tidas como tranquilas. Além de toda a problemática de segregação, violência e esquecimento, outro grande problema relatado foi o escoamento das águas pluviais no Arco: a obra colocou o AMRJ em um nível mais elevado que as propriedades, sem a distribuição do escoamento das águas para a rede de esgoto. Em períodos de fortes chuvas essas propriedades próximas à infraestrutura sofrem com alagamento, ficando inundadas e

comprometendo a produção e a integridade dos moradores.

De uma forma geral o desinteresse político e a falta de perspectiva dos atores envolvidos nas áreas rurais é muito grande. A expansão urbana entrou com força total nas zonas rurais, ameaçando agricultores e o trabalho de anos da EMATER, CPT e de outros atores que atuam juntos para dar visibilidade a essas populações. A luta pela terra e as conquistas dos assentados e pequenos agricultores fazem com que essa parte da população permaneça em suas propriedades em um contínuo embate com a hegemonia do capital financeiro e seus objetivos que fragmentam, segregam e excluem.

6 | CONCLUSÃO

Tendo em vista os levantamentos bibliográficos e as pesquisas de campo realizadas no decorrer deste trabalho, se percebe como foi dada a reestruturação do território e o desenvolvimento agrário das zonas rurais do Município de Nova Iguaçu antes e depois da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. A agricultura familiar vem resistindo bravamente ao processo desruralização acarretado pela metropolização do município e pela dinâmica de territorialização do capital praticada por interesses hegemônicos. O processo de metropolização em curso no território trouxe intensos problemas às zonas rurais como: violência, segregação, falta de interesse político nas áreas, a valorização de terras e conseqüentemente a especulação imobiliária.

Arco Metropolitano do Rio de Janeiro implantado e muitas incertezas quanto ao desenvolvimento agrário de Nova Iguaçu e de outros municípios influenciados direta ou indiretamente por ele. Como o Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro não trata especificamente de zonas rurais e muito pelo contrário, as trata como vazios urbanos ou até mesmo de agricultura inexpressiva, recaiu para os municípios um olhar mais atento e para o suporte à essas áreas.

Se torna iminente a revitalização do rural, a recriação desses espaços através de incentivos a produção de alimentos, o fomento de hibridismo nas zonas rurais e um direcionamento para a segurança alimentar. Mesmo com pouco suporte, porém de infinito valor que esses atores tem atualmente, a resistência tem se mantido grande. Ao terminar este trabalho, é dado conta que ainda há muito mais a se explorar com a problematização questionada, tanto em territórios próximos quanto a outras questões.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. **A evolução do espaço agrário fluminense**. Revista GEOgraphia, vol. 7, nº13, páginas 49-70, UFF, Rio de Janeiro, 2005.

EMATER Rio, **Agropecuária e área rural em Nova Iguaçu**. Disponível em: < http://www.cmni.rj.gov.br/noticias/producao_agropecuaria_nova_iguacu.pdf> Acesso em: 19 outubro de 2016.

LENCIONI, Sandra. **Da Metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo.** PEREIRA, Paulo César Xavier & HIDALGO, Rodrigo. Producción inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina. Santiago: PUC-Chile, p. 41-54, 2008.

Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011

RUA, J. **Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades.** Revista Geografia Agraria, vol.1, nº1, págs. 82-106, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

SANTOS, M. **O retorno do território.** En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOUZA, T. R. **O papel da ideologia na expansão urbana: a questão econômica e os impactos socioambientais do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** USP, São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo.

POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA

Maria Celma Borges

UFMS/Campus de Três Lagoas- História-MS,
membro da rede Proprietas - INCT

E-mail: maria.borges@ufms.br

Este texto foi publicado nos Anais do SINGA 2017. Geografia das redes de mobilização social na América Latina, Curitiba, 01 a 05 de novembro de 2017. Esta versão traz pequenas alterações.

RESUMO: Objetiva-se discutir as histórias e memórias da luta pela terra dos assentados nos campos do Pontal do Paranapanema-SP, a partir das experiências de projetos de Reforma Agrária, especialmente das ações dos posseiros da gleba Ribeirão Bonito, em Teodoro Sampaio, hoje área transformada em assentamentos rurais, tendo em vista as mudanças no modo de vida dos agentes envolvidos, de posseiros a assentados. Mas, anterior a esta reflexão buscamos problematizar a história agrária no Pontal, com ênfase para as práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas ocupações das fazendas Nova Pontal, em Rosana, e São Bento e Santa Clara, em Mirante do Paranapanema, no início dos anos 1990, chamando a atenção para o fato de que os sem-terra no Pontal, dos anos 1990 e do tempo presente, são os frutos das sementes germinadas outrora, desde a luta dos arrendatários, a partir dos anos 1920,

aos pequenos posseiros das glebas Ribeirão Bonito, Santa Rita, entre outras, nas décadas de 1970 e 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Pontal do Paranapanema, Ribeirão Bonito, assentados.

ABSTRACT: We aim to discuss the stories and memories of the settlement struggle in the fields of Pontal do Paranapanema-SP, based on the experiences of Agrarian Reform projects, especially the actions of squatters in Ribeirão Bonito, in Teodoro Sampaio, now an area transformed into settlements rural, sighting changes in the way of life of the subjects involved, from squatters to settlers. But before this reflection we seek to problematize agrarian history in Pontal, with emphasis on the practices of the Landless Workers' Movement (MST) in the occupations of the Nova Pontal, Rosana, and São Bento and Santa Clara farms in Mirante do Paranapanema, in the early 1990s, drawing attention to the fact that the landless in Pontal in the 1990s and in the present tense are the fruits of the seeds previously germinated, from the struggle of the tenants, from the 1920s to the small squatters of the Ribeirão Bonito, Santa Rita, among others, in the 1970s and 1980.

KEYWORDS: Pontal do Paranapanema, Ribeirão Bonito, settled.

1 | INTRODUÇÃO

Para a discussão proposta, cabe um breve histórico do tema. Em 1996, vinte e três anos atrás, concluíamos a Dissertação de Mestrado intitulada “Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)”, defendida na Unesp, Assis. Naquele contexto as lutas dos posseiros no município de Teodoro Sampaio, e em outros municípios da região, se desenhavam ainda em meio às fazendas e ao confronto direto com os fazendeiros, como, por exemplo, pelas ocupações dos posseiros, antigos arrendatários, de parte das propriedades em que trabalhavam como arrendatários, como a Ribeirão Bonito, Santa Rita e Água Sumida, desde as décadas de 1970 e 1980. Naqueles tempos a instabilidade marcava as suas vidas, na teimosia e resistência em permanecer na terra que se queria de trabalho e de onde eram constantemente despejados. Em 1997, numa junção de forças entre os posseiros da gleba Ribeirão Bonito e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deu-se a conquista efetiva da terra, por meio da desapropriação da fazenda Ribeirão Bonito, de “propriedade” de Antônio Cândido de Paula, com a constituição de 06 áreas de assentamentos rurais nas terras localizadas ao lado da Reserva Florestal Parque Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio-SP.

Passadas mais de duas décadas retomamos esta história para tentar entender a trajetória de lutas de alguns desses homens e mulheres que na condição de posseiros se tornaram assentados, retornando ao traçado inicial de algumas das falas e tentando encontrar alguns dos posseiros entrevistados naquele momento histórico, a fim de apreender as memórias, as permanências e as rupturas de uma história desse movimento de luta pela terra nos campos do Pontal do Paranapanema. Mas, para retomar essa história vimos ser preciso apreender, ainda que de forma breve, parte da trajetória de lutas do MST pela região. Objetivamos então, neste momento, apresentar essa história, pois desse modo acreditamos expor um panorama de luta pela terra em que os campos do Pontal estiveram imersos, principalmente na década de 1990, momento em que essa região se tornara foco da mídia impressa e televisiva e lugar de variados acontecimentos envolvendo os povos da terra. Feito esse balanço das contribuições do MST para as lutas no Pontal, discutiremos as histórias e memórias de alguns posseiros, hoje assentados no lugar em que se constituía a gleba Ribeirão Bonito, trazendo às reflexões à luz do tempo presente. As falas são categóricas na exposição de que valera a pena todo o processo de lutas e de que viveriam novamente tais experiências, ainda que dolorosas, pois o presente evidencia a importância da conquista, no sentido amplo da palavra.

Retomar a história da gleba Ribeirão Bonito e a contribuição do MST para esta luta, bem como para outras ações no Pontal do Paranapanema, significa recontar histórias e memórias, marcadas pelo sofrimento, mas ainda pelas conquistas, pela alegria de “estar em cima da terra” e por ter conquistado o direito aos mínimos vitais, como diria Antonio Cândido, na década de 1950, em “Parceiros de Rio Bonito” (1982). A comida

nos é mostrada com muita alegria e é perceptível a certeza de que os sofrimentos de outrora sintetizam um tempo de dores, mas ainda de vitórias que remetem ao presente: a conquista da terra de trabalho e morada da vida. Por tudo isto, voltar a esse tema da história da questão agrária no Pontal do Paranapanema, passado um pouco mais de duas décadas, buscando (re)contar tempos outros, evidencia para nós a certeza de que essas experiências foram lembradas com a percepção de que a terra é símbolo da vida e da liberdade, mesmo face às inúmeras intempéries vivenciadas pelos projetos de assentamentos rurais em nosso país, desde há muito, pelas fragilidades das políticas governamentais no que concerne ao reconhecimento de direitos e da cidadania plena aos camponeses e ainda face a inconclusão da Reforma Agrária no presente, somadas à criminalização dos movimentos sociais. Assim, as falas são categóricas na afirmativa de que teceriam novamente toda a luta para chegarem ao chão da terra e nele poderem se enraizar... E a nossa certeza, ao final, é a de que essas histórias estão entranhadas na história de vida e na escrita de quem escreve. Não poderíamos, então, deixar de retomá-las, pois é desse modo que a operação histórica parece ter algum sentido.

2 | O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA-SP: A SEMENTE GERMINADA NAS LUTAS DE OUTRORA...

Para compreendermos parte da história do MST no Pontal, o relato de Solange, assentada no projeto de Reforma Agrária São Bento, em Mirante do Paranapanema, foi esclarecedor, na medida em que reconstituiu numa síntese um itinerário longo de ações, desde a ocupação da fazenda Nova Pontal, em Rosana, no início de 1990, até os inúmeros acampamentos na fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, desde 1991: “Da Nova do Pontal nós foi despejado para a beira do asfalto. E do asfalto, nós foi para a Gleba XV, Setor I. Da Gleba XV nós viemos para a beira da estrada de novo. Aí de lá nós viemos pra linha, linha de ferro aqui. Aí da linha nós viemos pra cá pra São Bento!” (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 07/05/2002).

A sua entrevista rememorou os tempos de ir e vir, de velhos sujeitos sob uma nova condição, a de sem-terra, ocupando áreas griladas pelas terras do Pontal do Paranapanema. Essas terras, de longa data, foram tomadas dos povos originários e de pequenos posseiros, arrendatários e boias frias. Isso remonta aos fins do XIX e se solidifica no contexto do XX. Desde os anos 1980, mas principalmente a partir da década de 1990, ao levantarem barracos, fazendo brotar a vida numa terra marcada por conflitos e pelo latifúndio, mesmo que num tempo em que o fixar raízes não se fazia possível, os camponeses sem-terra deixaram claro que o percurso para a conquista fora árduo e longo, de acampamento em acampamento, de despejo em despejo, mas se preciso fosse fariam tudo novamente. É isto o que pudemos apreender na fala de Solange, pois indagada se valeu a pena o processo de lutas, afirmou: “Ah, valeu. Muita

dificuldade, mas hoje graças a Deus, hoje em dia a gente pode dizer que tá no céu”.

As memórias da ocupação da fazenda Nova Pontal, primeira experiência do MST no Pontal, são marcadas por recordações dolorosas quando os entrevistados expoem o modo como se dera o despejo daquela área. As falas de Francisco e de sua esposa, Maria, assentados no projeto de Reforma Agrária São Bento, evidenciam essa questão. Conta-nos Francisco:

[...] veio despejo pra nós. Já veio despejo. Ali chegou cachorro, ali chegou polícia, ali chegou caixão, tropa de choque. Tudo quanto foi praga, chegou ali!! E nós lá!! Cerquemos o acampamento de espinho. Oche!! Ali mesmo a serralha-gato, mancabira, esquargatalha...arranquemos. Tinha cerca!! Nós arranquemos as cerca que tinha pra cima, trouxemos a cerca pra cá, o arame. Cerquemos o acampamento todinho; enrolemos de espinho!! E fiquemos, e fiquemos atocaiando... (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 05/05/2002)

E Maria complementa esta história, ao dizer que o despejo das margens da rodovia SP 613 deu-se embaixo de chuva e sob forte policiamento:

Virge Maria. Eu nunca tinha visto tanta polícia daquele jeito menina. Olhava de um lado, de Primavera, vinha; olhava desse lado aqui de Teodoro, vinha no meio do asfalto. Aí, depois foi um sufoco que eu vi aqui!! E, daí a pouco chegava ambulância, é aquelas polícia feminina. Além dos policial, ainda veio polícia feminina. Chegava ambulância, chegava carro, cachorro, tudo, e a chuva... E caindo chuva, chuva grossa. E chega escorria assim no asfalto. Aquelas sarjeta assim do asfalto, chegava ficava quase um metro de largura assim, de enxurrada, escorrendo, e nós desmanchando os barraco, debaixo de chuva. E aquela enxurrada grossa. Desmanchando barraco e pondo em riba dos caminhão. E eles com pressa, pra desmanchar de... rápido, né? Ainda tocaro fogo num barraco dum cara lá.

São histórias marcadas pela força do campesinato que mistura alegria e dor, riso e choro, de forma que não se trata de vencidos ou de vencedores, como diria Martins (1989) - em seus velhos e bons tempos - mas de agentes históricos que na trama do cotidiano e do extraordinário “riem o riso cômico que denuncia o trágico”, como se depreende do relato de Francisco, ao afirmar: “Já comecei a valsa, vamos andar logo o resto”, observando que da luta não sairia até chegar à terra conquistada.

José e Alice, também assentados no projeto de Reforma Agrária São Bento, ao relembrem tempos de outrora fizeram referência a esse contexto histórico, marcado também pelo sofrimento, semelhante ao que narrara Francisco e Maria, mas ainda pelo desejo de uma terra que fosse liberta. Ao contar a trajetória do movimento da fazenda Nova Pontal até chegar ao assentamento São Bento, observou José:

[...] de lá nós veio pra São Bento, aqui em baixo na ponte. Ali nos foi despejado, fomos lá pro Pé de Galinha, que hoje é Pé de Galinha, aí fiquemos ali. Dali negociaram uma área lá dentro da fazenda São Bento, lá embaixo, nos 10 hectares. Fiquemos uma temporada lá. Lá nós tornou ser despejado pro Pé de Galinha, do Pé de Galinha, aí nós fiquemos no Pé de Galinha, isso pra ocupar a fazenda São Bento, daqui pra acolá, sempre ocupando. Daí nós fomos lá pra baixo perto do asfalto, de frente do sitio do (inaudível) na beira da linha, fomos pra lá, pra ocupar a fazenda Canaã, (inaudível). Aí foi quando eles liberou essa fazenda aqui. Aí o governo liberou essa fazenda aqui. Aí nós veio pra aqui, aí nós foi ... fiquemos aqui em baixo 2 anos no emergencial, ali pra baixo da casa da Dona Maria, ali fiquemos 2 anos. Dali foi quando o estado loteou os terrenos, os lote tudinho. Aí

fizemos sorteio aí cada um foi pro seu lote. Nós somos um grupo de ... nosso grupo primeiro foi de 30 e poucas pessoas, 30 e poucas famílias. (Entrevista realizada no assentamento São Bento, dia 07/05/2002)

Felinto Procópio, conhecido popularmente como Mineirinho, assentado no projeto de Reforma Agrária Che Guevara/Santa Clara, narra a sua trajetória de vida envolta na militância pelos campos do Pontal, mas a princípio nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais de Rondônia, tal como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos anos 1980. Observa esse narrador que sua vinda para o Pontal do Paranapanema, em 1991, decorreu da indicação por parte da direção nacional do MST, para, juntamente com um “grupo pequeno de gente”, contribuir na organização da luta pela terra naquela região, já que: “Nas pesquisas da companheirada, descobriu que no município de Mirante tinha um filão de terras públicas do Estado”. Conta-nos que a luta nessa região, a partir da chegada do MST, advinha de uma trajetória histórica desde 1990, na ocupação da fazenda Nova do Pontal, “onde teve aquele despejo violento”. Após esse acontecimento, já narrado em outros relatos, salienta que das margens da rodovia SP 613, do interior do assentamento XV de Novembro e, novamente, da rodovia, as famílias da Nova do Pontal seguiram para a fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema: “Então naquela época, a primeira ocupação de fato assim dentro de Mirante numa ofensiva mesmo dentro de uma estratégia de luta definida de terras públicas já na fazenda São Bento, de Sandoval Neto”. (Entrevista realizada no assentamento Che Guevara/Santa Clara, dias 11/03 e 03/06/2001)

Afirma Mineirinho que a sua chegada à região deu-se no contexto de organização de uma nova ocupação após a ocorrida na fazenda São Bento, sendo definida a fazenda Santa Clara, próxima à área ocupada. Expondo o que foi ocupar a Santa Clara assinala que “das ocupações que existem foi uma ocupação simples, fácil”, em decorrência da postura do fazendeiro, o qual, segundo Mineirinho, tinha um “caráter humanista”: “[...] fiquemos 15 dias na área, depois um despejo negociado”. Após o despejo, as famílias foram para a Estação Noêmia, e depois de alguns dias realizaram uma caminhada do acampamento em Mirante do Paranapanema até Presidente Prudente, na Alta Sorocabana, passando por Costa Machado, Santo Anastácio até chegar ao destino da ação, isto em outubro de 1991.

A ocupação da fazenda Santa Clara deu-se no dia 01 de setembro de 1991. Conforme Mineirinho, em abril de 1992 o governo de Estado e o fazendeiro negociaram a área. A partir daí deu-se o assentamento provisório das famílias acampadas, em dois hectares para cada uma. Reforça este narrador que, em relação à ocupação da fazenda São Bento, “[...] enquanto nós estava na euforia, o pessoal lá na agonia de lutar de novo até ganhar a terra”. Nesse momento, o narrador está se referindo aos inúmeros despejos sofridos pelos acampados da fazenda São Bento, particularmente ao vivenciado nos 10 hectares, na propriedade ocupada, tendo que retornarem para a Estação Engenheiro Veras, local em que já haviam acampado antes da ida para os 10 hectares. Mineirinho expõe uma nova estratégia de luta, a “ação de massa motorizada”,

uma forma de os acampados da São Bento permanecerem cultivando a terra ocupada, independente do acampamento estar localizado na Estação Engenheiro Veras: “Então nós começamos a fazer as ocupações em tratores né? Nós experimentamos assim na São Bento...”. A “ação de massa motorizada” significava o uso do trator e de demais maquinários para o cultivo da terra dentro da fazenda ocupada, com o plantio de milho e de feijão, por exemplo, sendo que as famílias sem-terra ao final do dia retornavam ao acampamento localizado as margens da estrada ou da estação Engenheiro Veras. Deste modo, não era possível “despejar a terra plantada”. Esta prática era fundamental para a legitimação do direito moral de ocupação da terra e permanência na luta, como sugeriu Thompson (1998) ao discutir os movimentos de rebeldia na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX.

Paralelamente às ações da São Bento, o entrevistado destaca a ocupação das fazendas Canaã, Washington Luiz e Flor Roxa, em 1995, próximas à São Bento. Narra Mineirinho que ao buscarem unificar as lutas:

[...] uma grande ocupação política formou-se, juntamente os vários acampamentos espalhados pelas fazendas próximas a São Bento, o acampamento União da Vitória, com cerca de 1500 famílias acampadas [...] Ajuntamos Santa Clara, ajuntamos Washington Luiz e Flor Roxa, mais acampamentos de São Bento que estava lá no Engenheiro Veras, mais um monte de gente que veio dos municípios vizinhos que a gente ajuntou e arrecadou nesse município, né?

São muitos relatos em torno das ações de luta pela terra (BORGES, 2010) narrando ocupações e ainda inúmeros despejos. Nas entrevistas coletadas para a nossa tese (BORGES, 2004) foram comuns narrativas de diversos tempos: do vivido nos acampamentos e no assentamento ao tempo que marcara a fase anterior à entrada na luta pela terra, ou seja, uma memória de perdas fundamentada na expulsão do campo para a cidade e, no meio urbano, as lembranças da vida de sofrimento. Em meio à essas lembranças dá-se também a recordação de encontros e de alegrias, especialmente aquelas vividas no tempo dos acampamentos, ao assinalarem o que edificou as ações para a conquista da terra. A narrativa de Edson, outro assentado no projeto São Bento, evidencia esta questão e a sabedoria de quem vivera na cidade grande por muito tempo e para ela não queria mais voltar. O que a metrópole lhe oferecera se esvaia na memória tal como pó, ao tentar, nos marcos de memória, minimizar as dores. Tais recordações apresentam-se mesmo como os escombros de que fala Walter Benjamim (1987), ao mostrar a vida marcada pela violência, mas ainda a necessidade da ruptura da condição de dores. Edson demonstrou o sofrimento vivenciado na cidade, o aperto, o espremido da metrópole, confrontando-se com a largueza da terra: “com tanta terra que tem, uns campos grandes desses (risos)”. Desse modo, reforçou a necessidade de que o MST, no contexto da entrevista, “partisse” para a cidade, fazendo trabalho de base nas favelas e nas periferias: “...o povo tem que abrir o olho e ir pro campo mesmo”. Refletindo a respeito do significado da terra, assim expôs Edson: “[...] é a base. A terra é a base, a terra é o tronco, ela é o eixo. A terra é a base. Nós em cima dela... nós tendo espaço em cima dela, dá pra nós ser feliz”. (...) Ela é que produz, ela

é o que tem... desde o alimento até o petróleo sai dela”. Reforçou ainda que:

[...] o povo, o pequeno, eu acho que eles tinha que valorizar mais ela, tinha que valorizar mais a terra. Porque da terra é que sai o arroz, que sai o feijão, o trigo, é da terra que sai o pão na mesa. Então, as pessoas tinham que respeitar mais a terra. A terra é significante. [...] Se o pessoal respeitasse bem a terra, se ele valorizasse mais a terra, a maioria desse povo, o pessoal pobre, as classes sofredoras, eles ia pra luta mesmo, ia tudo pra reivindicar um pedaço de terra, saber dar valor na terra, como eu dei valor na terra. (Entrevista realizada com Edson, no setor II do assentamento São Bento, no dia 01/05/02)

Em vista das sabedorias apreendidas a partir das histórias de vida e da relação com a terra foi possível depreender na fala desses assentados dos projetos de Reforma Agrária São Bento e Che Guervara/Santa Clara que não se pode esboçar o camponês como se fosse a tela vazia de um quadro, uma pintura em branco, sem vida, necessitando ser pincelada para tomar forma, imagem e se colorir por meio da organização e das ações da vanguarda dos movimentos sociais. O camponês historicamente desenhou (e desenha) em suas práticas cotidianas, seja a da resistência e/ou acomodação, os tons que, em determinados momentos e, por vezes, ambigualmente se sobressaem à moldura ou à tela em branco. Daí compreendermos, ainda neste momento, semelhante ao tempo da Dissertação (1996) e da Tese (2004), que o alimento para as ações de luta dos sem-terra se dá na força impressa pelo desejo da terra de trabalho como morada da vida, o que impulsiona a luta. Terra que não aprisiona, mas liberta, já que traz para os camponeses a essência concreta e o advir da força e do desejo de chegar ao “porto seguro”, estar “em cima da terra”. Muito diverso de “estar embaixo da terra” que sinaliza para a morte.

Nesta perspectiva, Costa (1993, p.149) contribui para justificarmos esta leitura, ao assinalar que: “O conhecimento é uma mistura de razão e emoção, de rigor e poesia, das dimensões materiais e imaginárias. Nesse sentido, esses componentes não podem ser excluídos do entendimento do mundo de expropriação e criações desses trabalhadores”. Tais considerações acenam para a complexidade no fazer-se da história da luta pela terra no Brasil, constituída por ambiguidades e contradições, mas oriunda também do que os homens e mulheres estabelecem para si, a partir de suas escolhas e decisões, de seus valores, num tempo em que se constrói a vida, seja no cotidiano da terra de trabalho e da morada da vida, ou no extraordinário das lutas em espaços públicos e privados, em momentos em que se fazem necessárias ações de enfrentamento, como quando da ocupação de latifúndios, praças, avenidas, agências bancárias, de representação do governo, etc.

Em vista das narrativas coletadas, do passado ao presente, o multicolorido da história do campesinato nos campos do Pontal do Paranapanema, de posseiros a assentados, está prenhe de vida. São pedaços de histórias individuais, mas ao mesmo tempo coletivas, que explicitam a trama dos fragmentos de memórias que vão sendo recontadas e recortadas conforme a tessitura que se deseja compor. Ao juntarem-se os fios, este mosaico vai tomando forma, de modo que é possível entender o ser

indivíduo e coletivo amalgamados, ao mesmo tempo, em meio ao desejo da terra de trabalho e da morada da vida, tal como ainda do desejo da transformação social que alimenta essas lutas. Por vezes, os recortes se encontram, constituindo este todo colorido que dificulta a distinção das cores e dos pedaços. Nesta simbiose, pedaços se intercalam e se inter cruzam evidenciando que não é possível contar uma história dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, hoje assentados, sem (re)contar a história dos povos originários, dos arrendatários, dos pequenos posseiros, dos boias-frias, dos atingidos por barragens, entre outras categorias que parecem díspares, mas não são.

No correlacionar das práticas e na busca das histórias de ocupação da terra nessa região, desde as primeiras expedições organizadas pelos governos provincial e republicano, ainda no contexto do XIX, orquestradas pelo engenheiro Teodoro Sampaio, nos anos 1880 e 1890 (SAMPAIO, 1890) na ocupação do Vale do Paranapanema, é possível depreender que se houve a violência sobre os povos originários, como a vivida pelos Kaingang, nas frentes de colonização, houve ainda a forte resistência desses grupos e de outros povos da terra, mesmo que isso custasse, na maioria das vezes, a própria vida.

Assim, semelhante às lutas indígenas, podemos lembrar ainda as práticas de luta dos arrendatários, narradas em jornais como “O Correio Sorocabano”, dos anos 1920 aos anos 1940 (BORGES, 2010), demonstrando o arbítrio, a violência a que foram submetidos esses povos da terra, mas ainda as várias formas de resistência impetradas naquele contexto. A herança de luta pela terra e para nela permanecer incorporada pelos sem-terra no MST, nos anos 1990 e no tempo presente, vem de longa data. De um tempo em que a região ainda era conhecida como “sertão desconhecido” ou “deserto desconhecido”, figurando nos mapas corográficos com essas designações. Podemos dizer, assim, que são raízes brotadas desde as ações dos povos originários que ocupavam essa área nos fins do XIX à luta dos arrendatários dos 1920 a 1960, posseiros, boias-frias, atingidos por barragens dos anos 1970 e 1980, e sem-terra dos anos 80 ao tempo presente.

O MST se organiza nesta localidade, nos anos 1990, fazendo germinar as sementes, por encontrar terreno propício para o plantio, cultivado pela herança das lutas anteriores. Do grilo das terras às lutas dos povos originários e camponeses contra esse estado de coisas, de violência e de mando, se construiu essa história, e as memórias de luta com certeza dela se alimentam.

3 | FALAS DA CONQUISTA E DO SENTIDO DA TERRA: DE POSSEIROS A ASSENTADOS NA RIBEIRÃO BONITO

A gleba Ribeirão Bonito constituiu-se da permanência dos arrendatários no interior da fazenda Ribeirão Bonito desde os anos 1970, recusando-se a sair da terra após o término do contrato de arrendamento para a derrubada das matas e formação

de áreas de pastagens, tornando-se então posseiros. No tempo presente, com a implantação de projetos de Reforma Agrária, a fazenda Ribeirão Bonito foi redistribuída em 06 áreas de assentamentos rurais. Tais áreas localizam-se na rodovia SP – 613, no 15º perímetro do Município de Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, entre as cidades de Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha, sendo um dos desmembramentos do antigo grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Ressalta Leal, em seu estudo dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio, que:

A fazenda foi adquirida, em 24 de Janeiro de 1964, por Antônio Cândido de Paula, D. Lourdes Cândido de Paula, Cezar Augusto Moura e D. Iracy de Carvalho Moura, possuindo área de 4.598 ha. A posse efetiva do latifúndio ocorreu em meados da década de 1970, quando o fazendeiro Antônio Cândido contratou algumas famílias para iniciar a derrubada da mata e formar áreas de pastagens. Os posseiros arrendaram as terras do proprietário por um período de três a quatro anos, com a condição de desmatar a floresta e preparar o terreno para plantar algodão e outras culturas de subsistências. Finalizado o período de arrendamento, os posseiros plantaram capim formando áreas de pastagens, repetindo-se em outras áreas arrendadas. Dessa forma, o fazendeiro utilizou o trabalho desses posseiros sem gastar muitos recursos, recebendo a terra plantada com capim para introduzir o rebanho bovino. (LEAL, 2003, p.66)

Quando da desapropriação para a transformação em projetos de Reforma Agrária, ao referir-se aos assentamentos que derivaram da área da fazenda Ribeirão Bonito, observa este mesmo autor, utilizando-se dos dados do Itesp e MST, de 2000, que a fazenda, naquele contexto repartida como herança entre os filhos de Antônio Cândido de Paula, foi dividida no ano de 1997 em áreas de assentamento que contemplaram tanto os posseiros da gleba Ribeirão Bonito quanto a outras famílias de sem-terra no Pontal, à espera de novas áreas de desapropriação. Conforme Leal, os assentamentos derivados da fazenda Ribeirão Bonito foram: Vale Verde, com 50 famílias; Haidéia, com 24 famílias; Santa Rita da Serra, contando com 40 famílias; Santa Vitória, num total de 23 famílias; Cachoeiro do Estreito, com 29 famílias e Santo Antonio dos Coqueiros, com 27 famílias, conforme os dados do Itesp e MST, de 2000. Em vista desses dados foram assentadas um total de 193 famílias, numa área de 4.205 ha. (LEAL, 2003, p.70)

Como salientado, a gleba Ribeirão Bonito tornou-se área de assentamento de terras pelas contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Também na síntese de uma história marcada pelas muitas ações dos arrendatários, posseiros, boias-frias, atingidos por barragens, os quais vieram a constituir a categoria sem-terra na região, especialmente a partir do movimento da gleba XV de Novembro. Em 1983, a XV tornava-se o primeiro assentamento de terras regulamentado pelo Estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro. Na época localizava-se em Teodoro Sampaio e hoje pertence à Rosana.

Isaias, antigo posseiro, em seu relato nos conta que a identificação tecida pelos assentados para todas as áreas de assentamento sempre fora a de “Ribeirão Bonito”, mesmo que oficialmente esta não seja a denominação das áreas (Entrevista realizada no Assentamento Ribeirão Bonito, dia 25/07/2016). Narra ainda, semelhante

a Miro, outro assentado, antigo posseiro e funcionário da escola estadual existente no assentamento, que os posseiros tiveram muitos embates com Antônio Cândido, quando ainda era vivo (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Narra Manuel, posseiro, a quem também entrevistamos pela primeira vez faz mais de duas décadas, que: “o filho dele era... até gente boa viu, óh... Acho que já morreu também, né? Já morreu, é... Ele, ele não era tão ruim, mas o negócio com o filho era meio assim por causa do véio, né. Que o véio era carrasco mesmo. Era brabo. O filho dele era gente boa”. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

As memórias de grande parte dos assentados entrevistados, em relação a Antônio Cândido, sinalizam para o quanto era conflituosa a relação entre os posseiros e o fazendeiro. Ainda é Manuel quem nos diz: “Aquele homem era emperreado. Aquele seu Antonio Candido, viu? Fala a verdade, aquele homem era perigoso demais”. Narra que um dia ao estar em sua posse foi chamado para ir à sede da fazenda. Nela se apresentou e foi desse modo recebido:

Um dia me chamou lá na sede. E eu num deu bobeira, e eu fui lá? Ah... pra quê? Cheguei lá bati palma, saiu logo um cachorrão policialzão lá (risada). Aí ele saiu fora. O que que cê tá fazendo aqui? O senhor chamou eu aqui, eu vim... Mas que ideia besta. Aí o filho saiu: não meu pai, foi eu que chamei, chamei pra poder combinar mais ele. Aí eu falei: que combinação? Aí ele falou: é pra ver quando você vai sair daí, da minha fazenda? Aí eu pensei: se eu falar, se eu falar, vou sair tal dia, ele vai me levar na justiça, no juiz e eu vou assinar aqueles papel e ele me tira, né? Aí eu pensei bem. Aí eu falei: Ah seu Antonio, eu não tenho prazo pra sair da sua fazenda não; tenho prazo pra sair não, não sei quando sair não. Aí ele ficou bravo. Você é um intruso! (risada) Ficou bravo rapaz: você é um intruso! Peguei: é só isso? Peguei e fui embora; fiquei nem papo mais. Mais nunca venho aqui mais. (risada) Bota, o que rapaz? era um cano de bota... Um sapatão e um cano de bota. Não tinha bota não!!! O véio era miserável... é... Ele tinha coragem de chegar num açougue assim e mandar tirar, cortar cem grama de carne. Falava que era um bife pra ele e outro pra muié. (risada) O bicho era unha de vaca.

Este assentado constrói uma narrativa marcada pela memória dos tempos de outrora, em dias de embates, alegrias e tristezas, recordações dolorosas minimizadas pelo que se vive no presente. Aos 72 anos contou-nos que trabalha todos os dias na roça e não consegue parar, pois “senão morre”. Ao pedirmos que nos falasse o que significa a terra, categoricamente afirmou:

Ah, é tudo na vida, né? Tudo na vida. Terra pra mim é tudo na vida. Porque a gente vive dela, né? E... se a gente não tiver um pedacinho de terra pra trabalhar vai viver de quê? Não tem jeito, né? Tem de trabalhar. É tudo. É tudo. Tudo na vida a terra pra gente. Pra mim... pra mim é a melhor coisa que existe, né? É uma coisa que nunca morre, que produz, e a gente vive dela. Éh, vive dela. Muito bom viu? Muito bom. Fala a verdade (risada).

Como salientado pelos entrevistados, Álvaro Cândido de Paula, aquele que se mantivera na fazenda, fora também o que permaneceu na recusa da desapropriação das terras quando da implantação dos projetos de assentamento pelo governo estadual. Recusou-se a ceder a parte de sua herança de terras griladas para a desapropriação e as revendeu para comerciantes da região, como donos de posto de gasolina e de

supermercado, a exemplo do “Álvaro da Luzitana”, como expôs Miro. Relata Miro que após a desapropriação das outras áreas que compunham a fazenda Ribeirão Bonito e, em vista disso, a constituição dos assentamentos, Álvaro Cândido “foi embora pra cidade de Patos de Minas que faleceu a pouco tempo aí, né...”. Após narrar parte desta história da formação do assentamento, ao ser indagado quanto ao que mudou da condição de posseiro à de assentado, assim afirmou:

[...] daquela época pra cá...é... mudou muito, né. Por quê... como diz a história naquela época a gente vivia aqui numa área de posse, ao qual a gente não tinha liberdade assim de ter acesso ao financiamento ao banco, né. Hoje mudou muito porque hoje a gente tem acesso ao financiamento. A gente tem outras liberdades, a gente tem área onde pode tá produzindo, plantando alguma coisa é... tipo, como diz assim... de uma horta mais adequada. De fazer o quintal da gente, de fazer assim, um quintal com planta, com bastante coisa. Então, hoje a coisa mudou muito, né.

Ao recordar os tempos do acampamento, as suas memórias são marcadas por um misto de dor e de sofrimento, mas ainda de esperança de que a história poderia ser escrita de outro modo. Semelhante às lembranças do passado, Miro recorda os mandados de prisão quando da área de posse e o apoio às ações dos posseiros, por parte do advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, Emídeo Severino da Silva:

[...] como uma parte da liderança aqui de dentro da Gleba, aquela época lá... então aí.. a gente tinha o amigo da gente em Teodoro, que era doutor Emídio e quando a coisa dava uma coçada ele falava pra mim e eu saia fora, ficava em Campo Grande, lá. Fiquei em Campo Grande porção de vez lá, corri lá, quando a coisa melhorou a gente voltava... Aí foi quando em 1996...é...noventa e seis, noventa e sete, coisa assim... o pessoal do Movimento Sem Terra entrou junto com a gente e conseguiu é... a área que a gente morava já...mais a ampliação da área de Assentamento, né... Que conseguiu a fazenda quase toda. Só não conseguiu toda, porque a parte do Álvaro Cândido ele não quis negociar, também não era obrigatório, né... Mas os outros cinco, todos eles negociaram... até que aí foi feito as 195 lotes. Hoje tem dentro do Assentamento aí, com os agregados, temos 250 famílias, em torno de mais de 1000 pessoas aqui no Assentamento e todo mundo tá num conforto mais ou menos ... não vamos dizer assim... é... 100% porque com essa crise que a gente tá enfrentando né, mas nós estamos aí num 60% mais ou menos...antes... de que é assentado pra depois de assentado...

As falas são categóricas em apontar o quanto a vida melhorou no assentamento, como expressou Miro, Manoel e Isaias. Como ressaltou Miro, “se não foi 100%, ao menos 60%”. No tempo presente, como observa o narrador, afora as 196 famílias assentadas conta-se ainda com os agregados, chegando às áreas de assentamento a contarem com em torno de 250 famílias, ou “mais de mil pessoas”, como afirmou.

Ao narrar a economia do assentamento observa Miro que grande parte dos assentados vive da bacia leiteira, mas também da economia de autoconsumo e venda do excedente, a exemplo do plantio de mandioca e de outros cultivares. Todavia, em seu relato chama atenção a narrativa das dificuldades para o plantio das roças, em vista, provavelmente, da falta de políticas públicas de incentivo à pequena produção. Miro conta-nos ainda de um projeto de preservação do meio ambiente, de manutenção

de um viveiro de mudas nativas, organizado pelos camponeses em parceria com a IPÊ, Organização Não Governamental (ONG), que atua na área desde 2004. Como resultado deste projeto de viveiro de mudas adquiriu-se uma ambulância para o assentamento, a qual permanece à disposição dos assentados no Posto de Saúde, localizado ao lado da Escola, contando com um motorista assentado.

Narra o entrevistado que a Prefeitura de Teodoro Sampaio contribui na manutenção da ambulância e do pagamento do motorista, por um convênio com a Associação, todavia parte desses gastos é custeada pela contribuição dos assentados. Sobre o Posto de Saúde (PSE) Miro relata que o médico atende três vezes por semana, auxiliado por um “enfermeiro de plantão que é daqui de dentro mesmo e os agentes de saúde que ajuda muito a gente aí”.

Miro também faz referência às Associações existentes na Ribeirão Bonito, sendo elas a Associação dos produtores de mudas e sementes, denominada Comunidade Ecológica Ribeirão Bonito (CERB); a Associação dos Produtores da Gleba Ribeirão Bonito e a Associação da Cooperativa (do Meira), a qual entrega produtos à CONAB, tais como: feijão, abóbora, verduras, mandioca, dentre outros legumes. Ao ser indagado quanto ao significado da terra, semelhante aos relatos que coletamos dos assentados do Che Guevara/Santa Clara e do São Bento, a sua fala é emblemática para a expressão da terra como o símbolo da vida:

A terra, pra falar a verdade pra mim significa a minha vida. Porque... é dela que a gente vive; é dela que vem o sustento, então tudo a gente depende da terra, né... então hoje pra falar a verdade aí...é... na época, aquela época que a gente fez a primeira entrevista aí 21 anos atrás aí... eu tava com duas hectares de terras. Hoje eu tô com 18 hectares e meio. Então é outra coisa né. Dá pra gente se virar a vontade mesmo dentro do sítio .. é ótimo, né?...Muito gostoso mesmo.

Ainda nos diz que a Ribeirão Bonito: “é... um Assentamento, como diz na história... na região aqui do Pontal, eu acho que é um Assentamento modelo... É esse Assentamento Ribeirão Bonito, porque todo mundo gostaria de ter um sítio aqui dentro, né...” Finalizando a entrevista indagamos se gostaria de contar algo que não tenha sido perguntado, e ele observa: “[...] numa outra hora que a gente se encontrar, a gente conta uma outra história que não foi contada, aqui... Porque é um labirinto pra contar tudo isso aqui, viu...(risos)”. Um labirinto de histórias e memórias que encontra horizonte, luz, marco e raiz, no orgulho em narrar o presente que remodela o sofrimento do passado e o subtrai, dando vida às recordações positivas e fazendo fluir imagens na memória de tempos outros fundamentados no edifício da conquista da terra.

Ainda na escola estadual da Ribeirão Bonito pudemos coletar outros relatos, como o de Amauri, também posseiro e no presente funcionário da escola, mas contratado pela prefeitura de Teodoro Sampaio. Conta-nos esse entrevistado, ao ser indagado sobre a sua trajetória da condição de posseiro a assentado e como foram os primeiros tempos do assentamento, que muita coisa mudou, mas para melhor. Relembra as dificuldades da vida de posseiro, especialmente ao acesso à água, à luz, ao transporte, ao gado, e assinala que:

Daquele tempo pra cá num pode nem se comparar mais, né? Eu vim pra cá em oitenta e dois. Era uma posse pequena. E foi ficando, ficando... como era pequeno tinha que trabalhar pra fora, boia-fria né, mas sempre tava aqui dentro, né? Aí, depois que fizeram, cortou, fez o Assentamento... Vim trabalhar na escola. Fiz concurso. Além de morar no Assentamento, ainda sou funcionário da prefeitura. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Quanto ao sentido da terra, afirma Amauri: “Bom, a terra... Significa o lugar, uma segurança que a gente tem de ficar, né? A gente tem uma casa pra morar, a gente tem a terra pra trabalhar, criar o gado. Pra quem morou sempre na roça... é a melhor coisa que aconteceu”. Observa que muita coisa teria a narrar, mas o mais importante é dizer que: “a gente tá acomodado agora [...] Não tem mais aquele negócio da gente tá num lugar arrendado ter de se mudar. Aqui agora é pra sempre”. Por essas palavras é possível entender que a acomodação e a resistência compõem um mesmo processo. “Estar acomodado” naquele contexto sinalizava para o fato de que, pela resistência, na condição de posseiro, conseguiu chegar a terra e nela está “acomodado”. Dela não mais tem que partir, pois “agora é pra sempre”.

Marineusa, filha de posseiros, com 45 anos, também funcionária da escola, conta que está na Ribeirão Bonito desde os 06 anos de idade e que as suas recordações são marcadas pela memória do sofrimento quando do tempo da gleba. As marcas do temor frente a polícia e às ordens de despejo, práticas comuns nos anos 1970 e 1980, aparecem no relato ao recordar quando o seu pai ia para a roça e a sua função, junto a de seus irmãos, era de “cuidar dos polícia quando viesse pra ir avisar pra eles poder jogar as foice fora e correr pra casa”. Também de levar o alimento na roça. Narra essa entrevistada que:

...quando nós chegamos aqui era tudo mato né... então nós... chegamos na derrubada. O finado pai né, que já faleceu, ele ia trabaia e deixava nós pra cuidar dos polícia quando viesse pra ir avisar pra ele pra poder jogar as foice fora e correr pra casa né... Aí nós ficava, nós era tudo pequeno naquela tempo. Aí nós saía correndo no meio da... do corredor da mata... Aí gritar, pai, pai as polícia chegou, as polícia chegou, tem polícia aí. Aí, coitado tinha que jogar a foice no mato, corria. Nessa lida foi a temporada toda. Aí quando era pra levar almoço, mamãe mandava nós com caldeirãozinho de comida, levar comida pro papai no meio do mato. Nós tudo pequeno, trupicava, derrubava o caldeirão de comida, chegava lá, voltava pra trás sem comida, falava pra mãe que nós tinha derrubado as comida (risos) (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Ao retomarmos a entrevista de Isaias é interessante observar que as palavras: “Você não está gravando mais nada não, né?” revelaram momentos em que viriam à tona as memórias resguardadas e silenciadas, “memórias subterrâneas”, como diria Portelli (1993), que o gravador não pode apreender. Assim foi tecida uma dessas recordações. Nos relatos, semelhante ao trabalho inicial, foi perceptível a seleção da memória, ou seja, recortes de fragmentos da vida que se desejava expor. Mas, ainda o brotar daquela memória involuntária, sem o controle preciso, que fazia vir à tona valores que a seletividade das recordações não conseguiu resguardar. Isto evidencia que o trabalho com as fontes orais continua a implicar, como diria Martins (1993), a compreensão dos silêncios, das pausas, dos risos, dos choros, de sentimentos

emaranhando razão e a emoção, preenchendo - sem que se saiba, e de forma indivisível - partes dos buracos da memória (MORAES SILVA, 2001), ou seja, do que ficara oco e à espera, talvez, da coleta para que as tramas dos fios e os desenhos que dela resultam não se percam no esquecimento.

Ao delinear as histórias, por meio das memórias vividas por esses camponeses, posseiros e, no presente, assentados, pudemos então visualizar uma colcha de retalhos multifacetada, colorida, vivida e costurada pelas recordações, as quais, ao serem recontadas, nos mostram as marcas indelévels de um tempo que se entrecruza. Um tempo que desvela o itinerário desses camponeses na condição de posseiros e na lida da terra, vivido no presente como sinônimo da liberdade. Marcas que não se apagam facilmente, pois são alimento para as gerações vindouras...

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relembramos aqui, para concluir este texto, da história narrada por Isaias logo após desligarmos o gravador. Recordou esse camponês de um dia em que, ainda na condição de posseiro, tivera que “ter muita coragem” e ir à sede da fazenda Ribeirão Bonito. Ao chegar à porta de Antônio Cândido de Paula pediu que retirasse os troncos que o fazendeiro havia mandado os “capangas” colocar na estradinha feita pelos posseiros para impedir que por ali passassem, pois do contrário ele não saberia dizer o que faria. Este assentado, na época vivendo a condição de posseiro, falou ao fazendeiro que sua mulher e o filho que estava para nascer “era tudo o que ele tinha na vida”, e necessitava, com urgência, que os troncos fossem retirados para que pudesse levá-la ao hospital para o parto. Disse Isaias: “só tenho a minha mulher e este filho que está para vir. Se perdê-los não sei o que posso fazer”. No outro dia, os troncos haviam sido retirados.

Outro fato que lhe marcou a memória foi quando, juntamente com o seu pai, estava trabalhando na derrubada de madeira para a limpeza do terreno apossado e o plantio da roça. O fazendeiro adentrando à posse, montado a cavalo, ameaçou-lhe bater de reio. Era rapaz, jovem e destemido. Tomou coragem e disse que se o fizesse não responderia por seus atos, “pois não se bate em trabalhador”. O fazendeiro suspendeu o reio no ar e recuou ante a sua coragem. Estas são histórias que recontam memórias, trajetórias de vida, cujas narrativas estão imersas no recordar de tempos de incertezas, de perdas, de violências, mas ainda de conquistas e da coragem cotidiana, ao viverem um tempo em que a luta e o desejo da chegada a terra norteavam os passos, como narrou Isaias:

Eu quando peguei.. quando eu peguei aqui, eu peguei diretamente com Paulo, é.. Antônio Paulo de Candido... é o.. o véio, dono da fazenda mesmo. E aí, eu peguei como arrendatário, assim, por três anos derrubar o mato e mais é.. quando chegasse os três anos e formar...aquela área que a gente tava..abriu ela e...abrisse outra... mas após de 2 anos ele já começou a brigar com nós pra desocupar a área, que ele queria a terra desocupada porque...nós não sei o que, começou a

ponhar porém. Aí nós entremos num sindicato naquela época. Era o seu Zé Cruz. Entremos lá com ele e acabemos descobrindo que dele de 2000 é... 2000 alqueire que ele tinha, tinha 100 alqueire escriturado. Ai começamos a briga com ele. Vai pra São Paulo, vai pra um canto, vai pra outro, vem polícia te pegava...a outro...arranca rasteia...fomo indo, nois tá lutando, até chegamos agora na época que tamos agora...mas que foi muito sofrido, foi...Amigo da gente levou tiro, eles corria atrais da gente.. é...entupia caminho..é... ponhava pau pra gente não passar. Impedia a gente de passar nas estradas. Tudo assim, sabe. Mas hoje não, hoje graças a Deus tá tudo beleza. Apesar de ter uma falha grande aí de que... quando foi liberado essas terra o governo falou que após de dez ano passava o título definitivo pra nós até hoje nunca apareceu, sabe. Então temos o uso aí, um título de uso, mas não é definitivo, não tem escritura. (Entrevista realizada no dia 25/07/2016).

Isaias nos disse, semelhante aos demais, que se preciso fosse viveria tudo novamente: de arrendatário, posseiro até chegar à terra prometida, a terra desejada em que pode pisar e com orgulho nos mostrar as cabeças de gado, o tanque de peixes, as ovelhas, as galinhas, a horta, o chiqueiro, o viveiro de mudas e a área de reflorestamento - uma pequena reserva dentro de seu sítio, plantada por ele, sua esposa e filhos - afora inúmeras árvores frutíferas e a casa de alvenaria e a geladeira e freezer repletos de comida. Conta-nos que, desde a condição de arrendatário, um pouco mais tarde, de posseiro, jamais “tirou uma diária na terra dos outros”, pois retirava o seu sustento da terra. Narra que seus filhos até fizeram “diária” para outros não por necessidade, mas pelo desejo de ter “o seu dinheirinho”. Então, com orgulho nos mostrou a sua casa, revestida de pisos de azulejo, uma varanda grande e a mesa de madeira para receber os filhos e netos aos finais de semana e feriado. Ele e sua esposa nos disseram que hoje “vivem no céu”, tem “fartura de comida” e a carne que quiserem comer, no dia que desejarem, retira-se do próprio sítio: “A geladeira está sempre cheia”:

[...] E tem mudado e a gente acha que... cada dia tá sendo melhor, sabe? Graças a Deus em termos de estudo, de escola, de transporte, de... tudo tem melhorado 90%... E a gente largou de ser perseguido pelas autoridades... Então tem sido bem melhor. Depois que... é... muita gente não tinha como comprar uma cabrita, depois que foi liberado todo mundo tem seu gadinho, tem o seu... sua casinha mais ou menos, não é boa, mas já serve. Então todo mundo mudou de vida, graças a Deus. Então tem sido uma vida boa, não é ruim, não.

Isaias também não deixou de nos mostrar onde havíamos feito a primeira entrevista 23 anos atrás, na pequena casinha de madeira que ele mantém como paiol em seu sítio. Pequeno retrato de lutas e memória de tempos outros. Disse-nos que se lembrava de quando sentamos naquela área para coletar a sua história. História semelhante a de centenas de homens, mulheres e crianças, vivida desde as primeiras décadas do século XX, pelos campos do Pontal do Paranapanema. Histórias de povos da terra dela expropriados e por ela lutando na defesa do roçado e do direito à vida. Interessante observar que a preservação da casinha de posseiro fora comum nas casas visitadas, e pode ser entendida quase como a manutenção da memória dos tempos outrora que alimenta o presente, reforçando ou mesmo fazendo lembrar a luta e a importância da conquista, e sinalizando - com vestígios do passado que se

tornam presentes - para a necessidade de que as futuras gerações não se esqueçam dessa história e dela se orgulhem. Possam então lembrar e contar histórias, para que elas, a contrapelo (BENJAMIN, 1987), indiquem caminhos, fazendo - em nosso entender - com que o ofício do historiador tenha um pouco mais de vida.

5 | ENTREVISTAS

Assentamento São Bento (Mirante do Paranapanema): Solange; Edson, José e Alice, Francisco e Maria.

Assentamento Che Guevara/Santa Clara (Mirante do Paranapanema): Mineirinho.

Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio): Miro; Isaias, Manoel; Anaíra, Amauri, Marineusa.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Maria Celma. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Unesp/Assis, 1996.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. Tese (Doutorado em História), Unesp/Assis, 2004.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP*. São Paulo: Annablume, 2010.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6ª. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Cléria Botelho. *Vozes da terra – Indaiá: “O porto das esperanças” 1980-1990*. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1993.

FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, 1994.

LEAL, Gleison Moreira. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Unesp/Presidente Prudente, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação Política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral: Caminhos e Descaminhos. In: *Revista Brasileira de*

História, São Paulo, v. 13, n.25-26, set.92/ago.1993.

MORAES SILVA, Maria A. de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. In: *História Oral*. São Paulo. Associação Brasileira de História Oral. n. 4, junho de 2001.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos - memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez., 1993.

SAMPAIO, Theodoro. Considerações Geographicas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. In: *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4, 1890.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. *O Pontal do Paranapanema e a transformação do latifúndio em áreas de assentamento rural: o caso da São Bento* (2010). In:http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-05.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2016.

THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Conciencia de clase*. trad. Eva Rodriguez. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Ivo Marcos Theis

Universidade Regional de Blumenau, PPGDR
Blumenau

Marcos Antônio Mattedi

Universidade Regional de Blumenau, PPGDR
Blumenau

Luis Claudio Krajevski

Universidade Federal da Fronteira Sul
Laranjeiras do Sul

do planalto norte catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento,
estrutura fundiária, neoextrativismo.

NEO-EXTRACTIVISM AND LAND
STRUCTURE: CONSIDERATIONS
ON UNEVEN DEVELOPMENT IN THE
NORTHERN PLATEAU OF SANTA CATARINA,
BRAZIL

RESUMO: As desigualdades socioeconômicas existentes nos países e regiões são resultantes do modo de produção capitalista. Especificamente, Santa Catarina apresenta desigualdades regionais expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas, sendo o planalto norte catarinense um dos territórios menos desenvolvidos do Estado. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Para tanto, foram consideradas algumas características socioeconômicas e agrárias da região, em especial o Índice de Gini referente à concentração de terras e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os resultados apontam que o neoextrativismo não alterou a estrutura fundiária na região, sendo que esta contribuiu para o baixo desenvolvimento

ABSTRACT: The socioeconomic inequalities existing in countries and regions are the result of the capitalist mode of production. Specifically, Santa Catarina presents significant regional inequalities, with more and less developed regions, the Northern Plateau being one of the less developed territories of the State. The objective of this article is to identify if, in a context of intensification of neoextrativism in Brazil, this process modified the land structure in the Northern Plateau of Santa Catarina. In order to do so, some socioeconomic and agrarian characteristics of the region were considered, especially the Gini Index on land concentration and the Municipal Human Development Index. The results indicate that neoextrativism did not alter the land structure in the region, which contributes to the low development of the Northern Plateau of Santa Catarina.

KEYWORDS: Development, land structure,

1 | INTRODUÇÃO

Santa Catarina é uma das unidades da Federação brasileira que apresenta indicadores socioeconômicos satisfatórios, o colocando como um dos Estados mais desenvolvidos do país. Entretanto, apresenta desigualdades expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas. Neste cenário, o planalto norte catarinense, por não apresentar resultados análogos à dinâmica estadual, é um de seus territórios menos desenvolvidos. Dentre suas características, sobressai a forte presença de atividades do setor primário na região, com destaque para o extrativismo. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Ademais, observar se esta estrutura fundiária contribui para o baixo desenvolvimento da região.

A hipótese inicial do trabalho considera que esta etapa recente do extrativismo não altera substancialmente a estrutura fundiária. A expansão das atividades extrativistas tem se intensificado na América Latina nos últimos anos e, no Brasil, não é diferente. Assim, observa-se que o avanço do extrativismo tem ocasionado, até pelas suas próprias características, um aumento das desigualdades socioeconômicas regionais. A segunda premissa deste trabalho entende que a concentração fundiária contribui para o baixo desenvolvimento das regiões, especialmente naquelas em que o setor primário possui significativa importância. No caso do planalto norte catarinense, se considera que a estrutura fundiária ali existente contribui para o baixo desenvolvimento do território.

Este trabalho é composto por cinco seções, além da presente introdução. Para cumprir com os objetivos propostos, a próxima seção trata de uma revisão bibliográfica e documental a respeito dos temas aqui explorados. A seguir se faz uma breve revisão teórica sobre o extrativismo e neoextrativismo, com destaque para a contribuição de Gudynas. Após, é objeto de estudo os aportes acerca do desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual, em especial as contribuições de David Harvey. Em seguida, se apresentam algumas características do território em questão. Posteriormente, se evidenciam alguns indicadores, analisando estes dados frente ao desenvolvimento do planalto norte catarinense. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 | EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO

O extrativismo consiste no conjunto de atividades produtivas baseadas na extração de recursos naturais, sejam eles minerais, vegetais ou animais. Para Gudynas,

“El extractivismo se caracteriza por la explotación de grandes volúmenes de recursos naturales, que se exportan como *commodities* y dependen de economías

de enclave (que pueden estar localizadas, como los campos petroleros o la minas, o bien ser espacialmente extendidas, como el monocultivo de soja).” (GUDYNAS, 2012, p. 131).

Historicamente, o extrativismo possui grande importância para a economia brasileira. Desde o início de seu processo de ocupação, com a exploração do pau-brasil até os dias atuais, as atividades extrativistas detêm grande importância para o PIB brasileiro. Aliás, este processo não é restrito ao Brasil, pois conforme ACOSTA, ao discorrer sobre a importância da natureza:

“Esta é o ponto de partida para entender a conquista e colonização da América, que cristalizou uma exploração impiedosa dos recursos naturais, com o consequente genocídio das populações indígenas e a posterior incorporação de escravos provenientes da África no mercado global nascente. Desde então se forjou um esquema extrativista de exportação da natureza a partir das colônias em função das exigências de acumulação de capital das metrópoles.” (ACOSTA, 2012, p. 203).

Portanto, a importância do extrativismo para os países latino-americanos é expressiva. Desse modo, é possível considerar que as atividades extrativas fazem parte da formação histórico-social dos países latino-americanos. Certamente que, dada a vasta extensão territorial e a abundância de terras férteis, estas atividades estariam presentes no espaço brasileiro.

Nos últimos anos houve algumas transformações referente ao extrativismo como um todo, daí o surgimento de um novo termo: neoextrativismo. De acordo com Milanez e Santos (2013), Gudynas entende “[...] o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 121). Este novo extrativismo, para Gudynas, tem como um de seus diferenciais a presença do Estado neste processo. Segundo ele,

“[...] o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais.” (GUDYNAS, 2012, p. 303).

Esta situação consolidou a importância dos setores extrativistas em alguns países da América do Sul, inclusive com a elevação do extrativismo exportador (GUDYNAS, 2012, p. 304-305). Contudo, o autor ressalta que há diferenças entre o extrativismo anterior e o neoextrativismo. De qualquer forma, esta nova fase do extrativismo não só encontra condições favoráveis à sua expansão, como também, “[...] o extrativismo é apresentado pelas forças dominantes como um destino, como a única possibilidade de desenvolvimento.” (MISOCZKY e BÖHM, 2013, p. 332).

Quanto ao caso brasileiro, o país não é identificado como extrativista em virtude de seu dinamismo econômico. Para Milanez e Santos, por exemplo, o Brasil “[...] possui uma estrutura produtiva mais complexa e um perfil comercial distinto do restante da América Latina [...]” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 133). O extrativismo se constituiu

numa prática habitual em países subdesenvolvidos, principalmente àqueles que possuem expressivas riquezas naturais. Recentemente, novas formas extrativistas deram origem ao neoextrativismo. Ainda que as relações da economia extrativa com o Estado tenham se alterado ao longo dos anos, não se pode negar que os efeitos do extrativismo resistem, ou até se aprofundaram, sobre o território sul-americano e brasileiro.

3 | DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A desigualdade socioeconômica e regional existente em todo o mundo pode ser compreendida como fruto do modo de produção capitalista. Para Smith (1998), o desenvolvimento desigual é inerente ao capitalismo, pois o avanço do último provoca eleva o desenvolvimento desigual no espaço. Harvey, ao discutir a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006). A desigualdade entre as regiões pode ser justificada por inúmeras razões conforme a abordagem adotada. Para Harvey “O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais” [...]” (HARVEY, 2004, p. 80), ou seja, as desigualdades geográficas existentes são condições à expansão do capital. Ainda, conforme Harvey “[...] o capitalismo produz uma paisagem geográfica [...] apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história” (HARVEY, 2004, p. 87).

Desta forma, fica patente que o desenvolvimento desigual é inerente ao modo de produção capitalista. A teoria do desenvolvimento geográfico desigual, proposta por Harvey, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006). Assim, parte-se da ideia de que o capitalismo permite e acentua as desigualdades regionais já existentes ou que se formam ao longo do tempo. Esta interpretação pode ser aplicada quando se investiga o desenvolvimento desigual brasileiro em geral, e catarinense, em particular.

Com relação ao desenvolvimento regional, sua perspectiva interdisciplinar tem proporcionado a consolidação desta área de conhecimento. Apesar da ideia inicial de que o desenvolvimento regional remete ao progresso econômico, os últimos estudos o tratam de forma multidimensional. De acordo com Mattedi (2014), por exemplo, o desenvolvimento das regiões não se limita a questão econômica, mas também a aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais, entre outros. Atualmente é possível entender o desenvolvimento regional como resultado de uma certa transformação, ocorrida em dado período de tempo. Esta transformação impactaria positiva ou negativamente as demais dimensões.

Dentre os diversos elementos que podem se relacionar com o desenvolvimento

regional, destaca-se a estrutura fundiária. Neste sentido, compreender as relações entre o rural e o regional é essencial para explicar o desenvolvimento regional. Segundo Ramos “[...] são as alterações na posse/uso da terra, ou seja, na estrutura fundiária, que permitem associar desenvolvimento socioeconômico com desenvolvimento agrário-agrícola. A junção destes dois “conjuntos” é que justifica distinguir um “desenvolvimento rural”” (RAMOS, 2001). Obviamente, o peso da estrutura fundiária sobre o desenvolvimento é mais substancial nas regiões em que a agropecuária ocupa papel de destaque.

A compreensão do problema da desigualdade no Brasil perpassa a questão da concentração da propriedade da terra. Pode-se dizer que a questão fundiária é elementar quando se refere às desigualdades existentes no país. Esta situação é fruto do processo de ocupação do território brasileiro e dos modos de produção existentes desde os primeiros séculos. Segundo Stedile, com a Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei das Terras, é garantida a propriedade privada das terras no Brasil. Para Stedile, a lei “[...] regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005, p. 25).

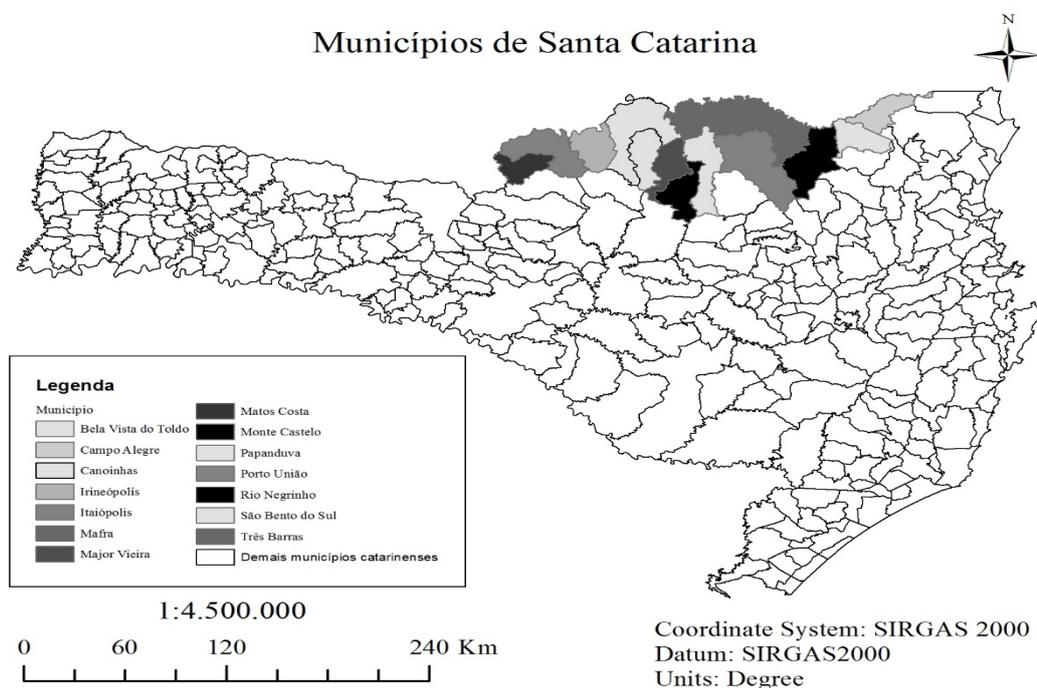
A estrutura fundiária brasileira é desequilibrada e desigual. O Índice de Gini referente à propriedade da terra tem apresentado resultados piores com o passar do tempo: em 1985 o Índice de Gini era de 0,857, passando para 0,856 em 1995 e 0,872 em 2006 (IBGE, 2006). Outro dado crítico diz respeito ao tamanho das propriedades rurais. Os estabelecimentos de área igual ou superior a cem hectares totalizam apenas 9,6% do total, contudo, somam 78,6% das atividades destinadas ao setor agropecuário (HOFFMANN, NEY, 2010). Em contrapartida, mais de 50% dos estabelecimentos detém apenas 2,4% da área total. Assim, a concentração de terras no Brasil é inquestionável, bem como também é na região Sul, embora esta seja inferior ao percentual nacional.

4 | O PLANALTO NORTE CATARINENSE

Quanto ao planalto norte catarinense, sua composição varia de acordo com a regionalização. Independente do recorte utilizado, verifica-se que a região conta com vários municípios que apresentam IDHM's mais baixos que a média estadual. O Território da Cidadania Planalto Norte Catarinense foi criado quando de sua inserção no Programa Territórios da Cidadania (PTC), este oriundo dos Territórios Rurais brasileiros.

Distante de Florianópolis e dos principais centros industriais catarinenses (a figura 1 exibe os municípios que constituem o presente território), a economia da região gira em torno das atividades relacionadas ao extrativismo e a agropecuária (PORTAL DE ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2016). Desse modo, discutir a questão agrária é essencial para analisar o planalto norte catarinense. E a importância das atividades

extrativas está caracterizada de acordo com os números mais recentes da economia catarinense. Aliás, as atividades extrativas não possuem importância apenas nos últimos anos, pelo contrário, a exploração dos recursos naturais é histórica no processo formação econômica e social da região.



Fonte: elaboração própria

Figura 1 – Municípios do Planalto Norte Catarinense

A região passou a ser ocupada de forma mais intensiva com o trajeto do Caminho das Tropas e com a significativa migração de europeus para a região, ao longo dos séculos XIX e XX (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016). A abundância das araucárias, além da própria mata nativa, acabaria sendo um importante elemento que resultaria no extrativismo na região. Conforme consta no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense de 2006, as primeiras atividades econômicas estavam vinculadas ao extrativismo da erva-mate e da madeira (HANISCH ET AL, 2006, p. 4-5).

Para Milani (2013), o extrativismo contribuiria para a industrialização da região, pois a relação entre a atividade madeireira e a indústria moveleira é facilmente perceptível. Tomporoski e Marchesan consideram que o processo extrativista continuaria. Para eles, a partir dos anos 1960 ocorreu a inserção de novas espécies de vegetação, especialmente o pinus, o qual

“[...] resultou na continuidade do processo de extrativismo de produção. Apesar de atenuar a exploração de matas nativas, remanescentes da floresta das araucárias, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável do território.” (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016, p. 62).

Em outro texto, Tomporoski reitera esta percepção, ao afirmar que a região enfrenta

“[...] a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem, social, econômica e ambiental, impondo severas restrições àquele território.” (TOMPOROSKI, 2016, p. 85). Portanto, o extrativismo esteve ligado a região desde os primeiros momentos da utilização econômica deste território. E as novas práticas extrativistas (neoextrativismo), continuam sendo amplamente adotadas na região. Aliás, convém analisar alguns indicadores socioeconômicos que permitem visualizar um panorama atual do planalto norte catarinense.

5 | DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com relação a população, Santa Catarina apresentava uma população total de 5.356.360 em 2000, passando para 6.248.436 em 2010 (Atlas Brasil, 2000; 2010). Já o planalto norte catarinense passou de 335.154 para 357.039 habitantes no mesmo período. Assim, a população do território possui 5,71% da população catarinense. Ao considerar a população urbana e rural, há uma clara distinção: enquanto o planalto norte possui 5,19% da população urbana em relação a população urbana estadual, este percentual vai a 8,44% quando se trata da população rural. Aliás, o grau de urbanização catarinense é de 83,99%, mas no planalto norte este índice é de 76,35, reforçando o perfil rural da região.

A análise do PIB *per capita* indica a pujança econômica do município ou região analisada. Evidentemente que este indicador permite distorções relevantes, visto que se baseia na produção total do município dividido pela sua população, porém, é um dado ainda bastante utilizado em análises socioeconômicas. O quadro 1, a seguir, não só ressalta o PIB *per capita* dos municípios da região, como também apresenta o PIB nominal (referente ao ano de 2013) e a contribuição de cada setor econômico (cálculo aproximado de acordo com o Valor Bruto da Produção) para o PIB municipal. Ao se comparar o PIB *per capita* dos municípios da região com o resultado estadual, se observa que apenas três municípios da região estão acima da média catarinense.

Unidade da Federação e Município	PIB (em mil reais)	% PIB agropecuário	% PIB industrial	% PIB serviços	PIB per capita (em reais)
Santa Catarina	214.217.274	6,7	30,9	62,4	R\$ 32.290
Bela Vista do Toldo	154.359,99	59,8	5,9	34,3	R\$ 24.933
Campo Alegre	277.845,97	17,2	37,3	45,5	R\$ 23.208
Canoinhas	1.340.973,47	18,1	22,2	59,7	R\$ 24.847
Irineópolis	277.163,79	48,1	6,7	45,2	R\$ 25.562
Itaiópolis	545.055,01	38,4	19,4	42,2	R\$ 25.936
Mafra	1.239.765,40	14,5	23	62,5	R\$ 22.661
Major Vieira	163.926,17	19,4	7,5	73,1	R\$ 21.065
Matos Costa	32.307,08	25,4	7,8	66,8	R\$ 11.676
Monte Castelo	158.996,04	41,6	8,9	49,5	R\$ 18.754

Papanduva	834.039,99	16,5	17,2	66,3	R\$ 44.918
Porto União	500.991,04	16,4	21,5	62,1	R\$ 14.500
Rio Negrinho	878.345,97	5,8	35,1	59,1	R\$ 21.336
São Bento do Sul	2.696.943,43	2	50,5	47,5	R\$ 34.139
Três Barras	694.216,56	11,9	56,4	31,7	R\$ 37.045

Quadro 1: PIB estadual/municípios do planalto norte catarinense, contribuição por setor econômico e PIB per capita (2013)

Fonte: elaboração própria, considerando dados disponíveis pelas Secretarias Estaduais da Fazenda e de Planejamento de Santa Catarina.

Com relação ao PIB dos municípios da região, os dados apresentados no quadro 1, apontam a importância dos setores agropecuário, industrial e de serviços para cada município. A agropecuária é responsável por mais de 50% do total produzido em Bela Vista do Toldo. Além disso, é o setor que mais contribui com o PIB de Irineópolis, respondendo ainda por mais de 1/3 da produção em Itaiópolis e Monte Castelo. O setor industrial detém participação superior a 50% do PIB em São Bento do Sul e Três Barras, sendo responsável por mais de 1/3 da riqueza produzida em Campo Alegre e Rio Negrinho. Os demais municípios têm a maior parte do PIB oriunda do setor de serviços. Convém ressaltar que, mesmo nos municípios de Bela Vista do Toldo, Irineópolis e São Bento do Sul, o setor de serviços contribui com mais de 1/3 do PIB.

Quanto ao IDHM desses municípios, o quadro 2 indica o baixo desenvolvimento da região. Todos os municípios analisados seguiram a tendência apontada por Brasil e Santa Catarina, de elevação de seus indicadores. Porém, chama atenção que apenas dois municípios da região estão entre os 10% dos municípios mais desenvolvidos do Estado: Porto União (21º) e São Bento do Sul (25º). Além destes, apenas outros dois municípios da região estão entre os cem mais desenvolvidos: Mafra (36º) e Canoinhas (79º). Por outro lado, oito dos quatorze municípios se encontram para além da ducentésima posição, sendo que Major Vieira (253º), Bela Vista do Toldo (264º), Monte Castelo (264º) e Matos Costa (281º) estão entre os municípios 20% menos desenvolvidos de Santa Catarina. Ademais, apenas Mafra, São Bento do Sul e Porto União apresentam IDHM maior que o estadual.

Brasil, Unidade da Federação e Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Ranking IDH 2010 Brasil/SC	Índice Gini 2000	Índice Gini 2010	Índice de Gini _{PF} 1996	Índice de Gini _{PF} 2006
Brasil	0,612	0,727	-	0,64	0,60	0,856	0,872
Santa Catarina	0,674	0,774	3º	0,56	0,49	0,671	0,682
Bela V. do Toldo	0,491	0,675	264º	0,47	0,46	0,708	0,647
Campo Alegre	0,582	0,714	198º	0,49	0,41	0,719	0,641

Canoinhas	0,640	0,757	79°	0,60	0,49	0,741	0,745
Irineópolis	0,533	0,699	233°	0,55	0,54	0,625	0,662
Itaiópolis	0,562	0,708	207°	0,48	0,49	0,618	0,660
Mafra	0,652	0,777	36°	0,49	0,49	0,755	0,760
Major Vieira	0,582	0,690	253°	0,66	0,46	0,764	0,840
Matos Costa	0,512	0,657	281°	0,60	0,45	0,728	0,724
Monte Castelo	0,571	0,675	264°	0,56	0,44	0,787	0,806
Papanduva	0,564	0,704	222°	0,51	0,47	0,666	0,704
Porto União	0,666	0,786	21°	0,56	0,53	0,574	0,574
Rio Negrinho	0,616	0,738	132°	0,48	0,44	0,803	0,786
São B. do Sul	0,679	0,782	25°	0,49	0,49	0,624	0,590
Três Barras	0,598	0,706	215°	0,60	0,47	0,812	0,845

Quadro 2: Índice de Gini e IDHM dos municípios do Território Planalto Norte Catarinense (2000-2010)

Fonte: elaboração própria, conforme dados obtidos no sítio Atlas Brasil e IBGE.

Em relação ao Índice de Gini referente à renda, o quadro 2 retrata que todos os municípios da região apresentam resultados melhores se comparado ao indicador nacional. Contudo, quando a comparação se refere a Santa Catarina (ano 2010), Irineópolis e Porto União apresentam indicadores inferiores à média estadual. Canoinhas, Itaiópolis e São Bento do Sul têm resultado similar ao Índice de Gini catarinense e nove municípios dispõem de números melhores, com destaque para o município de Campo Alegre.

Conforme exposto anteriormente, outro indicador que permite uma maior percepção sobre a concentração fundiária na região é o Índice de Gini referente à propriedade fundiária. O quadro 2 também registra o Índice de Gini aplicado à estrutura fundiária dos municípios da região (Índice de Gini_{PF} – Índice de Gini da propriedade fundiária). Os dados foram obtidos junto ao IBGE (2016) e permitem comparar os municípios da região, bem como os números com o Estado catarinense. Convém ressaltar que o Índice de Gini referente à renda nos municípios do planalto norte apresentou resultados semelhantes ao resultado estadual. Entretanto, ao se observar este indicador aplicado à estrutura fundiária, os números apontam um cenário diferente.

Entre os quatorze municípios, apenas um não apresentou alteração no período 1996-2006 (Porto União); cinco municípios obtiveram melhora no período comparado (Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Rio Negrinho e São Bento do Sul). Porém, a maioria absoluta, nove municípios, teve um retrocesso quanto à concentração de terras. Ademais, apenas seis municípios apresentam um Índice de Gini_{PF} melhor que a média estadual, isto é, os demais possuem números superiores a (0,682). Não obstante, dos municípios que tiveram melhora nos resultados, Matos Costa e Rio Negrinho permanecem com concentração superior à média catarinense.

Apesar de nenhum município do território apresentar resultado superior ao Índice

de $Gini_{PF}$ nacional, fica explícito que há concentração fundiária na região. Convém destacar ainda, conforme o último Censo Agropecuário (2006) exibidos no quadro 3, o número de estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho, em hectares (ha).

UF e Município	Nº. estab.	Até 1 ha	1 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 1000 há	Mais de 1000 ha
Santa Catarina	193.668	5.275	64.119	56.412	45.310	17.975	455
Bela V. do Toldo	982	4	427	217	173	63	2
Campo Alegre	746	10	280	197	154	85	1
Canoinhas	2.044	35	882	434	385	262	5
Irineópolis	1.429	75	459	291	314	161	3
Itaiópolis	2.578	22	868	676	677	275	7
Mafra	1.639	15	557	374	410	250	7
Major Vieira	830	15	437	159	123	71	5
Matos Costa	244	3	24	97	65	43	3
Monte Castelo	763	70	281	134	120	114	6
Papanduva	1.335	38	559	316	265	117	3
Porto União	1.014	9	204	192	389	208	3
Rio Negrinho	787	6	192	203	203	153	14
São Bento do Sul	225	9	70	63	59	15	-
Três Barras	406	22	162	74	70	65	8
Total Planalto Norte	15.022	333	5.402	3.427	3.407	1.882	67

Quadro 3: Número de estabelecimentos agropecuários – estrutura fundiária do planalto norte catarinense* (2006)

*Existem produtores sem área, os quais não foram incluídos na tabela.

Fonte: elaboração própria, conforme dados disponibilizados pela EPAGRI/IBGE

De acordo com o quadro 3, os municípios do território possuem apenas 7,76% dos estabelecimentos agropecuários do Estado. A maioria destas propriedades possui área entre um e dez hectares (5.402 estabelecimentos), representando 35,96% do total dos estabelecimentos agropecuários no Estado. Ao observar o número de propriedades até vinte hectares, a região apresenta 9.162 estabelecimentos (equivalente a 61% do total). Com relação aos municípios que detêm o maior número de estabelecimentos, destacam-se Itaiópolis e Canoinhas (acima de duas mil unidades). Por sua vez, São Bento do Sul e Matos Costa são aqueles que detêm o menor número de estabelecimentos. Apenas Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Porto União e São Bento do Sul não possuem estabelecimentos acima de 2.500 hectares (são dezessete propriedades com estas características na região).

A análise dos resultados reafirma a existência das desigualdades em Santa Catarina. Ainda que os números exibidos indiquem uma situação melhor que o cenário nacional, o Território Planalto Norte Catarinense é uma das regiões menos

desenvolvidas do Estado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades regionais são características do modo de produção capitalista. Assim como no Brasil, as regiões de Santa Catarina apresentam grandes discrepâncias entre si. Evidentemente, algumas regiões são menos desenvolvidas, sendo este o caso dos municípios do planalto norte catarinense, os quais formam um território que foi incluído no PTC. Assim, este estudo buscou analisar as especificidades desses municípios, considerando as relações entre a estrutura fundiária existente e o desenvolvimento regional.

O território objeto deste estudo foi o planalto norte catarinense, o qual se constitui numa região periférica do Estado. Sua economia é voltada para as atividades extrativas e agropecuárias, ainda que exista uma indústria local. Contudo, é justamente o potencial florestal da região que contribui para a indústria existente na região. No que tange os resultados apurados, observou-se que a respeito do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios da região, apenas três possuem resultado superior à média estadual (IBGE, 2016). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), somente três municípios apresentam indicador superior ao IDHM médio catarinense (Atlas Brasil, 2016). Com relação ao Índice de Gini referente a renda, os municípios apresentam resultados satisfatórios (Atlas Brasil, 2016). Entretanto, quando se analisa o Índice de Gini referente a estrutura fundiária, a maioria dos municípios exibe concentração fundiária acima do índice estadual (IBGE, 2006).

O neoextrativismo tem encontrado condições favoráveis para sua expansão nos últimos anos. Os resultados obtidos corroboram com a premissa inicial de que esta nova etapa do extrativismo não alterou significativamente a estrutura fundiária brasileira, em especial, a do planalto norte catarinense. Não obstante, a substancial concentração fundiária existente no território favorece a permanência das desigualdades socioeconômicas regionais, contribuindo para o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. Evidentemente, estudos complementares a este necessitam ser desenvolvidos. Contudo, é inegável que o neoextrativismo favorece a concentração fundiária, contribuindo para o baixo desenvolvimento do território Planalto Norte de Santa Catarina.

Por fim, é evidente que novos estudos e pesquisas sobre a estrutura fundiária brasileira poderão contribuir, sobremaneira, para questionar as políticas públicas destinadas ao setor agropecuário, bem como contribuir com ações futuras. Inconteste é a interpretação de que a distribuição e o acesso às terras no Brasil contribuíram para gerar uma desigualdade que permanece até estes dias. Assim, a concentração de terras ocasiona discrepâncias regionais expressivas as quais, conforme pode ser observado na obra de Harvey, são salutares e essenciais ao modo de produção

capitalista. Desse modo, o baixo desenvolvimento do planalto norte catarinense é, também, consequência da dificuldade de acesso às terras. Apesar de a região dispor de um número significativo de imóveis rurais, os dados reforçam o grau de concentração fundiária. Portanto, discutir o desenvolvimento das regiões rurais passa pela transformação da estrutura fundiária vigente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir, uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (p. 198-216). Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf Acesso em 29 de setembro de 2017.

Atlas Brasil. **Consulta**. 2016. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>.

Atlas Brasil. **O IDHM**. 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. In: **Nueva Sociedad**, nº 237, p. 128-146, enero-enero 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/> Acesso em 07 de jun. de 2017.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimentos e prosperidade**. LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). p. 303-318. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

Hanisch, Ana Lucia; Gaertner, Francielle C.; Hirano, Elcio; Bonfleur, Roberto. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense (versão preliminar)**. Canoinhas: 2006. Doc. em pdf.

Harvey, David. (2004). **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, David (2006). **Spaces of global capitalism**. London: Verso, 2006.

Hoffmann, R.; NEY, M. G. (2010). **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: MDA. Doc. em pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5938&z=t&o=3&i=P>>.

Mattedi, Marcos A. Pensando com o Desenvolvimento Regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2 (2), p. 59-105. Blumenau, primavera 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807>>

Milanez, Bruno; Santos, Rodrigo S. P. dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 10, nº 19, pp. 119-148, jan./jun. 2013.

Milani, Maria Luiza. Identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense: uma realidade (in)visível. In: **Revista Científica Ciência em Curso**, vol. 2, nº 2, p. 125-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/ciencia-em-curso/0202/020205.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2017.

Misoczky, Maria C.; Böhm, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andagalá contra projetos megamineiros. In: **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, pp. 311-339, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512013000200008&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em 29 de setembro de 2017.

Portal de Economia de Santa Catarina. *Análise Regional*. 2016. Disponível em: <<http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=dados>>.

Ramos, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). In: **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300012&script=sci_arttext>.

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. 2016. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/>>.

Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina. **Portal Estatístico: Produto Interno Bruto – Indústria**. 2016. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portaol/pib/industria>>

Smith, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Stedile, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil 2: O debate na esquerda: 1960-1980** (pp. 17-33). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Tomporoski, Alexandre A.; Marchesan, Jairo. Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. In: **Desenvolvimento Regional em debate**, vol. 6, nº 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016.

Tomporoski, Alexandre A. Do movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade – o domínio fundiário no Território do Contestado. In: **FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História**, vol. 2, p. 78-93, 2016.

A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO

Fábio de Macedo Tristão Barbosa

Universidade Estadual de Goiás

Pires do Rio-GO

RESUMO: A temática que envolve o desenvolvimento deste artigo é o trabalho e os trabalhadores da agroindústria de aves Friato-Nutriza S.A. localizada na cidade Pires do Rio no Sudeste goiano. Mediante a perspectiva epistêmica que considere a tríade capital-trabalho-saúde, propomos analisar e realizar uma reflexão crítica acerca das condições de trabalho e os riscos à saúde dos trabalhadores da referida empresa. O objetivo é evidenciar as reais condições de trabalho e os riscos a que os trabalhadores estão expostos no ambiente de trabalho, nas linhas de produção deste frigorífico. A Metodologia empregada na pesquisa é o uso de matérias veiculadas na mídia em geral, a análise de documento judicial – Termo de Ajuste de Conduta – por fim, o contato direto com os trabalhadores realizado através de entrevistas e questionários.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Trabalho, Saúde.

INTRODUÇÃO - A MODERNIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE TRABALHO NA INDÚSTRIA

FORDISTA

O alvorecer do século XX introduziu mudanças importantes no processo de produção de mercadorias. Sob a égide do capitalismo monopolista, novas formas de organização do trabalho e um aparato técnico moderno são adotados nas fábricas de automóveis do mundo ocidental, prenunciando que a racionalidade científica introduzida no processo produtivo das indústrias automobilísticas, revolucionaria de vez o método e a organização do trabalho dentro da fábrica, e a vida social fora dela.

O modelo de produção e organização do trabalho elaborado por Henri Ford e F. W. Taylor é a expressão mais cabal de que a ciência tornara força produtiva do capital. Segundo o geógrafo britânico David Harvey (2006), em 1914, Henry Ford introduzia o dia de oito horas e cinco dólares aos trabalhadores da linha automática de montagem de automóveis em Michigan-EUA, esta seria a marca simbólica do nascimento de um novo modelo de produção industrial que passou a ser denominado de fordismo-taylorismo.

A esteira volante de Ford permitiu que o trabalho chegasse ao trabalhador numa posição fixa na fábrica. A introdução do cronômetro permitiu medir o tempo do trabalho; desde então, o ritmo de execução das tarefas dos

trabalhadores passou a ser regulado pela máquina. Foi o “casamento perfeito” para a racionalização do tempo de trabalho, que, conseqüentemente garantiu enormes ganhos de produtividade através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos regulares e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento. O trabalho vivo é o fermento adicionador de mais valor, por isso mesmo essa força não pode ser desperdiçada, ao contrário.

Essa força deve ser despendida no grau médio habitual de esforço, com grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. (MARX, 2008, p. 313)

Segundo Antunes (2009) era necessário racionalizar as operações realizadas pelos trabalhadores, reduzir o desperdício, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo do trabalho, estas foram as maneiras encontradas pelo fordismo-taylorismo de intensificar as formas de exploração, e extração do *mais-valor*. A especialização e fragmentação do trabalho tornaram o trabalhador operário da indústria fordista um repetidor de gestos cansativo e embrutecedor, suprimindo a dimensão criativa e intelectual do trabalho, excelentemente caricaturado por Chaplin em *Tempos Modernos*. O trabalhador tornou-se um apêndice da máquina, cujo ritmo do trabalho era dado pela esteira volante.

A rigidez da linha de produção articulava os diferentes momentos do processo de trabalho, “tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas”. (ANTUNES, 2007, p. 39). Ao passo que se desarticulava o momento da *elaboração* e da *execução* do trabalho, cabendo à gerência científica o pensar, o conceber, o planejar; e aos trabalhadores do chão de fábrica caberia apenas executar mecanicamente as ações pensadas pela gerência científica. Segundo Braverman (1977, p. 86) esta divisão técnica do trabalho na fábrica moderna entre *planejamento* e *execução*, impunha-se diante da necessidade imperativa de a gerência efetuar “o controle concreto de execução de toda atividade no trabalho”.

Portanto, as inovações no/do processo produtivo e os novos métodos de trabalho fordista-taylorista permitiram a produção em massa, homogeneizada, padronizada, a partir de uma estrutura de produção verticalizada. Produção em série com o uso de linhas rígidas e ritmadas pela esteira volante, a organização parcelar do trabalho e a decomposição das tarefas, a separação nítida entre elaboração e execução (trabalho intelectual e trabalho manual) a dimensão intelectual cabendo à gerência científica. Todas estas mudanças que permearam o mundo do trabalho ao longo do século XX tendiam ao barateamento dos preços das mercadorias para a ampliação do mercado de consumo de massa.

Este sistema produtivo iniciado nas indústrias automobilísticas dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX difundiu-se amplamente para empresas de

diferentes ramos industriais do ocidente que adaptaram as suas atividades produtivas às esteiras volantes e à racionalização do tempo de trabalho. Indústrias de bebidas, de alimentos, de calçados, indústrias têxteis, indústria pesada, os frigoríficos, entre outras, intensificaram a produção e aumentaram a produtividade do trabalho com a adoção das linhas de montagem fordista-taylorista.

O *Crash* da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, e a crise de acumulação dos anos 1930 que a sucedeu, abriu brecha para a implementação da doutrina econômica Keynesiana que se contrapunha às doutrinas liberais ao defender a intervenção do estado na economia a partir da adoção de medidas protecionistas. Desde então, mas, sobretudo no pós-guerra, alinhavado com o fordismo/taylorismo, forjava-se um grande “estado de compromisso” entre estado, capital, e cúpula sindical. Sobre este pacto social entre as forças sociais de produção, Antunes (2009, p.40) salienta que,

[...] junto com o processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema do metabolismo social do capital pudesse ser *efetiva, duradoura e definitivamente controlado*, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.

O relativo equilíbrio e harmonização de classes – burguesia e proletariado – mediadas pelas cúpulas sindicais e partidos políticos, e arbitrado pelo *Welfare State*, garantiu nos anos subsequentes a segunda grande guerra, um período esplendoroso de prosperidade do capital monopolista, foram mais de duas décadas de lucratividade alheio crises de superprodução ou subconsumo nos países capitalistas avançados. A sustentação deste compromisso socialdemocrata dava-se ante a intensa exploração do trabalho nos países da periferia do sistema capitalista, que não foram chamados a participar do pacto social.

MUDANÇAS/PERMANÊNCIAS NOS MÉTODOS DE TRABALHO INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1970

No entanto, no final da década de 1960, o regime de acumulação fordista/keynesiano indicava sinais de “esgotamento”, e no começo dos anos 1970 verificava-se queda nas taxas de lucros, em 1973, a crise do petróleo, e a eclosão das lutas sociais e de classes, “questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle social da produção [...] anunciavam os limites históricos do compromisso fordista”. (ANTUNES, 2009 p. 43). A resposta à crise veio na forma da reestruturação da produção, assentada na revolução técnico-científico-informacional – microeletrônica, telemática, robótica, automação; uma nova forma de organização, gestão e controle da força de trabalho, e reformas no aparelho de estado, o novo paradigma organizacional é o Toyotismo ou acumulação flexível, contrapondo-se à rigidez do fordismo.

As principais características deste novo modelo é o seu padrão produtivo e organizacional altamente tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores na produção e nos serviços. Outro aspecto fundamental diz respeito à “gestão da força de trabalho: trabalho em equipe, células de produção, times de trabalho, envolvimento participativo (colaboradores), o trabalho polivalente, multifuncional, qualificado” (ANTUNES, 2009).

Busca-se superar uma estrutura produtiva rígida e hierarquizada, por outra mais flexível, recorrendo-se à desconcentração da produção e às empresas terceirizadas. A finalidade de tudo isso é a redução do tempo de trabalho, almeja-se a intensificação das condições de exploração da força de trabalho – aumento da produtividade do trabalho. (extração da mais valia relativa). Desde então, o sinônimo de empresa moderna e poderosa deixou de significar uma corporação com grande número de funcionários, agora é a “empresa enxuta” que consegue produzir mais com menos trabalhadores. A consequência deste processo é a eliminação de postos de trabalho, causa do desemprego estrutural, aumento extraordinário da informalidade, bem como aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força de trabalho; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil; ou de empresa (ANTUNES, 2009).

O TRABALHO NA NUTRIZA S.A. E OS RISCOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES

Neste processo de expansão da modernização fordista-taylorista e/ou toyotista/flexível, ou um híbrido dos dois sistemas como acontece em muitas linhas de montagem de indústrias que adotou um misto dos dois modelos, a modernização da produção e dos métodos de trabalho alcançou os frigoríficos. No entanto, a diferença é que nestas indústrias de carne, ocorre o processo inverso, no lugar da montagem da mercadoria na linha de produção conduzida pela esteira volante fordista, modernizada com a parafernália eletrônico-computacional, assiste-se a desmontagem do animal-mercadoria em partes, em cortes específicos. No caso do frigorífico de frango, são cortes de asa, coxa, sobrecoxa, miúdos, coração, fígado, moela, além de embutidos: salsicha, mortadela, linguiça, por isso consideramos que se trata de linha de desmontagem.

Um processo de trabalho que exige o tempo todo, extrema atenção na execução das tarefas no cotidiano do trabalho, pois, a rapidez na manipulação de instrumentos de trabalho cortantes muito bem afiados coloca cotidianamente em risco de acidente os trabalhadores de frigoríficos, especialmente os de frango. É sabido das constantes e as significativas lesões de cortes muitas vezes profundos nas mãos, dedos, braços, no processamento dos cortes das aves, e também do alto índice de incidência de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e Lesões por Esforço

Repetitivo (LER). O risco do trabalho nas linhas de desmontagem das indústrias de carne, especialmente de aves está correlacionado, a nosso ver, ao ritmo cada vez mais intenso do trabalho nas linhas de produção, os trabalhadores são submetidos a longas jornadas de trabalho sem intervalos para descanso, fato que coloca em risco a saúde dos trabalhadores. Qual é a realidade concreta destas questões no frigorífico Friato-Nutriza onde trabalha cerca de 2.800 funcionários que manuseia diariamente instrumentos cortantes?

No intuito de responder estas perguntas foi formulado e aplicado um questionário junto aos trabalhadores – que também são estudantes numa universidade da cidade de Pires do Rio, ou seja, trabalham em um turno e estudam noutro turno. Um perfil, mesmo que superficial destes trabalhadores pôde se traçado, trata-se de uma população muito jovem, 75% possuem entre 20 e 25 anos de idade; e 4,1% estão abaixo dos 20 anos; 12,5% acima de 30 anos; e 8,3% estão entre 26 e 30 anos de idade. Isso se justifica quando observamos de perto o ritmo intenso do trabalho na visita que fizemos ao frigorífico em junho deste ano.

Outro elemento que chamou nossa atenção foi a forte presença do trabalho feminino no chão da fábrica. Dos questionários respondidos, 45,9% são do sexo feminino; e 54,1% masculino; porém, na visita a campo mencionada anteriormente, foi nos informado verbalmente pela funcionária responsável por receber estas visitas, que as mulheres ocupam cerca de 65% do quadro de funcionários da empresa. Em algumas linhas de produção pudemos perceber fortemente a predominância do sexo feminino, como por exemplo, no setor de corte, percebeu-se que há uma divisão sexual do trabalho no interior da fábrica, no setor de depena, a presença masculina é marcante.

Observou-se também, conforme as resposta dos questionários, alta rotatividade do trabalho, apenas 12,5% trabalham na empresa a mais de 5 anos; 37,5% dos respondentes trabalham na empresa por um período de 1 a 3 anos; outros 41,6% estão no frigorífico a menos de 1 ano; e 8,3% possuem tempo de trabalho entre 3 a 5 anos. A jornada de trabalho intensa, os baixos salários, e a pouca oferta de vagas de emprego na cidade, ajudam a explicar a rotação alta do trabalho na Nutriza. Destaca-se também, a estratégia da empresa em buscar força de trabalho em outros estados da federação, tem se destacado a presença razoável do trabalhador migrante nordestinos: piauienses, maranhenses e baianos.

No que concerne aos acidentes de trabalho na fábrica, na síntese das respostas observou-se que 54,1% afirmaram que já enfrentaram alguma situação de risco de acidente de trabalho, outros 45,9% disseram o contrário. Percebe-se que mais da metade dos trabalhadores que responderam o questionário já passaram por algum risco de acidente no interior da fábrica, um percentual bem expressivo. Ao se questionar, quantos trabalhadores efetivamente se acidentaram no espaço fabril, 37,5% disseram já terem sido vítimas de acidentes de trabalho no interior da fábrica; 62,5% responderam que não. Concomitante à pergunta anterior, ao serem indagados se em

algum momento já tiveram conhecimento de ocorrência de acidentes de trabalho no frigorífico, 91,6% disseram que sim, sabiam de alguma ocorrência; e 87,5% disseram conhecer algum colega de trabalho vítima de acidente dentro da fábrica.

Conforme os dados obtidos a partir da aplicação do questionário, observou-se que 50% das respostas elegeram o setor de corte como o mais vulnerável aos riscos de acidentalidade do trabalho. Quando perguntado, se há segurança no manuseio de instrumentos de trabalho neste setor, 45,8% responderam que é seguro; 50% responderam que não é seguro; e outros 4,1% não responderam. Quanto a ocorrência de LER/DORT na empresa, 91,6% responderam que há sim trabalhadores acometidos de Lesão por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho. Quando perguntados se a empresa presta assistência em casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, 75% responderam que sim; e 20,8% responderam que não; outros 4,1% disseram que a assistência prestada pela empresa é insuficiente.

A Nutriz Agroindustrial de Alimentos de Pires do Rio, é formada por um amplo complexo agroindustrial, são fábricas de rações para aves, granjas de matrizes, incubatório e unidade de abate de frangos e processamento de industrializados. Atendendo aos mercados do Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste do país e também ao mercado externo de frangos e derivados, o grupo trabalha com as marcas Nutriz (frango congelado e resfriado) e Friato (frango e cortes temperados, cortes e miúdos congelados de frango e industrializados), com ampla gama de produtos.

O processo de produção é todo verticalizado na forma de um Complexo Agroindustrial. Desde o plantio da soja e do milho até a produção de rações para nutrição das cerca de seis milhões de aves alojadas em mais de 200 galpões de criadores nos municípios de Pires do Rio, Palmelo, Santa Cruz, Orizona, Urutaí e Ipameri. A média diária de abate é de 320 mil aves, com geração de 2.800 empregos diretos e outros 4.500 indiretos em toda região Sudeste. (<http://www.friato.com.br/nutriz.html>.)

Ressaltamos que ainda não tivemos contato direto com os trabalhadores da empresa, o que deve ocorrer em breve. Os contatos tem sido esporádicos em conversas informais. No entanto, despertou-me atenção, o grave acidente ocorrido no dia 25 de novembro de 2013, um vazamento de amônia na linha de abate de frangos, 23 funcionários foram atingidos e hospitalizados, três deles no Hospital de Queimaduras de Goiânia. (<http://revistasafra.com.br/apos-acidente-funcionamento-de-frigorifico-em-pires-do-rio-go-e-normalizado>).

Outra fonte importante a qual tivemos acesso foi o Termo de Ajuste de Conduta de número 20120119 do Ministério Público do Trabalho que data do ano de 2012, portanto, anterior ao acidente de vazamento de gás amônia. Este documento observa que a empresa deveria se adequar aos sistemas de segurança quanto a vazamentos de amônia: *i) Atender, em 10 dias, todas as exigências constantes do relatório de inspeção dos reservatórios de amônia da empresa, firmados no ano de 2011.* Além

disso, a empresa deveria, por exigência do Termo de Ajuste de Conduta: *j) Instalar, em 60 dias, sensores de detecção de vazamento de amônia junto a cada um dos evaporadores que dão acesso as salas de cortes e demais ambientes refrigerados da empresa.* O referido termo impunha também que a Nutrizia deveria,

[...] Adquirir em 60 dias e assegurar o fornecimento dos seguintes equipamentos de proteção, disponíveis em local de fácil e rápido acesso aos empregados encarregados de atuar em caso de vazamento: i) máscara panorâmica com filtro de amônia; ii) equipamento de respiração autônomo; iii) óculos de proteção ou protetor facial; iv) luvas protetoras de borracha (PVC); v) botas protetoras de borracha (PVC); vi) capa impermeável de borracha e/ou calças e jaqueta de borracha. (Ministério Público do Trabalho. Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho Projeto de Atuação Nacional Coordenada – FRIGORÍFICOS Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região).

Percebe-se que a empresa não cumpriu, neste caso, o Termo de Ajuste de Conduta acordado com o Ministério Público do Trabalho, tal possível descumprimento pode ter agravado o nível de segurança das tubulações de gás amônia que se rompeu. O acidente atingiu os trabalhadores colocando em risco sua saúde, bem como sua própria vida. Tal fato deixa em dúvida a preocupação da empresa com a segurança no ambiente de trabalho, pondo em risco seus funcionários.

O Termo também trata da concessão de pausas para recuperação de fadiga no ambiente de trabalho da Nutrizia. A alínea *a* do item II está assim descrito,

[...] nos termos do item 17.6.3 da NR 17, em todas as atividades que geram sobrecarga muscular estática e dinâmica dos membros superiores, inferiores, tronco, dorso e pescoço, dentre os quais todas as atividades realizadas nos setores de pendura, escaldagem, evisceração, salas de cortes, embalagem, miúdos, rependura, expedição e paletização, dentre outras. Serão instituídas, no prazo a partir de 31.12.2012, 20min de pausas de recuperação de fadiga, distribuídos em 2 pausas de 10min, computados como de efetivo período de trabalho, para todos os efeitos legais. Serão acrescidas para 3 pausas de 10min, a partir de 30.7.2013. Serão acrescidas para 4 pausas de 10min, a partir de 31.12.2013 e, a partir de 30.7.2014, distribuídas em 5 pausas de 10min. Serão acrescidas para 6 pausas de 10min, a partir de 31.12.2014, totalizando 60min para uma jornada de 8h. (Ministério Público do Trabalho. Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho Projeto de Atuação Nacional Coordenada – FRIGORÍFICOS Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região).

Este Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público do Trabalho evidencia condições de trabalho dentro do frigorífico que provavelmente causava fadiga, cansaço excessivo provocado por longo tempo ininterrupto de trabalho na mesma posição, repetindo os mesmos gestos. O capital monopolista busca, por meio da intensificação da exploração do trabalho, a extração de valia relativa, extrai-se mais valor sem, contudo alargar a jornada diária de trabalho.

Um estudo realizador em 2009 num frigorífico de aves do sul do país avaliou as condições de trabalho nesta empresa. A amostragem de 951 funcionários de um dos maiores abatedouros de frango do Rio Grande do Sul constatou-se índices elevados de LER/DORT e adoecimento mental. Brum (2009) identificou a relação entre os adoecimentos e afastamentos psiquiátricos ocorridos na empresa com a organização

do trabalho. Hutz & Nunes (2001), evidenciou alto índice de ideação suicida nos trabalhadores na cifra de 10,2%.

Em outra pesquisa, em 2006, a Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul propôs uma análise do setor avícola no estado. O resultado foi alarmante,

Os números demonstraram que 80% dos funcionários faz uso sistemático de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, e pelo menos 20% faz uso de medicamentos controlados como antidepressivos e tranquilizantes. Aproximadamente 42% menciona cansaço insuportável após o trabalho, metade sente dores no corpo logo após chegar em casa e 67,1% sacode as mãos por formigamento e adormecimento, sintoma e risco às LER/DORT. Além disso, verificou-se precarização, ritmo acelerado e rotatividade como fatores, cujo somatório ocasiona doenças ocupacionais. (WALTER, 2012, p. 42-43).

As pausas deverão ocorrer também na jornada de trabalho de horas extras, a cada 50 minutos de trabalho, 10 minutos de descanso em ambiente adequado, que assegure conforto térmico, hidratação, satisfação das necessidades fisiológicas e assento adequado. A empresa tem cumprido o termo de ajuste de conduta quanto ao tempo de descanso e relaxamento dos trabalhadores? Visto que, no caso das tubulações de gás amônia a empresa deixa dúvidas quanto ao cumprimento deste documento legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria de produção carne de aves no Brasil coloca-se em terceiro lugar no ranking mundial deste produto, ficando atrás apenas de China e Estados Unidos. Os estados do sul do país concentram a maiores empresas do setor e exportam carne de ave para mais de 150 países, entre os mais expressivos estão: União Europeia, Japão, Hong Kong, Africa do Sul e Rússia, que são grandes importadores de cortes de aves; e o Oriente Médio, grande comprador do frango inteiro. O setor é responsável pelo emprego de aproximadamente 4,5 milhões de postos de trabalho em todo país, direta ou indiretamente. Empresas como Sadia, Perdigão, Seara Alimentos, Doux Frangosul dominam este setor econômico.

No entanto, no que se refere às condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores destas indústrias, a primeira percepção que temos, é a de que as condições de trabalho “é em geral repetitivo e monótono, por estar constituído em pressupostos do taylorismo/fordismo”. (WALTER, 2012 p. 44). As características dos métodos e processo de trabalho organizado sob este modelo apresentadas no início deste artigo, é o que tem prevalecido na realidade das fábricas de desmontagem de frango.

Ainda segundo Walter (2012, p. 44), “o trabalho é organizado em linhas de produção, as nóreas, sendo o ritmo e a cadência determinada pela hierarquia e permitindo uma margem de autonomia infimamente pequena”. A forma como o trabalho se organiza impõe ao trabalhador adaptar às máquinas e a seu posto, conclui. O ritmo

elevado e a repetição dos gestos criam uma espacialidade propícia a apagar toda a criatividade e inventividade do trabalho, cabendo apenas reproduzi-lo mecanicamente no menor tempo possível. Fica claro que a finalidade de invenção da maquinaria moderna e ultramoderna não é aliviar o fardo do trabalho, e sim, elevar produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que cria o desemprego estrutural.

Mesmo que de alguma forma a mecanização do trabalho possa ter aliviado a carga física – mesmo que não seja esta sua finalidade – sobrecarrega-se “mãos e braços, bem como nuca, ombros e pescoço. Colocam o trabalhador de forma estática de forma monótona e repetitiva. A repetição de movimentos em tempo exíguo sobrecarrega determinados músculos”. (WALTER, 2012, p. 45). O capital ao exigir produtividade expõe o trabalhador a um conjunto de doenças ocupacionais como LER/DORT.

Pode-se concluir, diante do quadro apresentado ao longo do texto, que a indústria frigorífica de aves no Brasil, e especificamente em Pires do Rio-GO, desmonta o frango e o trabalhador para produzir a mercadoria. Este processo de desmonte gera riscos, e não só risco, mas gera efetivamente acidentes de trabalho muitas vezes graves, cortes nos dedos, mãos e braços. Vazamentos de gás amônia que ocorreu na Nutriza e em outros frigoríficos pelo Brasil a fora põe em risco a saúde e a vida de seus empregados. Os constantes afastamentos do trabalho em consequência de LER/DORTE é parte dessa dura realidade enfrentada cotidianamente por milhares de trabalhadores e trabalhadores ocupados no setor de frigorífico avícola brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo, Loyola, 2006.

HUTZ, C. S. & NUNES, C. H. S. S. (2001). Escala fatorial de ajustamento emocional/neuroticismo. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. 1 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Ministério Público do Trabalho, Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho Projeto de Atuação Nacional Coordenada – FRIGORÍFICOS Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região.

WALTER, Leonardo Inácio. **A saúde por um fio**: Submissão voluntária de afastados de frigorífico de aves. /Leandro Inácio Walter, Porto Alegre, 2012.

<http://revistasafra.com.br/apos-acidente-funcionamento-de-frigorifico-em-pires-do-rio-go-e-normalizado>. Acesso: 18 de setembro, 2014.

<http://www.friato.com.br/nutriza.html>. Acesso: 12 de abril, 2014.

A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS

Alex Dias de Jesus

Instituto Federal do Piauí
São Raimundo Nonato - PI

RESUMO: O Haiti, país caribenho que atualmente possui cerca de 10 milhões de habitantes, tem sua trajetória marcada pelas migrações. O único exemplo na história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina, tem na questão agrária muitas explicações para o processo de degradação ambiental e vulnerabilidade às catástrofes, bem como o intenso processo de precarização do trabalho e conseqüentemente, das condições de vida. Por esse motivo, o objetivo central deste trabalho é analisar a relação entre a questão agrária do Haiti e as migrações de seu povo, iniciadas, de maneira mais evidente, nas primeiras décadas do século XX e estendidas até a atualidade. Para isso, a metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica de autores haitianos e brasileiros que apresentaram contribuições sobre a formação social haitiana, a questão agrária do Haiti, as intervenções internacionais e as migrações.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti, Campo, Migrações.

ABSTRACT: Haiti, a Caribbean country that currently has about 10 million inhabitants,

has its trajectory marked by migrations. The only example in the history of a former slave revolution that forced the abolition of slavery and the first independent country in Latin America has in the agrarian question many explanations for the process of environmental degradation and vulnerability to catastrophe, as well as the intense process of precariousness of work and, consequently, of living conditions. For this reason, the main objective of this paper is to analyze the relationship between the agrarian question of Haiti and the migrations of its people, begun in a more evident way in the first decades of the twentieth century and extended to the present time. For this, the methodology used was based on a bibliographical review of Haitian and Brazilian authors who presented contributions on the Haitian social formation, the agrarian question of Haiti, the international interventions and the migrations.

KEYWORDS: Haiti, Rural, Migrations.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar alguns marcos da questão agrária haitiana em diálogo com as migrações implementadas pelos nacionais do Haiti. O argumento central consiste na associação entre a precarização das condições de vida no campo e a migração como alternativa

para a reprodução social dos migrantes e de seus familiares, considerando o projeto migratório enquanto estratégia familiar que envolve tanto aqueles que partiram quanto os que ficaram.

O Haiti foi um dos primeiros pontos da chegada de Colombo nas Américas em 1492 e a partir desse momento, houve o entrecruzamento das trajetórias dos europeus e dos povos originários que habitavam o *Ayiti* – terra montanhosa, na língua dos povos taínos que a habitavam na época. Inicialmente como colônia espanhola, foi sob o controle da França que o Haiti ganhou importância para os mercados coloniais. A mais produtiva das colônias francesas produzia valiosos gêneros consumidos na Europa às custas do trabalho escravo de milhares de africanos traficados pelo Atlântico.

A volumosa presença negra criou as bases para a única revolução vitoriosa de escravos e a primeira independência da América Latina ainda no início do século XIX. Contudo, as pesadas indenizações cobradas pela França em troca do reconhecimento da independência, além de compensações financeiras a muitos colonos de outras nacionalidades, mergulharam o novo país numa espiral de dívidas crescentes. Para pagá-las, sacrificou a produção interna e os recursos naturais, penalizando principalmente os camponeses.

Ao longo de mais de dois séculos, foram os camponeses os mais penalizados com o endividamento externo e com a instabilidade política e econômica que ainda permanece. As ocupações militares e a ditadura dos Duvalier foram intercaladas por conturbados processos de transição incapazes de criar um ambiente propício para o desenvolvimento e segurança internas. Em todos os períodos, perseguições diversas foram postas em prática, desde a proibição dos cultos voduns, a impossibilidade de aquisição de terras por famílias camponesas, até as dificuldades de comercialização de seus produtos.

Como parte das estratégias de vida, a migração surge como uma saída, senão da família inteira, pelo menos de um de seus membros. Desde os primeiros grandes fluxos no início do século XX para Cuba e República Dominicana, até os atuais para o Brasil, a migração tem marcado profundamente a história do Haiti e dos haitianos. Um país com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes e que possui aproximadamente mais 3 milhões vivendo no exterior dá a dimensão de como as travessias envolvem sua história. É sobre isso que este artigo pretende abordar. Para isso, utilizamos de contribuições de autores haitianos e brasileiros que abordaram temas da questão agrária e das migrações durante a formação social haitiana.

2 | A EXPLORAÇÃO COLONIAL E A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA

O território que hoje constitui as repúblicas do Haiti e da República Dominicana foi denominado de Ilha Hispaniola a partir da chegada de Cristóvão Colombo em 1492. Os europeus praticamente exterminaram os povos taínos que viviam na ilha. Os franceses começaram a ocupar a porção ocidental da ilha em meados do século XVII

e em 1697 assumiram o controle legal através do Tratado de Ryswick. A região que era conhecida como Saint-Domingue, rapidamente assumiu a produção açucareira no Caribe, baseando-se no trabalho escravo. “Na segunda metade do século XVIII, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras costeiras do Haiti, colônia francesa que então se chamava Saint Domingue. Ao norte e no oeste, o Haiti se transformou num desaguadouro de escravos” (GALEANO, 2014. p. 100).

Apesar do cultivo de outros gêneros tropicais, foi com o açúcar que a colônia de São Domingos brilhou para a França. As plantações expandiram-se para amplas áreas de planícies e todo o pesado trabalho, desde o preparo da terra até a produção do açúcar, era executado por negros escravizados. Os que sobreviviam à travessia do Atlântico eram submetidos às mais diversas crueldades, assim como nas demais colônias americanas. A fome, a violência e o mais que degradante trabalho nos canaviais provocava um índice de mortalidade altíssimo entre a população negra. Por esse motivo, a simples reprodução não era capaz de garantir os braços necessários para a continuidade do trabalho forçado e sua substituição era assegurada pelo intenso ritmo do tráfico negreiro.

Por mais difícil que fossem, as fugas aconteciam. Antes mesmo da introdução do cultivo de açúcar, cerca de mil negros já haviam fugido para as montanhas. Em 1751, havia pelo menos três mil deles (JAMES, 2000). Nas montanhas, formavam bandos armados, normalmente separados, mas periodicamente se uniam sob a liderança de alguém. Realizavam incursões em fazendas, fortificavam seus refúgios e, como geralmente eram seguidos por mulheres, conseguiam se reproduzir. Esse processo de fuga e de tentativa de construção de comunidades autônomas no seio do regime escravista colonial de São Domingos, ficou conhecido como *marronnage*. É deles que parte a luta pela alforria em 1793 e a independência em 1804.

Nas planícies do norte, os escravos trabalhavam em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar. Isso facilitou a organização de um poderoso levante. Nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores da cidade de Le Cap, estavam se organizando para uma revolta. Nesse momento, foi importante o papel do Vodou enquanto meio de conspiração. Apesar das proibições, os negros se reuniam para praticar seus ritos e também conversar sobre possibilidades de levantes contra os senhores. Em agosto de 1791, depois de algumas tentativas mal sucedidas, Boukman, um sacerdote Vodou, reuniu líderes negros e deu as últimas instruções. Na mesma noite começaram a agir queimando as fazendas nas quais eram cativos.

Os escravos destruíram sem cansar. Buscavam a salvação pela destruição daquilo que causara o seu sofrimento; e se destruíram muito era porque muito haviam sofrido. Eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem de pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento. A única coisa a fazer era destruí-las. De seus senhores, eles haviam recebido a violação, a tortura e, à menor provocação, a morte. Pagaram na mesma moeda (JAMES, 2000, p. 93-94).

Durante doze anos a colônia de São Domingos foi devastada por conflitos internos envolvendo brancos, mulatos e negros e contra a ofensiva estrangeira. As

revoltas de São Domingos se inseriram nos debates da França pós revolução e, na esteira da Declaração dos Direitos do Homem, fizeram com que a escravidão fosse legalmente abolida em 1793. Tropas espanholas, inglesas e por último, francesas, foram combatidas pelos negros, liderados principalmente por Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo que, na época, já contava com 45 anos, uma idade superior à da maioria dos escravos.

O primeiro país independente da América Latina e o primeiro a abolir a escravidão, teve sua economia praticamente paralisada no final do século XVIII e início do século XIX. Sofreu bloqueio econômico da França e dos Estados Unidos e teve sua independência reconhecida pela metrópole apenas em 1825, às custas de uma pesada indenização em dinheiro.

Ao aceitar pagar a dívida, a facção mestiça conseguiu impor sua hegemonia sobre a facção negra. Isso oferecia a possibilidade de se concentrar nos problemas internos, principalmente pela posse da terra. Após assassinar Dessalines, o primeiro presidente, os dirigentes mulatos promulgaram uma lei, em 1807, pela qual tomaram posse das terras que ele havia nacionalizado. Para pagar a dívida de 150 milhões de francos, depois reduzida para 90 milhões, o Haiti buscou empréstimos junto aos bancos franceses e assim entrou na esfera de uma dupla dívida (SEGUY, 2014).

Depois da independência, em 1804, o Estado nacionalizou as terras e se converteu no maior latifundiário do país. 90% das plantações dos colonos franceses foram confiscadas e passaram a ser, na maioria, propriedade estatal. Em momentos de crise o Estado concedeu pequenas parcelas ao campesinato, mas a grande maioria das concessões e vendas destinaram-se às companhias estrangeiras a partir de 1918, quando, no contexto da ocupação norte-americana, a Constituição foi alterada permitindo a venda para estrangeiros. “Com o amparo da legislação agrária e com o apoio do aparelho burocrático, os latifundiários arrebataram as melhores terras irrigadas (nas planícies) e acabaram encurralando os pequenos camponeses nas terras montanhosas mais inóspitas e difíceis de cultivar” (CASTOR, 1986, p. 10).

Empurrados para terras de baixa fertilidade, parte do campesinato sequer tem o título de propriedade, dada a dificuldade de aquisição por meio da compra. Outra parte, mesmo sendo proprietários, por motivo de despejo e fragmentação por herança, vive em minifúndios onde a produção de subsistência é praticamente impossível. Nesse cenário, proliferam complexas relações de produção no campo, predominando o arrendamento, a meia e a parceria, sustentadas através da transferência de renda agrícola do campesinato sem terras para os proprietários de terras (CASTOR, 1986). Além disso, na esfera da circulação há ainda mais extorsões pois são obrigados a recorrer aos atravessadores quando conseguem produzir algum excedente comercializável.

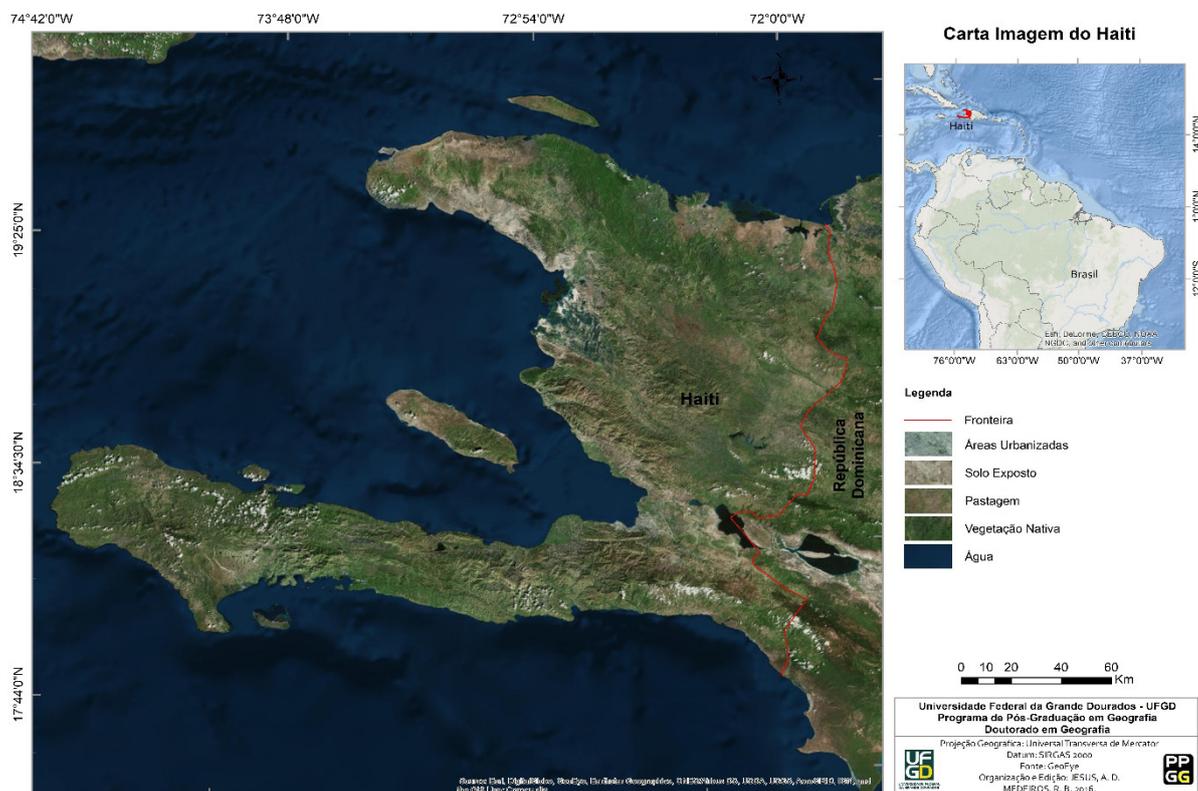
No campo político, Castor (1986) afirma que a legislação e a prática tendem a garantir a não participação do campesinato como cidadão. O Estado exerce grande controle na vida no campo. O chefe de seção é o representante do Estado no campo

e a ele são atribuídas as funções de investigar delitos e contravenções, prender infratores, controlar a qualidade dos produtos, ter livre acesso aos campos, dentre outras. No governo de François Duvalier, com a introdução dos *Tontons Macoutes*¹ no campo, os abusos e a arbitrariedades eram ilimitadas. Também a Igreja Católica, as igrejas protestantes e a hierarquia Vodou foram utilizadas pelo Estado como instrumentos de controle, uma vez que têm maior proximidade e influência sobre a população camponesa. Por último, os organismos internacionais também passaram a exercer dominação política. “Sob o rótulo de assistência técnica no campo, convertem-se em agentes de um enquadramento político das massas camponesas, fortalecendo o sistema de poder” (CASTOR, 1986, p. 15).

Juntamente às outras formas de dominação, a opressão cultural vem marcar a diferenciação e hierarquização entre o mundo urbano e o rural. Apesar do extermínio e expulsão dos colonialistas franceses, as classes dominantes haitianas – os mulatos, os negros ricos e posteriormente, um pequeno grupo da burguesia francesa – recorreram aos mesmos padrões de dominação do antigo regime. Alinhando-se com a cultura e a estética francesa e ocidental, manifestam desprezo pelos elementos marcantes da cultura nacional, a exemplo do *créole* e do Vodou. Durante muito tempo, o papel da educação formal enquanto instrumento de dominação e exploração foi visível no Haiti. O reconhecimento do francês enquanto língua oficial em um país onde mais de 90% da população não falava esse idioma dá dimensão do abismo existente entre o mundo do Estado e das elites e o mundo da maioria da população, sobretudo a residente no campo. Apenas em 1962 o *créole* foi reconhecido como língua oficial do Haiti.

Os sucessivos governos implementaram regras que saquearam a maior parte da produção açucareira e obrigou os camponeses a plantarem culturas erosivas nas áreas montanhosas, pois as planícies já estavam destinadas às monoculturas. Além disso, o governo realizou uma série de concessões a estrangeiros para explorar as madeiras do Haiti. O país foi intensamente desmatado em troca do pagamento da dívida. 35% da renda obtida com a venda de madeiras era destinada ao governo. O que sobrou de vegetação original foi praticamente suprimida durante o século XX. De acordo com Dalberto (2015), na década de 1980, restava apenas 2% das matas do Haiti e o restante havia se transformado em pastagem, plantações de cana-de-açúcar ou áreas impróprias para o cultivo, fato que pode ser identificado na grande quantidade de solo exposto representada no mapa 1.

1. Milícia armada responsável por perseguir opositores do regime ditatorial de François Duvalier.



Mapa 1 – Uso da terra no Haiti

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Analisando a situação do campo na década de 1970, Castor (1986) mostra que 91% das propriedades agrícolas tinham até três hectares, ocupavam 62% das terras cultiváveis e absorviam 88% da população do campo. Dessas terras, a grande maioria (71%) não chegavam a ter um hectare. Do outro lado, 9% das propriedades ocupavam 38% do restante das terras disponíveis para a agricultura.

Nos anos 1980, a mesma autora aponta que a estrutura fundiária pouco se alterou e o que mudou significou uma maior fragmentação das já diminutas propriedades. Algumas delas impossibilitando qualquer tipo de agricultura. Além da insuficiência das terras e do alto grau de exploração, havia uma imensa precariedade nas condições básicas de vida. Apenas 3% da população do campo tinha acesso à água potável, 0,5% ao sistema de esgoto e cerca de 75% encontrava-se em situação de desemprego camuflado.

Ao mesmo tempo as áreas rurais se caracterizam pela inexistência dos serviços médicos e sanitários mais elementares. Com muita razão se diz que quase a totalidade dos camponeses nasce, vive e morre sem nunca ter tido a ocasião de ter contato com um médico. A desnutrição endêmica mantém o camponês em níveis de subsistência sub humana (CASTOR, 1986, p. 18).

De acordo com Castor (1986), em 1950, 90,2% da população vivia no campo. Em 1980 esse percentual caiu para 72% e em 2012 representava 45,36% da população total do país, segundo o Banco Mundial². O decréscimo da população rural a partir de meados do século XX esteve diretamente associado às dificuldades de permanência

2. Dados obtidos no site www.deepask.com

no campo de uma população pauperizada, sem qualquer tipo de infraestrutura para produzir, além das expropriações para dar lugar às companhias agrícolas estrangeiras, produtoras de gêneros de exportação. Da ocupação norte-americana de 1915 até os planos de reconstrução pós terremoto de 2010, a agricultura camponesa parece não ter lugar e isso ajuda a explicar a dependência da importação de alimentos.

O intenso êxodo rural teve como uma de suas consequências, o rápido crescimento da capital Porto Príncipe, que em 1980 concentrava 20% da população do país e apresentava, à época, um crescimento de mais de 10% ao ano. Em 2010, ano do terremoto que matou mais de 220 mil, mais de 30% dos haitianos residiam na cidade ou nos arredores, a maioria nas *bindovilles*, áreas com elevado adensamento populacional e precárias habitações, o que torna seus moradores mais vulneráveis às catástrofes. Nesse cenário de grande instabilidade política e econômica, da insegurança quanto aos planos de melhoria das condições de vida, a migração, desde o início do século XX, vem se configurando enquanto uma das alternativas, às vezes a única, para os haitianos, principalmente os mais jovens.

3 | AS INTERVENTORES INTERNACIONAIS, A QUESTÃO AGRÁRIA E AS MIGRAÇÕES

Entre 1915 e 1934, os Estados Unidos ocuparam o país submetendo-o aos seus interesses. A presença estadunidense substituiu a agricultura de subsistência pela agricultura comercial de larga escala, voltada para a exportação, sobretudo borracha, banana e cana-de-açúcar por meio de desapropriações em massa dos camponeses locais. O Banco Nacional do Haiti passou a ser controlado pelo City Bank de Nova York. Muitos camponeses, expropriados, deslocaram-se para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar na República Dominicana e Cuba. Baptiste e Vieira (2016) afirmam que, antes da ocupação das tropas americanas, a migração haitiana era um fenômeno sazonal que começou a ocorrer ainda na década de 1900 em direção à Cuba e na década de 1920 em direção à República Dominicana. Denominados de *braceros*, entre 30 a 40 mil haitianos migravam temporariamente todos os anos para Cuba entre 1913 e 1931. Em 1944, eram estimados em mais de 80 mil (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS, 2009 *apud* HANDERSON, 2015).

Com a ocupação, a emigração passou a fazer parte dos planos de cada vez mais haitianos e esses países se transformaram em destinos mais consolidados. Em Cuba, nos anos de 1921 e 1937, os haitianos foram expulsos devido à diminuição nas lavouras e conseqüentemente da necessidade de mão de obra, mas esse fluxo aconteceu até, pelo menos, 1961. Na República Dominicana, desde o início até os dias atuais há estranhamentos com relação aos haitianos e reações racistas e xenófobas são frequentes. “Em 1937, a xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar

milhares de cidadãos haitianos, mas até hoje não se sabe, de fato, quantos foram assassinados, estimando-se entre 6.000 a 30.000” (HANDERSON, 2015, p. 69).

Após a saída dos Estados Unidos, uma série de golpes e contragolpes aumentaram ainda mais a instabilidade política e econômica do país que teve seu período mais sangrento com a ditadura de François Duvalier (1957-1971) e seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986), conhecidos como *Papa Doc* e *Baby Doc*, respectivamente. Nesse período, que se configurou como o segundo grande fluxo emigratório do Haiti, aqueles que dispunham de algum meio para financiar a migração, partiam, intensificando a migração para Cuba e iniciando um intenso deslocamento para os Estados Unidos. Diferentemente do primeiro grande fluxo, composto principalmente de camponeses empobrecidos, este teve características distintas quando intelectuais, políticos e estudantes fugiram da ditadura.

De acordo com Baptiste e Vieira (2016), na década de 1960, o principal destino dos haitianos foram as Bahamas onde a maioria trabalhava no setor hoteleiro. Com o aumento da pobreza nas décadas seguintes, intensifica-se a migração para os Estados Unidos quando milhares de haitianos arriscavam-se em frágeis embarcações em direção à costa da Flórida. Também Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa irão receber muitos haitianos nesse período.

No contexto do golpe de Estado de 1990 e da deportação do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, um terceiro fluxo de mobilidade haitiana se inicia, quando mais de 100 mil haitianos deixaram o país em direção aos Estados Unidos, República Dominicana e Cuba, principalmente. A estratégia utilizada pelos migrantes nesse período consistia em navegar pelo mar do Caribe e solicitar refúgio nos destinos. Muitos tiveram seus pedidos negados, pois, para os governos, não ficava comprovada a situação de perseguição nos termos da Convenção de Genebra que regulamenta a situação de refúgio. Segundo Handerson (2015), aproximadamente 46.000 *boat people* foram interceptados em alto mar e conduzidos aos campos de detenção de Guantánamo em Cuba, alguns permanecendo neste local por mais de um ano. Dos que conseguiram chegar aos Estados Unidos e serem interrogados pelo Serviço de Migração, 72% foram deportados para o país de origem.

O quarto grande fluxo da migração haitiana iniciou-se a partir de 2010, logo após o país sofrer um violento terremoto que matou mais de 200 mil pessoas. De acordo com Handerson (2015), após a catástrofe, algumas pessoas se deslocaram para o meio rural do país e outras, aproximadamente 350.000 que dispuseram de recursos variados, decidiram partir para o exterior. Atualmente, Brasil, Chile, Costa Rica e México são alguns dos destinos desses migrantes.

Diante dos diversos tipos de insegurança: pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde e do saneamento básico, todas elas em decorrência do quadro empobrecido e precário do Haiti, agravado pela tragédia provocada pelo terremoto de janeiro do referido ano, a mobilidade haitiana ganhou especial significância, volume e crescimento de novos sujeitos e circuitos no espaço migratório internacional (HANDERSON, 2015, p. 73).

A permanência da instabilidade política e econômica, a grande dependência externa e a vulnerabilidade ambiental foram agravadas com o terremoto e essas causas, agindo de modo combinado, impulsionaram os haitianos a um novo ciclo de atravessamentos, principalmente em direção ao Brasil. Como os Estados Unidos, tradicional destino dessa migração, haviam implementado maiores restrições às migrações, o Brasil desponta como uma nova possibilidade. Contribui para isso, a projeção internacional que o Brasil alcança no século XXI, a presença das tropas brasileiras liderando a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a relativa facilidade de entrada pelas fronteiras da região Norte e a possibilidade de obtenção de um visto permanente.

Esse atual fluxo da migração haitiana tem se revelado bastante dinâmico no que diz respeito aos destinos, à duração e ao perfil dos migrantes. Embora a maioria tenha se dirigido ao Brasil, mais de 73 mil até dezembro de 2016, segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IDMH), também Argentina, Chile e México receberam esses migrantes. Os destinos também não têm se configurado enquanto definitivos, o que caracteriza sucessivos atravessamentos em busca de melhores oportunidades. Muitos dos que vieram para o Brasil já se deslocaram para o Chile ou México, onde sonham acessar os Estados Unidos. Também o perfil migratório tem se alterado. Embora a prevalência seja ainda de homens adultos, tem crescido a importância da participação das mulheres e algumas crianças. Em muitos casos, isso se deve aos processos de reunião familiar.

Como desdobramento das consequências do terremoto de 2010, a presença da Comunidade Internacional, seja através de programas governamentais ou pela atuação das Organizações Não-Governamentais cresceu no país. As promessas de reconstrução e desenvolvimento do Haiti, até o momento, não apresentaram resultados refletidos na melhoria das condições de vida da maior parte da população. Seguy (2014), argumenta que está vigorando no Haiti uma realidade colonial para que apenas as estruturas de manutenção da ordem excludente sejam reconstruídas.

A presença de muitos agentes estrangeiros de ONGs e governos provocou, em algumas localidades, elevação no preço dos imóveis e alimentos. Um paradoxo em um país com mais de 1 milhão de desabrigados. A principal estratégia do Plano de Reconstrução do Haiti, implementado pela Comunidade Internacional, tendo o governo haitiano como coadjuvante, consiste na criação de Zonas Francas para a instalação de empresas estrangeiras.

Dois meses depois do terremoto, em março de 2010, as autoridades haitianas elaboraram o Plano de Ação para a Reedificação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti (PARDN). Este documento, longe de propor alternativas para incentivo à produção local, destinou-se à comunidade internacional, a fim de convencer empresas multinacionais a investir no país, valendo-se das vantagens da proximidade do mercado estadunidense e o baixo custo da mão de obra. Para isso, o Plano apoia-se na parceria do setor público nacional com os setores privados nacional e internacional.

Na esteira desse processo, as propostas de reconstrução do Haiti não contemplam os camponeses. Pelo contrário, ao postular a obsolescência do mercado local, ao se apropriar de terras para a instalação de Zonas Francas e ao tentar proletarizar camponeses para trabalharem, principalmente em indústrias do setor têxtil, o Estado haitiano, seguindo as orientações da Comunidade Internacional, tem feito uma opção deliberada de desenvolvimento anticamponês. Nos últimos quarenta anos, as políticas agrícolas e comerciais acordadas pelos governos e instituições financeiras são coerentes com o objetivo de acabar com a produção camponesa e com o campesinato (THOMAS, 2015, p. 135).

De acordo com Thomas (2015), as estratégias de desenvolvimento do Haiti convergem para a noção de que os camponeses são a escória. Na Île-a-Vache, no Sudoeste do país, moradores tentam resistir à construção de um complexo turístico e no Norte, movimentos sociais tentam resistir a ocupação das terras para a exploração mineral. Nas Zonas Francas já instaladas, a geração de empregos segue abaixo dos números prometidos. Em Caracol, por exemplo, dos 65.000 empregos anunciados, apenas 4.000 foram efetivados.

As iniciativas de transformar o Haiti em espaço de produção de mercadorias destinadas à exportação, fortalecendo o setor de serviços e enfraquecendo a indústria e a agricultura local vêm de longa data. Em 1982, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, apresentou à Organização dos Estados Americanos (OEA) a proposta de transformar a região do Caribe numa área de mão de obra barata através de um programa chamado *Caribbean Bassin Initiative* (CBI). É nesse contexto que ocorre a matança sistemática de todo o rebanho suíno do país³ a fim de acelerar a destruição da agricultura camponesa e liberar mão de obra para as plantações de cana na República Dominicana e ampliar o exército industrial de reserva no país (SEGUY, 2014b, p. 96). Essa medida gerou um grande desequilíbrio nas economias familiares e empobreceu ainda mais os camponeses que receberam 7,5 milhões de dólares em indenizações, quando o valor real alcançaria os 60 milhões.

Com esse mesmo intuito, o Congresso dos Estados Unidos criou em 2006 a Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti (HOPE I) e em 2008, a HOPE II, cujos objetivos centravam-se em eliminar as despesas de importação nos Estados Unidos, de roupas confeccionadas no Haiti. Em 2010, como mencionamos, a estratégia central do PARDN consistiu em criar Zonas Francas e em 2012, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti, publicado pelo presidente Martelly, escolhia o setor privado internacional como o principal agente de geração de empregos e riqueza. A flexibilização da legislação, permitindo uma maior aproximação com o mercado internacional, principalmente o norte-americano, ampliou as possibilidades de uma recolonização do Haiti, agora na esfera financeira.

O aumento da dependência externa ampliou-se no contexto das reformas

3. A justificativa para tal ato foi a descoberta da peste suína africana em animais da República Dominicana o que poderia contaminar os rebanhos do país.

neoliberais que colocaram a economia haitiana na sombra dos Estados Unidos. Com a produção interna altamente enfraquecida, as importações ampliaram a dívida externa do país. De 28,4 milhões em 1971, a dívida saltou para 269,5 milhões em 1980. Um aumento de quase 1.000% em menos de dez anos (GOMES, 2012). Para tentar pagar a dívida, recorreu aos empréstimos de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial mas teve que flexibilizar as políticas alfandegárias e facilitar a entrada de produtos estrangeiros no país. Sem poder concorrer com produtos altamente subsidiados e com preços mais baixos, o Haiti viu sua produção praticamente estagnar. Um dos casos mais emblemáticos é o da produção de arroz, que em 1985, das 170 mil toneladas consumidas no país, apenas 7 mil eram importadas. Dez anos depois, com a entrada do arroz de Miami, podemos prever as consequências para a agricultura local a partir da citação abaixo:

Já em 1995, no auge do Neoliberalismo, das 281 mil toneladas consumidas, apenas 89 mil foram produzidas no país, enquanto 192 mil vieram de fora. Até que, em 2010, com a importação de 329 mil toneladas, o equivalente a 90% de todo o consumo nacional, o Haiti se transformou no quarto maior importador de arroz dos EUA (GOMES, 2012, p. 117).

Como mais um exemplo da estratégia de subordinação da economia haitiana e da destruição da produção camponesa, em forma de ajuda humanitária pós-terremoto, em maio de 2010, a Monsanto doou 475 toneladas de milho transgênico, o que, segundo os responsáveis pelo projeto de reconstrução da infraestrutura agrícola no país, ajudariam a alimentar e fornecer oportunidades econômicas para os agricultores. Entretanto, para que tais sementes alcancem a produtividade desejada, devem ser tratadas com herbicidas e fertilizantes que a própria Monsanto produz. Também, por tratar-se de sementes híbridas, apenas a primeira geração é adequada para o plantio, o que elimina a possibilidade de reaproveitamento por parte das famílias camponesas. Isso converte os donatários em potenciais clientes (GOMES, 2010).

A ese ritmo, con el aumento del consumo de semillas y, consecuentemente, de herbicidas, fertilizantes y productos químicos de la Monsanto, la previsión del cura Jean-Yves Urfié podrá volverse realidad: “Pronto, habrá sólo semillas de la Monsanto en Haití. Entonces, será el fin de la independencia de los agricultores” (GOMES, 2010, p. 1).

A expropriação camponesa, como ocorrida em outros períodos, voltou a acontecer com a implementação dessas estratégias. De acordo com Seguy (2014), o governo expropriou 366 famílias no município de Caracol, norte do país, para implantar o Parque Industrial de Caracol. Da mesma maneira, outras áreas estão sendo cobiçadas para facilitar a atuação do capital transnacional. Diante da precariedade, “a emigração se impõe como uma das saídas, senão a mais desejável ou cobiçada” (SEGUY, 2014, p. 80). A grande maioria que não consegue acessar os destinos prioritários como Estados Unidos, Canadá e França por causa das restrições legais e os altos custos da mobilidade, deslocam-se para principalmente para a República Dominicana e de lá, planejam alcançar outros destinos. É assim que, atualmente, encontram-se espalhados

haitianos em diversos países da América Latina.

4 | CONCLUSÃO

Buscou-se trazer contribuições ao entendimento da questão agrária haitiana partindo do período das explorações coloniais quando as trajetórias dos povos originários entrecruzaram-se com a modernidade europeia. De colônia espanhola e depois francesa, até a conquista da histórica independência em 1804, o Haiti esteve no centro da produção colonial e por isso a França tentou de todas as formas mantê-la sob seu controle. A revolta dos escravos liderados por Toussaint L'Ouverture assustou as potências da época que trataram de não deixar o país crescer em paz.

As pesadas indenizações do século XIX e o crescimento da dívida externa do século XX provocaram uma profunda dependência internacional. Além disso, as explorações comerciais deixaram o país extremamente vulnerável às catástrofes ambientais. Como acréscimo dessa conjunção de fatores, a instabilidade política reflete-se diretamente na economia que encontra-se cada vez mais dependente. Por esse motivo, o setor produtivo local, principalmente a agricultura, encontra dificuldades para competir com os produtos externos, ainda mais que a produção camponesa foi deixada de lado e os que produzem, o fazem com bastante empecilhos.

Em meio a esse cenário, a migração surge como possibilidade de vida fora do Haiti. A fragmentação das propriedades, a ausência de assistência técnica e as dificuldades impostas à circulação dos produtos tornaram a agricultura camponesa praticamente inviável. Isso provocou um acelerado êxodo rural entre o final do século XX e início do século XXI e precarizou as condições de trabalho e de vida da maior parte da população. Entretanto, há resistências. Contra os projetos de exploração mineral, contra a expropriação camponesa para a criação das Zonas Francas, contra os projetos de destinação turística e contra as sementes transgênicas, os camponeses seguem em seus enfrentamentos. Afinal, nem todos querem e podem viver fora da terra no Haiti ou fora dele.

Diante do exposto, observamos que permanece no Haiti uma precariedade enquanto norma. Desde a independência, com a dívida colonial e as ginásticas para seu pagamento, passando pelas ocupações estrangeiras, até a atualidade das promessas de reconstrução do país, a questão agrária nos parece ser uma questão essencial a ser problematizada. Nela se encontram as raízes das diversas mobilidades que os haitianos têm implementado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTE, Chandelina Jean e VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CASTOR, Susy. Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti. **Revista Brasileira de História**. vol. 6 no 12. São Paulo, 1986.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade**: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: LePM, 2014.

GOMES, Thalles. **Monsanto y el Proyecto Vencedor**. Disponível em: <https://www.alainet.org/active/38266> Acesso feito em 30/08/2017.

_____. Notas sobre a questão agrária haitiana. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS – IMDH. **Haitianos no Brasil**: dados estatísticos, informações e uma recomendação. Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>. Acesso feito em 08/01/2017.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia), UNICAMP. Campinas, 2014.

_____. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, n. 22, 2014b.

THOMAS, Frédéric. Haiti: um modelo de desenvolvimento anticamponês. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.19 n.35, jul./dez. 2015.

www.deepask.com. **Haiti**: percentual da população rural. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=haiti-Consulte-o-percentual-da-populacao-rural-por-pais-e-sua-posicao-no-ranking-mundial> Acesso feito em 14/09/2017.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368